EM TEMPO:
SEMANÁRIO NACIONAL — NÚMERO 34 — CR$ 10,00 — DE 23 A 29 DE OUTUBRO DE 1978

TERRORISMO: patrão mata operário que reclamava o salário. (Pág. 12)

LUIZ CARLOS PRESTES:

COMUNISTAS QUEREM LEGALIZAÇÃO DO PCB

Fala o secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro: "Estamos convencidos de que a questão da legalidade de nosso Partido interessa a todas as forças empenhadas na luta pela democracia". De Paris, através da assessoria de imprensa do PC francês, Prestes respondeu a um questionário do jornalista Getúlio Bittencourt, entrando direto em temas políticos atuais. Prestes, aos 80 anos, continua exilado em Moscou. (Pág. 7)

CUIDADO! JÁ ESTÁ NO CONGRESSO A NOVA LEI DE INSEGURANÇA

A última de Geisel: nova "Lei de Segurança Nacional", tão (ou mais) arbitrária quanto a atual, que inclusive legaliza as prisões clandestinas.

Pág. 3

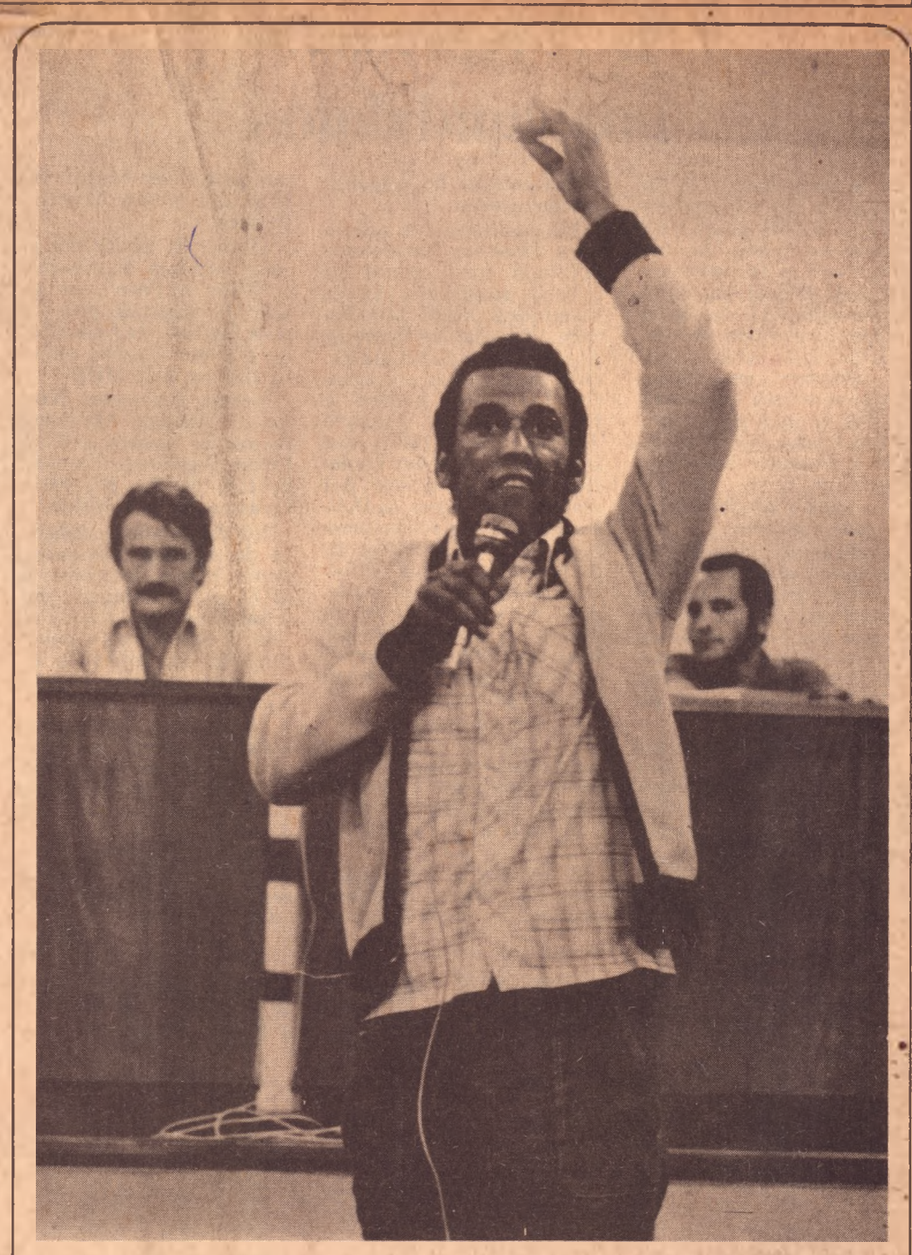
Como os estudantes podem ajudar os trabalhadores?

Fizemos esta pergunta a vários líderes do movimento sindical e operário. Afinal, quem pretende reerguer a UNE dentro de oito meses precisa saber das respostas. Os depoimentos de Waldemar Rossi e Zé Pedro, de Osasco, na pág. 5. Confira.

Calmon de Sá: quem leva a melhor nesse negócio de usina nuclear?

Pág. 3

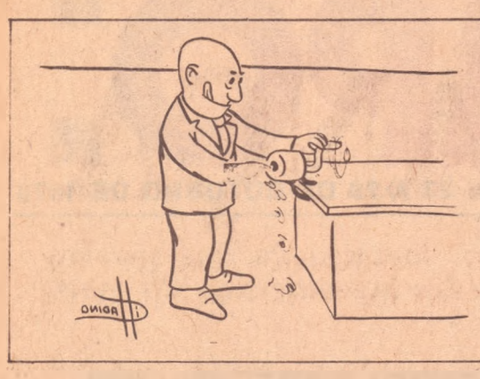
(MAIS QUADRINHOS BAIANOS: PÁG. 8)



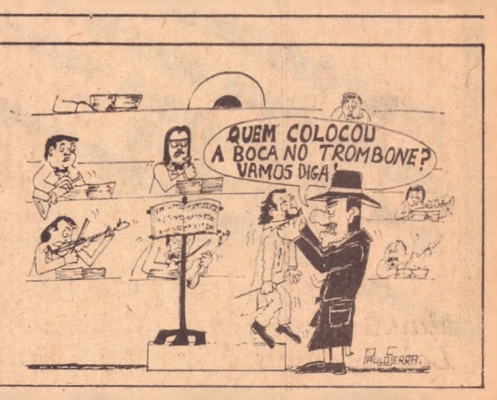
Demitiram, algemaram e prenderam o líder metalúrgico Zé Pedro. Seu "crime": combater o arrocho salarial. Pág. 4

Ramón Mercader: só restam cinzas do homem que matou Leon Trotsky.

Ramón Mercader, o assassino de Trotsky, morreu na última quarta-feira no hospital do Ministério do Interior de Cuba. O pesadelo que foi a morte em vida de Mercader e um texto de Trotsky inédito no Brasil. Pág.9



GERAIS



Vendedor de "EM TEMPO" preso em Porto Alegre

Quatro policiais da Brigada Militar prenderam no último dia 17, no centro de Porto Alegre, o acionista e vendedor do EM TEMPO e colaborador do Setor Jovem Metropolitano do MDB, João Rodrigues Soares. Conhecido como "João do Livro", vendia o jornal num dos principais pontos de encontro da capital gaúcha – na Bruxa – quando os policiais se aproximaram ostensivamente e pediram um exemplar do jornal para olhar. Depois de examinarem cuidadosamente a capa do número 33 do EM TEMPO se retiraram e pouco mais, quando João se encaminhava para a Praça da Alfândega, os mesmos policiais lhe deram ordem de prisão.

Imediatamente o Setor Jovem do MDB e Conselho Estadual dos Direitos Humanos distribuíram notas oficiais condenando a prisão e as rádios locais noticiaram o fato. Em sua nota, o Setor Jovem do MDB manifesta seu repúdio e protesto "a essa onda de repressão que se tem verificado em Porto Alegre, principalmente contra integrantes do Setor e outros companheiros que fazem a campanha dos candidatos populares do MDB". A nota também denuncia que em todo país o semanário EM TEMPO "tem sido vítima das arbitrariedades policiais, da repressão legal e dos ataques dos grupos para-militares de extrema-direita que até bombas têm jogado contra sucursais do jornal, como ocorreu recentemente em Belo Horizonte".

O Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, por sua vez, "lembra que apesar das manifestações constantes do Presidente eleito no último domingo de que haverá de redemocratizar este país", parece que sua vontade continua sem ser assimilada pelos órgãos de segurança do Rio Grande do Sul. Todos os dias pessoas ligadas a candidatos do MDB são presas pelo simples fato de distribuírem propaganda".

A rápida mobilização de todos os setores democratas gaúchos, bem como a ampla divulgação de sua prisão e de todas as manifestações de repúdio a mais esta arbitrariedade das forças repressivas, fez com que João Rodrigues Soares, 50 anos, fosse libertado três horas após ter sido detido.

E a repressão aos candidatos

A Brigada Militar do Rio Grande do Sul, a Polícia Federal, o DOPS gaúcho e a auto-denominada Aliança Anti-Comunista parecem dispostas a criar um clima de intimidação e terror na campanha eleitoral. Sentindo a derrota que se aproxima, o Governo vem utilizando não só os instrumentos da Lei Falcão para proibir que os candidatos sejam conhecidos e divulgem suas posições como apela, cada vez mais, para o uso da repressão pura e simples.

O candidato oposicionista Fernando Palmeiro da Fontoura foi ameaçado por telefonema recebido em sua casa, através de uma gravação da Aliança-Anti Comunista. Exigiam que retirasse sua candidatura ou sofreria represálias.

No dia 1º de outubro, seu escritório de advocacia, que divide com outros colegas, foi arrombado, vasculhado e além da propaganda eleitoral desapareceram a máquina de escrever do escritório. Tudo isso, numa galeria que fica em plena rua da Praia, o ponto central do comércio portoalegrense.

Na madrugada de quinta-feira, 12 de outubro, quando colavam propaganda do mesmo candidato, vários membros do MDB, Jairo Pereira, João Batista Rezende, Antonio M. Neto e Luiz Rocha forám presos por agentes da Polícia Federal e DOPS, conforme denúncia da Comissão de Defesa dos Direitos do Homem. Os detidos permaneceram por mais de doze horas na Polícia Federal e a propaganda foi apreendida sob alegação de "concitar a greve" e "incitar à luta de classe". Além disso, foi acusada de ser injuriosa as autoridades por falar em "crimes impunes" e conter artigos falsos sobre o menor abandonado.

O interrogatório na Polícia Federal, afora isso, restringiu-se em saber quem fez o "panfletão" da propaganda, que gráfica o imprimiu, quem o diagramou etc.

Na mesma sexta-feira, estudantes e alguns membros do Setor Jovem do MDB foram presos pela Brigada Militar em pleno Mercado Público.

Motivo da prisão dos jovens: estavam distribuindo a "Folha do Povo", um jornalzinho impresso pelo Comitê Eleitoral de André Foster e Eloar Guazelli, ambos candidatos pelo MDB.

Edmar Belmonte, Newton de Oliveira, Almerinda Fernandes Castro e Elida Liane Figueiredo também ficaram detidos por várias horas na Brigada Militar.

No dia seguinte, sábado, 14 de outubro, novamente foram presos membros do MDB que distribuíam material de propaganda do Partido. Desta feita, foi detido também um irmão do ex-vereador cassado Marcos Klassman.

Ao que parece, procura-se criar um clima de terror para evitar que os candidatos façam campanha eleitoral, principalmente, através da atemorização de seus cabos eleitorais e de militantes do partido oposicionista que se engajam no apoio a um ou outro candidato.

Assine EM TEMPO:

Nome ..... Profissão.....

Idade ....Endereço ..... Bairro.....

Fone ..... Cidade ..... Estado..... CEP.....

End. Comercial ..... Horário..... Fone.....

Estou enviando o cheque nº..... do Banco..... em nome da Editora Aparte S/A

Rua Bernardo Guimarães, 1884, Lourdes, Belo Horizonte (MG), CEP 30.000. Em São Paulo: Rua Matheus Grou, 57, Pinheiros, São Paulo, (SP). CEP 05415, fone 853-6680.

Anual Cr$ 500.00 **Semestral Cr$ 250,00**

O movimento de bairro na Baixada Fluminense

Num clima de insatisfação e de denúncia das condições em que vivem nos bairros da Baixada Fluminense, cerca de 800 moradores e representantes de Associações de Bairros reuniram-se no último sábado, dia 14, no Centro de Formação de Líderes da Diocese de Nova Iguaçu, para apresentar e debater com o prefeito Rui Queiroz suas reivindicações.

O prefeito não compareceu à reunião e o seu representante, o Secretário de Planejamento Silvio Ferreira Carvalho, além de não responder objetivamente às questões levantadas pelos populares, disse ainda que o povo "deveria fazer uma autocrítica" e procurar saber conhecer melhor como andam as finanças da prefeitura "para depois criticar". O Secretário do prefeito afirmou que ao invés de reivindicar, os moradores deveriam pagar os impostos e que ele conhecia melhor os problemas dos moradores do que os próprios moradores que, por outro lado, não conhecem os problemas da prefeitura.

Os moradores denunciaram a falta de escolas, hospitais, de água, esgoto, de transportes, calçamento e mercados da Cobal nos bairros da Baixada e uma das representantes dos bairros, respondeu à afirmação do Secretário lembrando a ele o comprometimento da máquina administrativa da prefeitura com os políticos candidatos da Arena. Ao final da reunião, pressionado pelos presentes, o representante do prefeito aceitou levar a ele o convite para comparecer numa próxima reunião com os moradores, cuja data será marcada pela coordenação do Movimento de Amigos dos Bairros.

Solidariedade

A reunião do Movimento de Amigos dos Bairros da Baixada Fluminense contou também com a solidariedade de outras associações, como as de Vidigal, Catumbi, Rocinha, Campo Grande e Vila Rica, que mandaram representantes. A reunião do dia 14 é desdobramento de uma outra realizada em junho passado, quando compareceram cerca de 150 pessoas representando 19 comunidades.

O Movimento, segundo alguns membros da coordenação, vem crescendo em virtude dos problemas apresentados serem comuns a todos os bairros da região. A Baixada Fluminense, por exemplo, para cerca de 3 milhões de habitantes não tem um hospital público. Os moradores foram taxativos em afirmar a falta de escolas públicas e o reduzido número de vagas nas existentes. Além disso, em todos os bairros, margeiam as ruas sem calçamento, valas de esgoto, sendo comuns surtos de doenças infecto-contagiosas que nem chegam ao conhecimento do restante da população. O problema da segurança pública é também levantado por todos os bairros, onde na maioria, após as 18 horas, é perigoso transitar nas ruas por causa dos ladrões e mesmo da polícia que costuma prender qualquer um. Em Belfort Roxo, por exemplo, o índice de criminalidade é superior ao de muitas metrópoles, inclusive Nova Iorque com seus 14 milhões de habitantes.

Muitos moradores se afirmaram descrentes que o diálogo com o prefeito produza resultados mais imediatos no sentido da melhoria das condições de vida atuais. No entanto, o principal saldo que elas apontam é no sentido da organização das associações dos bairros e que o Movimento vem cumprindo o papel de unificar estas associações que estão surgindo, em torno de um conjunto de reivindicações comuns a todos eles. Quanto à semelhança com o Movimento do Custo de Vida, afirmam que há de comum o fato de serem reivindicações específicas comuns a todos os bairros e que abrem inclusive campo para se desdobrar num movimento amplo contra a carestia.

FINAIS

CONVERGÊNCIA Foi encaminhada a Justiça Militar o inquerito sobre as atividades da Convergência Socialista, pedindo a prisão preventiva dos indiciados que estão presos a cerca de três meses. Apesar de todos eles terem residência fixa e emprego determinado, o presidente do inquérito, delegado Edsel Magnoti, afirmou que "libertá-los seria o mesmo que libertar o comando da organização clandestina ora desbaratada". Ou seja, o juiz agora é ele!

SOCIALISTAS Com horário marcado para as 10 horas de domingo, 22 de outubro, será realizada a Convenção de Fundação da Tendência Socialista do MDB gaúcho.

A proposta de constituição de uma Tendência Socialista no MDB Gaúcho partiu do Setor Jovem Metropolitano de Porto Alegre. O lançamento de um projeto de programa há um mês e meio atrás abriu o debate de sua estruturação dentro do partido oposicionista.

O projeto de programa sofreu várias emendas e adendos durante esta fase de discussão e o texto que irá a Plenário no próximo domingo já se constitui numa proposta mais acabada e definida, demonstrando o grau de consenso alcançado até aqui pelos membros da Tendência Socialista em Construção.

PROFESSORES Por volta de 150 professores compareceram na Assembléia de fundação da Associação dos Docentes da Universidade do Vale do Rio Sinos (ADUNISINOS). O número foi muito bom pois a UNISINOS apesar de ser a maior Universidade gaúcha, em número de alunos, não tinha qualquer tradição anterior de organização dos professores.

Certamente não faltarão para a Associação que ora foi organizada. Tendo em seus quadros uns 700 professores em exercicio, a UNISINOS conta com aproximadamente 23.000 alunos matriculados o que deve se constituir num recorde mundial na relação de professores por alunos matriculados, em escolas de nível superior. Esse dado é um indicador importante para avaliar os vários problemas que daí decorrem.

ESTUDANTES Em greve há um mês os estudantes de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, após Assembléia dia 18/10, repudiaram às ameaças do diretor da Faculdade, Henrique Campos.

Os alunos têm sofrido ameaças de suspenção e expulsão, e o diretor acusa a seção mineira do Instituto dos Arquitetos do Brasil, de estarem comandando o movimento, fato que os estudantes negam que o movimento é comandado por eles próprios através de deliberações democráticas (reuniões, assembléias, etc.)

Eleições estudantis em Salvador e Recife

Depois de uma agitada semana de campanha e dois dias de votação, o clima da Faculdade de Economia, onde se realizou a contagem dos votos que elegeu a nova diretoria para o DCE da UFBa, só era tensão na noite do último dia 12. Pela primeira vez, depois de 7 anos, havia algo de novo no ar: a chapa Viração corria o risco de não continuar à frente do DCE.

A abertura das primeiras urnas confirmava as especulações surgidas durante a campanha, de que a diferença seria muito pequena. Não faltaram gritos, choro e até desmaios. Por um lado, se os gritos "Viração, Viração", ainda soavam mais alto, do outro, o coro "todo mundo está descendo, Nova Ação está crescendo", parecia indicar o fortalecimento progressivo desta tendência.

Isso ficou comprovado no resultado final da apuração: das 7.653 pessoas votantes, Viração ficou com 2.969 votos; Nova Ação 2.942; Sangue Novo, 1.004; Combate, 264 e Liberdade e Luta, 257.

Campanha

A reeleição de Viração por apenas 27 votos de diferença e o crescimento de Nova Ação, podem ser explicados em parte pela ótima campanha eleitoral desenvolvida por esta última, mas também pela prática de cada uma das chapas no movimento estudantil baiano.

Ao contrário dos anos anteriores, quando os debates se deram quase que exclusivamente em torno de questões gerais, como liberdades democráticas, estratégia, tática etc, este ano o posicionamento se deu principalmente em torno dos encaminhamentos das lutas estudantis e democracia interna do movimento.

Na campanha, Nova Ação denunciou o caráter capitalista da ditadura e o sistema educacional através de plataforma, cordel e um cartaz (um cavalo de óculos escuros com quatro estrelas) com os dizeres: Nem papo de Reitor, nem odor de cavalo, nem patas de generais. Que aflore o cheiro do Povo, educação para todos, liberdade para o povo". Além disso criticou também os métodos de Viração à frente da Diretoria do DCE.

Crescimento

Sem entrar no mérito das avaliações, o fato é que o resultado das eleições deste ano, comparado com os dois anos anteriores, revela um crescimento de Nova Ação e uma diminuição de todas as demais tendências.

No quadro abaixo um demonstrativo dos votos por percentagem obtidos em cada ano:

ANO:	76	77	78
Viração	65	49	38,8
Nova Ação	23	26	38,4
Sangue Novo	–	16	13
Atuação e Luta	7	–	–
Combate	–	–	3,3
Liberdade e Luta	–	5	3,3

O movimento "Correnteza" foi o grande vencedor das eleições realizadas no último dia 3 de outubro, para os diretórios acadêmicos dos diversos centros da Universidade Federal de Pernambuco.

No final da apuração, o resultado indicava que "Correnteza" conquistou 5 dos 10 diretórios (DAs dos centros de Artes e Comunicações; Ciências Sociais Aplicadas; Filosofia e C. Humanas; Tecnologia; e Educação) enquanto que o movimento "Atuação e Luta" venceu em 3 (DAs de Saúde, C. Exatas e C. Biológicas). No DA da Fafire a eleição foi adiada e no de Direito, realizada algum tempo atrás, saiu vencedora a corrente "independente".

A direita, travestida nos movimentos "Comunitário", "Projeto Guararapes" e outros, não concorreu este ano. Uma atitude, no mínimo sábia, tendo em conta o seu esvaziamento e pouca receptividade entre os estudantes da UFPe.

Com essas eleições, "Correnteza" confirmou ser o movimento majoritário no ME pernambucano.

Agora, a grande luta é a eleição para o DCE (até o ano passado, feita de forma indireta, de acordo com a burocracia universitária). As discussões sobre a eleição a ser feita, este ano, de forma livre e direta, já começaram. Ao que tudo indica, a proposta vencedora será a que propõe eleição direta (mas não livre), com os estudantes escolhendo seus representantes para o DCE. Depois, a eleição indireta homologaria a chapa vencedora.

Semana pela Anistia em Minas Gerais

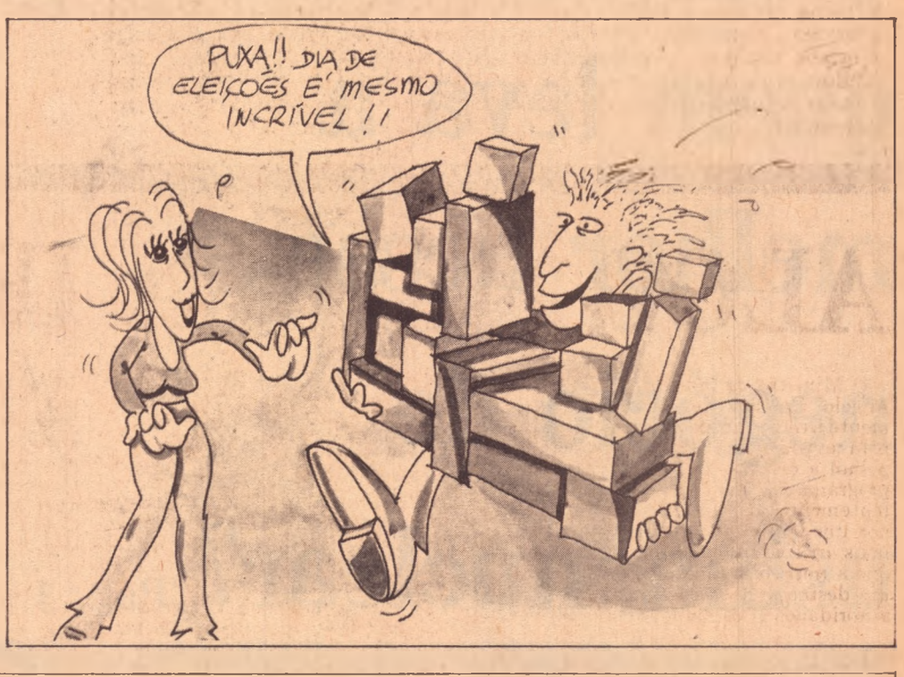
Será realizada em Belo Horizonte durante esta semana, nos dias 23, 24 e 26 a "Semana pela Anistia", no Auditório da Faculdade de Ciências Econômicas (FACE) da UFMG com a seguinte programação:

2ª feira – Mesa redonda sobre exilados

Filme: "Leucemia" (curta-metragem sobre exilados) Lançamento dos livros: "Memórias do Exílio" (varios autores); "Anistia Ontem, Hoje e Amanhã"

3ª feira – Mesa redonda sobre Anistia, Repressão e Terrorismo

5ª feira – Assembléia de Constituição do CBA/MG



EM TEMPO:

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Aluísio Marques, Álvaro Caldas, Antonio Carlos Carvalho, Antonio de Pádua Prado Jr., Antonio Sérgio de Souza, Carlos Tibúrcio, Cláudio Câmara, Emiliano José, João Batista Mares Guia, Jorge Baptista, Marcelo Beraba, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Raul Anglada Pont, Robinson Ayres, Tibério Canuto, Fausto Brito (Conselheiro-Presidente). Suplentes: Flávio Andrade, Antonio Espinosa, Eduardo Fernandes, Flamínio Fantini.

DIRETORES: Antonio de Pádua Prado Jr., Flamínio Fantini, Jorge Baptista, Robinson Ayres, Tibério Canuto (Diretor-Presidente).

Secretário de Redação: Luiz Nadai.

Produção e Secretaria Gráfica: Paulo Roberto M. Borges.

Editor-Geral: Jorge Baptista.

EDITORIAS: Nacional: Flamínio Fantini (editor), Antonio Espinosa, Antonina Silveira, Carlos Savério, Eduardo Fernandes, Fábio Munhos, Fátima Barbosa, Flávio Andrade, Flávia Resende, Maria Moraes, Ottoni Fernandes Jr., Paulo Sérgio, Samira Zaidan, Sérgio Alli, Wilson Prudente. **Internacional:** Carlos Tibúrcio (editor), Carlos Eduardo Matos e Lionel Almeida (sub-editores), Aluísio José Monteiro, Altair Moreira, Cecília Tompsom, Cleide Ono, Eliezer Rizzo de Oliveira, José Veiga, Lana, Marineide Oliveira, Olgária Matos, Suzana Rios, Virgínia Pinheiro. **Suplemento Cultural:** Flávio Aguiar (coordenador), Antonio Espinosa, Inimar Santos, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Valderez Amorim. **Arte:** Sérgio L. Papi (diagramação), Beto Maringoni, Duto Bicalho, Sian, Martinez (ilustração), Ennio Brauns Fº., Jesus Carlos, João Roberto Martins Fº., Niels Andreas (foto). **Arquivo e Pesquisa:** Antonio Alfredo S. Nunes, J. Moura Marinho, Josephine Ghetti, Maria Martins, Maria Quinteiro, Silvestre Prado, Valderez Amorim.

Revisão: Alfredo Maria Camillo de Souza, Tomé.

SUCURSAIS:

Belo Horizonte (R. Bernardo de Guimarães, 1884): Alberto Duarte (chefe da sucursal), Edgar da Mata-Machado, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Lélio Santos, Maizé Trindade, Maurício Godinho, Paula Régis, Paulo Vilara, Ricardo Rabelo, Sérgio Aspahan (redação), Mariza Araújo (administração). **Porto Alegre** (Av. Osvaldo Aranha, 1407 – loja 20): Ana Barros Pinto, Carlos Aveline, Gerson Schirmer, Letânia Menezes, Sosa (redação), Adão Capa, Cláudio Almeida Flávio Siqueira, João Rodrigues Soares, Luis Alberto Rodrigues, Lucy Ayala, Raul Pont. **Recife** (R. Aníbal Falcão, 127 – Fraças): Antonio Sérgio de Souza, Cecy Prestello, Orlando Mindelo, (coordenação), Fred Navarro, Paulo Santos, Rebeca Scatrut, Alzira Medeiros, Eliane Veloso, Hilton Almeida, Marina Lima, Maria Everaldo, Paulo Magalhães, Riva M. Nogueira (administração). **Rio de Janeiro** (R. da Lapa, 200 – sala 408): Adauto Novaes, Alan Albuquerque, Antonio José Mendes, Bernardo Karan, Carlos Alberto Bahia, Cláudio Câmara, Cláudio Cardoso, Clotilde Hasselmann, Fernanda Coelho, Jamir de Mendonça, Jorge Ricardo Gonçalves, Laís Meirelles, Lígia Bahia, Luis Antonio de Aguiar, Luis Arnaldo Dias Campos, Marcelo Beraba, Marcos Aarão Reis, Margarida Autran, Maria Helena Malta, Olga de Assis, Olga D'Arc Câmara, Orlando Guilhon Braga, Regina Maria Braga, Ricardo Lessa, Sérgio Sbragia, Sueli Caldas. **Salvador:** (Av. Sete de Setembro, 202 – sala 501): Adelmo Oliveira, João Henrique, Antonio Dias, Emiliano José, Dalton Godinho, Oldack Miranda, Lina Maria.

ESCRITÓRIOS:

Aracajú: (SE): David Dantas. **Campinas** (SP): Rinaldo Barros. **Fortaleza** (CE): Fausto Aguiar (coordenação), Gervásio de Paula, rogério Araújo (redação), Daniel Santos José Saraiva Jr., Vinicio de Araújo, (administração) e distribuição). **João Pessoa** (PB); Aurelio Aquino, Geraldo de Araujo, Manoel Campos. **Natal** (RN); Cícero Correia, Francisco de Assis.

ADMINISTRAÇÃO (São Paulo): Anilton Pinheiro, Aparecida Barbosa da Silva, Elvira Oliveira, João Carlos Leme, Jesus Varela.

Assessoria Jurídica: Luiz Eduardo Greenhalgh, Luis Alberto Marcondes Piccina (São Paulo); Arnaldo Barbosa (Belo Horizonte); Adelmo Oliveira (Salvador).

Diretor-Responsável: Robinson Ayres.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A – Rua Bernardo de Guimarães, 1884 – Lourdes (Belo Horizonte). Redação: Rua Mateus Grou, 57 – Pinheiros (São Paulo) – CEP: 05415 – Telefones: 280-4759 e 853-6680.

Composto e impresso nas oficinas da PAT-Publicações e Assistência Técnica Ltda. Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 412 - Pinheiros (SP) - Tel: 368-9112. Os artigos assinados não representam necessariamente a opinião do jornal.

A ÚLTIMA DE GEISEL:

NOVA LEI DE INSEGURANÇA

Prisão para todo tipo de opositores (não apenas para "terroristas"); prisão para opositores menores de idade; legalização das prisões clandestinas; enquadramento das operações tartaruga e empastelamento de meios de comunicação. Estes são alguns dos ingredientes da nova Lei de Segurança Nacional, enviada agora por Geisel ao Congresso, para ser votada dentro de 40 dias.

Saudado por Petrônio Portela e Francelino Pereira com a euforia de sempre, a nova Lei de Segurança Nacional não contém "as profundas modificações" a que estes líderes arenistas fizeram referência, a não ser num sentido precisamente oposto ao da propalada "abertura política".

Nem podia ser de outra forma, se o projeto - como afirma a exposição de motivos - tem o destino de compor o "novo quadro da segurança nacional", mas "sem descuido do governo em assegurar que o regime de liberdade diuturnamente construído não sirva de instrumento à sua destruição, nem impeça a defesa eficaz das instituições.." (item 4 da exposição, assinada nada mais nada menos que pelo Ministro Falcão e pelo chefe da Casa Militar, general Moraes Rego).

A primeira inovação desta lei é a que se esconde por detrás da extinção da pena de morte e da prisão perpétua e que visa que todos, a propósito de qualquer coisa, possam vir a ser punidos. Abranda-se o rigor da lei para poder aplicá-la mais vezes. É o que explicitamente assumem Falcão e Moraes Rego, no item 8 da exposição de motivos.

Assim, enquanto se observa o espírito da recente reforma constitucional, ganha a lei em aplicabilidade, pois é sabido que o rigor excessivo das penas inibe o juiz, explicando em muitos casos a absolvição como alternativa à falta de justa medida para o grau de culpa".

Em português sonoro, o que Falcão e Moraes Rego nem se preocuparam em esconder é que a nova lei se destina a ter maior aplicação que todas aquelas que a antecederam, desde o golpe de 1964. Este propósito é concretizado ao longo de seus vários artigos, especialmente nos artigos 22 e 40, que tratam dos "Crimes" pelos quais mais se prendeu na vigência da lei atual: "participar de organizações que se disponham à prática da violência" e "tentar reorganizar partido político ou associações atentatórias à segurança nacional". A substancial redução das penas nestes dois artigos veio cobrir uma falha da lei, no entendimento deles. Isto é, era uma falha da lei não pôr na cadeia todo mundo que fez oposição ao regime.

A outra inovação é a expressa vinculação da LSN com o Código Penal Militar, ao contrário da lei anterior. E aí é que está: isto vai permitir, por exemplo, que se responsabilize criminalmente quem tenha 16 anos de idade (pelo Código Penal comum a idade mínima é de 18 anos) num momento em que o movimento estudantil cresce vigorosamente. Esta mudança parece ter endereço certo.

Prisão clandestina

A terceira inovação demonstra os limites estreitíssimos da "restauração do habeas corpus". O artigo 53 permite que a autoridade policial responsável pelo inquérito mantenha o acusado preso ou sob custódia por 30 dias (prorrogáveis por mais trinta, oito dos quais em incomunicabilidade), fazendo comunicação reservada ao juiz.

Se a comunicação é reservada, o que isto pode significar? A legalização da prisão clandestina. Se é reservada a comunicação, o advogado não poderá tomar conhecimento da prisão. E como impetrar habeas corpus para um preso cuja prisão é mantida em segredo? Além do mais esta comunicação reservada joga por terra a badalada inovação da "possibilidade de verificação da integridade física do preso" (artigo 53, § 4). É sabido que o período crucial (não o único) de farto uso das torturas é justamente o da incomunicabilidade do preso.

Outra inovação é a que pune a tentativa de crime com 1/3 ou 2/3 da pena do próprio crime. Mas a nova lei não especifica, como é norma em direito penal, quais ações configuram tentativa destes crimes. Assim, qualquer coisa pode vir a ser interpretada como tentativa de algum crime.

Para os trabalhadores uma inovação especial. Agora não só a greve, mas qualquer ato que leve à diminuição do ritmo normal no serviço público ou atividade essencial é considerado crime, com a pena de 1 a 3 anos de reclusão. Fecha-se assim o cerco em torno do movimento operário.

"Liberdade de expressão"

Sobre a liberdade de expressão e a imprensa em geral, o porrete é graúdo. A nova lei aumenta de 30 para 60 dias o prazo de suspensão de jornais e revistas ou emissoras de rádio e TV e restaura a censura prévia, além de ampliar de modo ilimitado a possibilidade de apreensão de livros, jornais, boletins, revistas etc, pelo Ministro da Justiça.

O absurdo deste artigo merece que ele seja transcrito na íntegra: "Art. 50 - O Ministro da Justiça poderá sem prejuízo da ação penal, determinar a apreensão de livro jornal, revista, boletim, panfleto, filme, fotografia ou gravação de qualquer espécie que constitua ou possa vir a constituir o meio de perpetração de crimes previstos nesta lei, bem como adotar outras providências necessárias para evitar a consumação de tais crimes ou seu exaurimento, como a suspensão de sua impressão, gravação, filmagem ou apresentação, ou ainda a proibição da circulação distribuição ou venda daquele material".

E dizem que o AI-5 foi abolido. Nem a lei atualmente em vigor concede tantos e tão vastos poderes ao Ministro da Justiça.

Esses são os pontos centrais da nova Lei de Segurança Nacional. Seu conjunto indica que esta lei, como todas as que a precederam, é rigorosamente conjuntural. Ou seja, passa a considerar crime ou passa a punir com maior rigor exatamente o tipo de ação que a posição estiver desenvolvendo no momento. Como hoje no Brasil predominam os movimentos de massa, fica claro o sentido que Falcão e Moraes Rego anunciaram: a nova lei se destina a punir mais gente, ainda que com penas mais brandas. O artigo 12 é um bom exemplo disto: ele é tão vago e genérico ao se referir a entidades, comitês, associações etc, que "sob a orientação ou com auxílio de governo estrangeiro ou organização internacional exerça atividades prejudiciais ou perigosas à segurança nacional" o que, como bem lembrou um comentarista do Jornal do Brasil no último dia 18, uma pessoa pode vir a ser enquadrada na LSN por manter ligações com a Anistia Internacional.

Em síntese, com a nova lei tudo mudou...para manter o essencial.

(Sandra Starling)

Trade, Tema e Cia

ESCALADA: ESTOUROS NO "OPEN MARKET"

É evidente que os estouros não acontecem por acaso. O negócio é reflexo da situação atual do mercado financeiro e da forma como - nele - as coisas se passam. O quê que há com o tal "open market"?

A escalada: no dia 6 de outubro, o Banco Central ordena a liquidação da distribuidora Trade que emitira cheques sem fundos no valor de 53 milhões de cruzeiros. Uma semana depois, 13 de outubro, o Banco Central novamente intervém em outra distribuidora, a Tema, que também emitira cheques sem fundo, no valor desta vez de 30 milhões de cruzeiros.

E a possibilidade de estouro de novas empresas não pode ser descartada: segundo a Folha de São Paulo, circula no mercado, há alguns meses uma lista (da qual não faziam parte as duas distribuidoras que "quebraram" nos últimos dias) de pelo menos três outras empresas com sérias possibilidades de insolvência.

As engrenagens

O open market (mercado aberto) foi criado para funcionar como instrumento da política monetária do governo. Através dele, pela compra e venda de títulos (LTn, ORTNs, etc) o Banco Central controlaria o volume de dinheiro em circulação e portanto, a inflação e a taxa de juros. Na teoria, o mecanismo é perfeito. Quando a inflação dispara o Banco Central intervém no mercado aberto, vendendo títulos ao público e, dessa forma, retira dinheiro de circulação, elevando a taxa de juros. Quando, pelo contrário, a taxa de juros sobe e o dinheiro se torna escasso, o Banco Central intervém, comprando títulos, aumentado assim a oferta de dinheiro e reduzindo a taxa de juros, para estimular a expansão da atividade econômica.

Atualmente visando controlar a inflação que ameaça passar de 40% este ano, o Banco Central tem atuado no mercado aberto reduzindo a oferta de dinheiro, pela venda de título. Essa é uma das razões da alta que a taxa de juros tem experimentado.

Se na teoria o mecanismo é esse na prática a coisa é muito diferente. Quando o Banco Central intervém no mercado retirando o dinheiro e colocando títulos do tesouro, sobrevem uma escassez de dinheiro e a taxa de juros dispara. Nesse meio aquelas instituições financeiras (bancadoras) que têm muitos títulos em carteira vários compromissos de recompra a realizar saem à procura de dinheiro, agora muito mais caro. O resultado só poderia ser um: déficit na operação, já que dinheiro tomado e aplicado a juro mais baixo, tem que ser reposto a juro mais alto.

É esta situação elevada ao limite que está na raiz dos "estouros" que ocorreram nos últimos dias. Partindo para um esquema de especulações desenfreadas, as empresas se endividam ao máximo e quando sobrevem a escassez de dinheiro, ficam no "Painel" como se diz na gíria do ramo.

Trade e tema

Apenas a especulação pode explicar que uma distribuidora de pequeno porte, com capital de 5 milhões de cruzeiros, como a Trade, estivesse envolvida em compras de papéis no valor de 50 milhões de cruzeiros. Ou que a Tema, a outra distribuidora que "quebrou", emitisse cheques de valor quatro vezes superior ao seu capital integralizado mais reservas.

Para demonstrar ainda uma vez, a que ponto chegou a especulação no open, basta citar mais um dado. As aplicações no open são de curtíssimo prazo: uma empresa qualquer, a Volks por exemplo, com dinheiro ocioso por alguns dias, compra títulos e, dessa forma, obtém rendimentos que não obteria se mantivesse seu dinheiro em caixa. Mas para realizar seus pagamentos rotineiros precisa ter esse dinheiro de volta em poucos dias.

Por isso as instituições que operam no mercado aberto (Distribuidoras, Corretores etc.) se comprometem a recomprar os títulos que vendem às empresas. Olhe só em que dá: o valor dos compromissos de recompra da Tema, uma das distribuidoras que quebraram" nos últimos dias, havia aumentado, de abril a agosto deste ano, em 1497%, o que mostra o ritmo louco que a especulação imprimiu às operações no mercado aberto.

(Afonso Borges)

"Open", uma peça da política econômica.

O open market acabou se tornando no Brasil uma das crias mais monstruosas da política econômica em vigor e uma fonte de lucros simplesmente fantástica.

Um levantamento da Gazeta Mercantil, citado por Veja e Isto É, mostra que, das quatrocentas maiores empresas do país, uma em cada três apresenta lucros não-operacionais superiores aos lucros operacionais. O que significa isso? Significa que os ganhos das empresas em operações meramente especulativas no mercado financeiro têm sido maiores que os lucros derivados da sua atividade produtiva.

Alguns dados ilustrativos: a Volks, que obteve, em 77 lucros operacionais de 9,5 milhões de cruzeiros, alcançou, por suas aplicações no mercado financeiro, no mesmo ano, lucros da ordem de 563 milhões de cruzeiros. Ainda em 77, a IFM Matarazzo obteve, por suas operações no open, ganhos de 30000% maiores que os seus lucros operacionais. A Siemens só não ficou no vermelho, no ano passado (prejuízo de 340 milhões), porque, aplicando no open, obteve lucros (377,5 milhões) que mais que compensaram os prejuízos decorrentes de sua atividade produtiva. Nem as estatais fogem à regra: a USIMINAS por exemplo, teve no ano passado, lucro operacional de 63,2 milhões e no open, 463,3 milhões.

Assim, as aplicações no mercado aberto estão permitindo que, nesta conjuntura de crise, as grandes empresas escapem do prejuízo ou tenham seus lucros substancialmente engordados. E o resultado é que recursos são carreados das atividades produtivas para aplicações meramente especulativas, já que dá mais dinheiro especular no open que produzir.

Open e inflação

Por fim, e isso não é o menos importante, em lugar de funcionar como instrumento da política monetária no combate à inflação, como quer fazer crer, o open acaba por funcionar como um mecanismo realimentador da inflação. A explicação é a seguinte: como as taxas de juros são altas, as empresas, em lugar de manter em caixa o dinheiro ocioso, empregam-no, ainda que por prazo curtíssimo, no open. Assim, o dinheiro circula mais rapidamente, já que não fica nunca "parado" no caixa das empresas. Portanto, se por um lado, o Banco Central retira dinheiro de circulação, vendendo títulos no open, os efeitos dessa operação são anulados, ou mesmo mais que compensados, pelo giro mais rápido do dinheiro que resta em mãos do "público" (quem tem para investir). Além disso, quando há "estouros", como os dos últimos dias, o Banco Central imediatamente abandona sua política de contenção da expansão monetária vendendo títulos, para tranquilizar o mercado, o que torna ainda mais difícil controlar a inflação.

Mesmo depois do "estouro" de duas empresas com operações no open market, nada parece indicar que a situação vai mudar. O Ministro Reis Veloso declarou, há poucos dias, que não vê necessidade de medidas disciplinadoras por enquanto. O que significa que esta festa de poucos seletos convidados (cujas despesas são pagas pelo resto da população, atormentada pelos preços em alta), vai ainda continuar, pois é ela uma sagrada cria do sistema. **(A.B)**

Acordo Nuclear

ALGO MAIS: A IRRITAÇÃO DO SR. MINISTRO.

O Ministro da Indústria e Comércio, Angelo Calmon de Sá, permanentemente irritado desde as acusações feitas pela revista alemã "Der Spiegel" (O Espelho) a respeito de irregularidades no programa nuclear brasileiro, vem insistentemente acusando a imprensa ora por um motivo, ora por outro. Agora, mais irritado do que nunca, ele acha que a imprensa não vem dando o mesmo destaque às respostas dadas pelas autoridades governamentais.

Um dos exemplos citados por ele foi o depoimento do presidente do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), Ubirajara Cabral, que, na Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar possíveis irregularidades no acordo nuclear Brasil/Alemanha, explicou onde foram parar os US$ 296 milhões que a revista alemã dizia terem desaparecido. Sim, finalmente, Cabral conseguiu pelo menos esclarecer quanto o Brasil gastou de tecnologia até setembro deste ano. Foram pagos US$ 528 milhões à França, Suécia, Áustria, Estados Unidos e Alemanha. Finalmente, esses dados são revelados, depois do desencontro de várias autoridades a respeito da questão levantada pela revista. Mas, no início cada um dizia uma quantia "x" e ninguém conseguia esclarecer a opinião pública nacional e internacional.

Monopólio

Embora o Ministro Calmon tenha ficado muito satisfeito com o depoimento do presidente do INPI e amuado com a imprensa, as explicações dadas à CPI deixam ainda muito a desejar.

A respeito do total de pagamentos de tecnologia do programa nuclear, durante 15 anos - por exemplo - o presidente do INPI simplesmente não sabe quanto o Brasil terá que desembolsar, o que não deixa de ser assustador já que esse organismo é o responsável, em última instância, pelo que o País paga por tecnologia estrangeira.

Um outro ponto importante debatido ainda pela CPI, embora com explicações e justificativas, não satisfaz absolutamente. É a questão da Construtora Norberto Oderbrecht, que, sem concorrência pública, ficou com a construção das usinas nucleares Angra II e III. Na CPI, o presidente da Eletrobrás, Arnaldo Barbalho, munido de muitos documentos, explicou que a Norberto Odebrecht (na qual Calmon foi funcionário há anos atrás e em cuja diretoria atualmente haveria parentes do Ministro) ganhou a construção das obras pela sua experiência anterior em Angra I.

O que fica claro em toda essa história é que, na prática, foi estabelecido um monopólio para a construção das usinas nucleares, mesmo que se argumente que "a contratação da Odebrecht significava a garantia mais efetiva de serem seguidos os padrões de qualidade, de custos e os prazos estipulados", segundo Fernando Candeias, diretor técnico de Furnas, em 76. O que se vê na realidade é que as obras estão atrasadas, os padrões de qualidade vêm sendo questionados, como no caso das estacas que deverão sustentar as usinas, onde autoridades chegaram a admitir que 18 delas estavam com problemas (cada estaca custou em torno de US$ 35 mil). Quanto aos custos finais da energia a ser produzida a situação fica ainda mais séria.

Energia cara

A confusão sobre o custo do quilowatt das usinas nucleares é imensa. Na CPI, informou-se que será de US$ 1.570 cada quilowatt, embora muitos técnicos de Furnas continuem a falar que os custos já estejam acima de US$ 2 mil e John Cotrim, engenheiro atualmente trabalhando em Itaipu, diga que até as usinas estarem prontas chegarão a US$ 3 mil o quilowatt - o que já é considerado como a energia mais cara existente no País, já que as hidrelétricas custam em média US$ 600 por quilowatt e até mesmo Itaipu, considerada com custos elevados, custará em torno de US$ 800, por Kw.

Com todas essas dificuldades e erros trazidos à luz pela imprensa nacional e internacional, somente no dia 10 deste mês, depois de anos de alerta sobre os perigos da falta de segurança nas usinas de Angra (ver matéria ao lado), o presidente do Instituto de Resseguros do Brasil, José Lopes de Oliveira determinou a realização de inspeções mais rigorosas para conhecer as estacas da usina nuclear de Angra II, sob suspeita de falhas na concretagem. Ele explicou que até ali se faziam inspeções rotineiras, mas que agora o IRB decidiu intensificar a fiscalização. Mas, mesmo com os perigos das centrais nucleares sobre o meio ambiente, a parte de seguros dessas usinas é um negócio muito lucrativo pelo menos para alguns. Esse é o caso do Senador Magalhães Pinto, que, poucos dias depois de romper com a Frente de Redemocratização, conseguiu que sua empresa ganhasse um dos maiores seguros da América Latina: de Angra II e III (cerca de US$ 50 milhões).

(Maria Cândida Vieira)

Proposta de Goldemberg: participação popular e Conselho Consultivo.

Uma Comissão Parlamentar de Inquérito, certamente, não resolverá os problemas do programa nuclear brasileiro. Ela servirá apenas para esclarecer (ou aumentar?) algumas dúvidas. O que seria necessário, segundo o presidente da Sociedade Brasileira de Física, José Goldemberg, é a criação de um Conselho Consultivo para debater e esclarecer diretrizes para a política nuclear.

Esse Conselho seria composto de 12 a 15 membros, "com representantes da comunidade científica, membros do Governo e órgãos de segurança militar". Além disso, segundo ele, é preciso a constituição de um organismo independente do Ministério das Minas e Energia para "fiscalizar a segurança das usinas nucleares".

Mas, além desses organismos, é de fundamental importância a participação da população a respeito dos problemas nucleares, porque os problemas de contaminação e deterioração do meio ambiente afetam a todos. Essa prática já é intensamente realizada nos países da Europa e nos Estados Unidos, fazendo com que os governos desses países tenham que recuar nas instalações de algumas usinas nucleares.

Tudo isso tem criado problemas para as indústrias que produzem reatores nucleares, que se voltam para vender cada vez mais aos países capitalistas atrasados como Brasil, Irã, Paquistão e outros. Um exemplo dessa organização para boicotar a instalação de usinas nucleares é a Suécia, onde o governo há duas semanas foi obrigado a renunciar por pressões da população.

DEMITIDO, ALGEMADO, PRESO.

O líder operário Zé Pedro de Osasco ficou sabendo que se corresse ou reagisse levaria bala, quando foi detido esta semana em São Paulo. O próprio soldado que o conduziu para um quartel é quem contou. Os patrões tentam esfriar a campanha salarial de 78 dos metalúrgicos da região, que prometem ir à greve se não obtiverem aumentos de 70 a 74%.

Na porta da fábrica Brown Boveri, em Osasco, um operário de 36 anos de idade, mulato, lê o **Jornal da Tarde**, em frente a uma banca de revistas, quando é interpelado por dois soldados da polícia militar, que pedem sua identificação. Ele tira uma carteirinha do bolso e exibe. Os soldados conferem num papel e dizem: "Ah! É você mesmo." E imediatamente passam-lhe as algemas e o conduzem para uma viatura. Era hora de almoço, segunda-feira, dia 13, na multinacional que produz material elétrico pesado.

Acabava de ser preso o caldeireiro José Pedro da Silva, o Zé Pedro de Osasco, uma das mais respeitadas lideranças do novo movimento operário brasileiro. Pai de cinco filhos, o mais velho com 13 anos, residente numa casa pobre sem forro num bairro da periferia da cidade, o caldeireiro foi conduzido para um quartel da polícia, onde recebeu a informação, por um dos que o escoltaram, que "se tivesse corrido ou reagido, levaria bala". Ao que ele retrucou: "não sou nenhum bandido, sou um operário, minha luta é aberta e tudo o que eu penso, eu falo nas assembléias".

A farsa

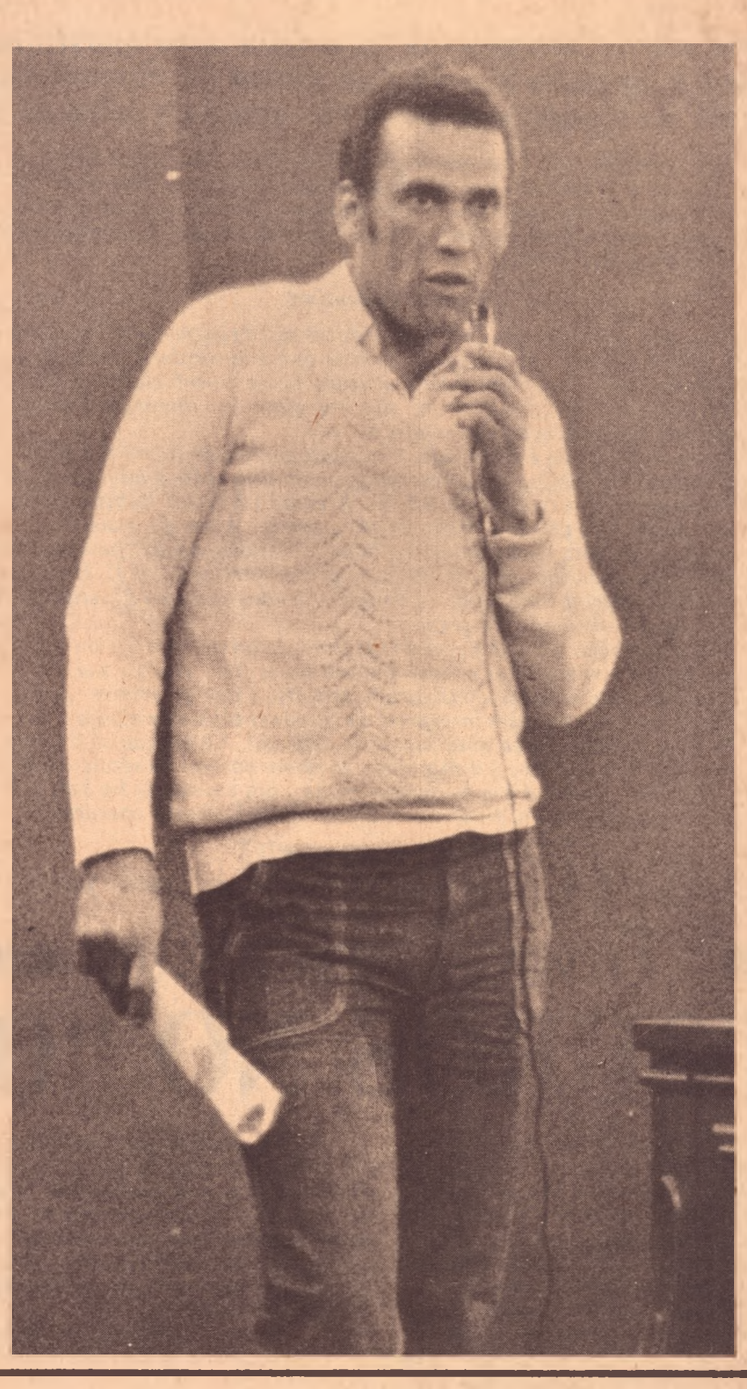
Três dias antes, a empresa Brown Boveri, demitiu Zé Pedro, que lá trabalhava há oito anos e meio. A firma montou uma farsa para afastá-lo do convívio com os outros 3.500 operários. Comunicou-lhe que seria transferido para "executar serviço de emergência, temporário e dentro da sua especialidade", por um prazo de dois meses. A passagem já estava marcada e ele deveria embarcar dia 13 pela manhã. Zé pedro, recusou-se a ir, pois isso não estava previsto no contrato de trabalho, e durante todo o tempo que esteve a serviço da Brown, nunca fora transferido.

O caldeireiro tem estabilidade no emprego até março de 1978, garantida pela CLT pois fêz parte da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco. Mas a multinacional considerou que houve "violação da ordem e da disciplina indispensáveis ao bom andamento do trabalho" e depediu-o alegando justa causa.

No momento da prisão de Zé Pedro, corria o maior burburinho entre os trabalhadores lá dentro da fábrica. É que uma assembléia realizada ainda na sexta-feira, dia da demissão, com 200 empregados, no Sindicato, deliberou que às 15h em ponto as máquinas iam parar em sinal de protesto. Conforme o combinado a greve era para exigir imediata readmissão de Zé Pedro, figura muito estimada e conhecida dos seus companheiros, pela sua participação destacada na Oposição Sindical Metalúrgica de Osasco, pela direção da manifestação do 1º de Maio de 78 naquela cidade, e mais recentemente pela atuação - que ele mesmo não esconde nas suas declarações públicas - durante a greve na Brown Boveri, que durou três dias e arrancou 15% de aumento imediato nos salários, em julho.

A greve abortada

Mas o que seria a primeira greve política do País dos últimos anos ficou no meio do caminho. Foram dois os principais abortivos. Em primeiro lugar, a forte repressão desencadeada pela Brown Boveri e pela polícia, dos quais a prisão de Zé Pedro foi apenas um dos lances. Desde a manhã, viaturas da polícia rondaram o pátio interno da fábrica, ostensivamente. À tarde as pressões sobre cada funcionário agravaram-se: os chefes e até mesmo policiais à paisana ou vestidos como trabalhadores ameaçavam de demissão quem aderisse à palavra de ordem da assembléia de sexta-feira. Na entrada da firma, os portões foram fechados totalmente, ao contrário do normal. Viaturas de quinze em quinze minutos circulavam e paravam ali. Havia presença acintosa de vários guardas da segurança interna. Os jornalistas não podiam entrar, nem para telefonar; o serviço de relações públicas recusava qualquer contato com eles. Na hora da saída do turno, o que houve lá dentro estava assinalado no rosto de cada um dos trabalhadores que deixavam apressados o local e não davam entrevistas: "não sei de nada", murmuravam, amedrontados.



Outro fator de desmobilização foi a confusão espalhada pela empresa, através de uma nota distribuida para todos os metalúrgicos, na entrada, informando que Zé Pedro não fora demitido, mas sim "suspenso", medida que contaria com amparo do Sindicato da categoria. O que era mentira, pois Zé Pedro tem duas testemunhas de que foi mesmo demitido na sexta-feira, e o sindicato desde o primeiro momento se solidarizou com ele. Na mesma nota, a Brown Boveri intimidava, alertando para o fato dos equipamentos produzidos por ela serem de extrema importância para a Segurança Nacional.

Enquanto a paralização do trabalho não se concretizava, na Delegacia Regional do Trabalho reuniam-se em mesa redonda as partes interessadas, num encontro em que a imprensa teve que forçar a barra para fazer a cobertura, inicialmente proibida. Ali ficou registrado em ata, que realmente Zé Pedro estava era afastado do serviço, até que um inquérito na Justiça do Trabalho apurasse a falta de que era cusado. Dois dias depois a multinacional concordou em continuar pagando o salário do caldeireiro até a decisão judicial. Mas, ele certamente não poderá voltar para a linha de produção. Ou seja, a manobra para afastar Zé Pedro estava assim consumida.

Campanha salarial

Tanto para o Sindicato dos Metalúrgicos, quanto para a Oposição Sindical, o episódio nada tem de casual, mas está ligado diretamente com a campanha salarial que há algumas semanas se desenvolve em São Paulo, Guarulhos e Osasco, onde 300 mil metalúrgicos terão o salário reformulado a partir de 1º de novembro. Há cheiro de greve no ar e é o que mais se fala nas assembléias e reuniões da categoria nestas três cidades.

Numa assembléia, realizada dia 6, 200 metalúrgicos em Osasco decidiram exigir 74% de aumento salarial, bem acima do índice que o governo vem fixando mensalmente para os dissídios coletivos. Além disso, aprovaram também que vão fazer negociação direta com os patrões e enfatizar a necessidade de conseguir estabilidade de emprego para as comissões de fábrica e delegados sindicais. O índice de 74% deriva do estudo apresentado pelo DIEESE sobre a perda do poder aquisitivo dos metalúrgicos no último ano.

O clima da campanha começa entrar nos momentos decisivos. Na última quinta-feira, dia 11, houve a primeira reunião entre os três sindicatos e comissões de salário com os representantes dos patrões, quando estes "falaram que querem dialogar, mas não enfiaram a mão no bolso", como disse Henos Amorina a este semanário. Ele se referia à proposta apresentada pelos empresários: aumento de 50% para os operários que ganham até três salários mínimos; de 58%, até seis salários mínimos; e o índice do governo para o resto da categoria. Nem tocaram numa das reivindicações centrais que é estabilidade de comissões de empresa.

Nessa situação, para o patronato nada melhor que um líder como Zé Pedro esteja fora de ação. Ele não é o primeiro demitido e a julgar pela lógica empresarial não será o último, como prenunciam os ventos da campanha salariam. Outros casos em Osasco já ocorreram - quatro participantes da Oposição Sindical e dois ciperos foram para a rua recentemente. A oposição Metalúrgica de São Paulo também já denunciou a dispensa de muitos trabalhadores vinculados tanto à chapa 2, quanto à chapa 3, que concorreram às eleições para o sindicato. O próprio Anizio Batista, que encabeçou a chapa da Oposição Sindical foi mandado embora. A onda de dispensas começou logo após o esfriamento do movimento grevista que teve início em São Bernardo.

Mas agora os patrões perderam a sutileza. Zé Pedro ficou detido uma hora, foi bem tratado na polícia, e conversa vai, conversa vem, ficou sabendo, através de declarações dos próprios soldados que foi a Brown Boveri quem chamou a polícia para prendê-lo.

(Flamindo Fantini)

Mais Zé Pedro na página seguinte.

Idéias para uma nova estrutura sindical - III

Queremos decidir nosso próprio destino

Em benefício do capitalismo montou-se a estrutura sindical brasileira. O preço pago pela classe trabalhadora foi a perda de sua autonomia de organização. A greve de maio é a grande prova de como o operário pode deixar para trás muitas leis velhas e inúteis. A força necessária para as transformações que propomos depende da organização dos trabalhadores dentro das empresas através de comissões.

Estas são algumas das afirmações do documento de conclusão do III Congresso do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, que encerrou-se no Guarujá dia 15. Aqui, a íntegra das resoluções:

Com este III Congresso, os trabalhadores de São Bernardo do Campo e Diadema querem dar sua contribuição ao debate dos demais companheiros de base e de todos aqueles que sentem necessidade da classe trabalhadora decidir, segundo suas próprias regras, seu próprio destino. Ou seja, partindo do princípio de que a organização da classe trabalhadora deve se dar independentemente das amarras que a prendem ao Estado, tendo seu começo, meio e fim decididos pelos próprios trabalhadores.

Aqui, estabelecemos os princípios que consideramos básicos. Temos certeza, no entanto, que é a na experiência de nosso dia a dia e no avanço de nossa luta que aprenderemos os passos mais imediatos e, a partir daí, os meios mais eficazes de atingir nossos objetivos.

*Muitos companheiros podem se perguntar, com justa razão, por que este III Congresso teve um tema único de discussão, **a estrutura sindical**. As razões são simples e se prendem ao próprio dia a dia do trabalhador na empresa, nos sindicatos. Cada vez que o trabalhador tem um problema, seja ele o reajuste salarial, as condições de trabalho, o custo de vida, a previdência social, surgem dificuldades para ele encaminhar suas reivindicações e lutar para atingir seus objetivos. Estas dificuldades estão nos obstáculos legais existentes para que ele se organize e lute na defesa de seus interesses. Isto acontece na empresa, isto acontece no sindicato, cuja ação é impedida por um conjunto de leis expresso na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), especialmente em seu capítulo V, que trata da organização dos sindicatos, diretamente subordinados ao Estado, através do Ministério do Trabalho.*

Na verdade, o avanço da organização do trabalhador na luta em defesa de seus mais legítimos interesses é barrada por uma estrutura sindical que foi justamente montada, há mais de 40 anos, com este objetivo: impedir a organização da classe trabalhadora independentemente da tutela do Estado.

Em benefício do capitalismo montou-se a estrutura sindical brasileira. O preço pago pela classe trabalhadora será, entre outros, a perda de sua autonomia de organização.

Em nosso I Congresso, em 1974, já sentíamos o peso da CLT e propunhamos, naquela época, um código mínimo de trabalho que assegurasse apenas a legislação social, nem sempre resultado da simples doação do Estado, mas conquistada pelo trabalhador em suas próprias lutas.

Mas nada mudou. A CLT continua a mesma. De lá para cá, porém, a organização dos trabalhadores avançou, apesar de todos os obstáculos. E a greve, a partir de maio, está sendo a grande prova de como o trabalhador, organizado, pode deixar para trás muitas leis velhas, inúteis e que só existem para dificultar a organização da classe trabalhadora na luta legítima em defesa de seus interesses.

AUTONOMIA E LIBERDADE SINDICAL

Estamos convenc dos que a autonomia e a liberdade sindical são indispensáveis para que nossos sindicatos possam defender efetivamente os interesses da classe trabalhadora. Portanto, sem autonomia e liberdade, de nada nos adianta falar em um verdadeiro sindicalismo, em organizações que sirvam aos interesses de nossa classe.

Porém, o que tem acontecido é que a uma legislação restritiva baseada na CLT, vêm se somando a cada dia que passa mais leis de repressão aos trabalhadores. A nós são negados os mais elementares direitos democráticos de reunião, expressão e manifestação. Essas restrições refletem exatamente toda a estrutura sindical que aí está, que retira a autonomia e liberdade das organizações sindicais.

Como etapas indispensáveis para a conquista daquela autonomia e liberdade, propomos:

*1. A instituição do **contrato coletivo de trabalho**, no qual serão incluídos princípios para nós fundamentais como a negociação coletiva, a estabilidade, o salário profissional, o livre acesso de dirigentes sindicais nas empresas e a realização de assembléias no interior das empresas.*

*2. **O pleno exercício do direito de greve.** Este é um instrumento imprescindível para a defesa de nossos interesses e, sobre o direito de greve não deve existir qualquer regulamentação jurídica, a qual seria a forma de negar seu própro exercício.*

*3. **A ratificação da Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho** (OIT), assegurando-se, contudo, o princípio da unidade sindical. A adesão a este Convênio significa que nossas organizações sindicais terão pleno direito de redigir seus próprios estatutos e regulamentos administrativos; que nós teremos o direito de eleger, livremente nossos representantes, organizar nossas atividades, programar nossa ação e, dessa forma, as autoridades públicas não podem criar qualquer limitação aos nossos direitos ou impedir seu exercício legal. A ratificação do Convênio significa, ainda, a impossibilidade de dissolução ou suspensão de nossas organizações por via administrativa.*

UNIDADE E PLURALIDADE SINDICAL

Um dos princípios básicos da luta dos trabalhadores é a busca de união. A competição, um dos alicerces da sociedade em que vivemos, força todos os dias a que cada um procure individualmente a solução para seus problemas. No entanto, mesmo com esta competição, os trabalhadores sempre buscaram formas de, juntos, lutarem por melhores condições de vida e superar a divisão imposta pela sociedade.

À contraproposta da unidade, o objetivo primeiro de todos aqueles que se colocam contra a organização da classe trabalhadora, é a fragmentação das organizações dos trabalhadores. A unidade sindical é, pois, fundamental. Quanto mais forte ela é, maiores são as condições de barganha imediatas na luta por melhores condições de trabalho e salários e também maiores as possibilidades de interferência e participação dos trabalhdores no conjunto da sociedade.

Não há dúvida que a unidade do movimento sindical se transformará em realidade a partir da ação conjunta da classe trabalhadora na luta pela conquista de seus objetivos comuns, bem como através da ligação que se estabelecer entre as diferentes organizações sindicais.

Mas na busca de unidade de ação, como coadunar interesses de categorias tão diferentes quanto à sua organização e força de pressão? Em outras palavras, como manter a unidade entre sindicatos de trabalhadores tão diferenciados como os que estão situados, por exemplo, nos setores mais desenvolvidos da economia e aqueles sindicatos de trabalhadores de pequenas e médias empresas espalhados por todo o território nacional?

O I Congresso realizado por nossa categoria procurou responder esse problema, sugerindo uma unidade a nível nacional, através de um código mínimo de trabalho, encerrando os direitos principais, fundamentais e comuns a todos os trabalhadores que vivam de salário, em regime de emprego, a partir das condições mínimas hoje asseguradas.

Optamos pela manutenção do princípio da unidade sindical. E para a efetivação e fortalecimento deste princípio, propomos:

*1. **Sindicatos únicos** em cada ramo de produção ou serviço, afastados os sindicatos por ofício ou empresa.*

2. Que, se em determinada empresa houver mais de um ramo produtivo, a filiação sindical seja decidida por assembléia soberana dos interessados.

3. A livre organização das categorias entre si e com as demais, tendo em vista os interesses comuns, em nível regional, estadual e nacional.

4. Aos poderosos grupos empresariais, organizados e unidos na defesa de seus interesses, deverá se contrapor a unidade da classe trabalhadora, através de uma central única de trabalhadores de âmbito nacional.

COMISSÕES DE EMPRESA E DELEGADOS SINDICAIS

Sabemos que uma mudança da estrutura sindical que venha de encontro aos interesses da classe trabalhadora nunca será uma doação do Estado e nunca será facilitada pelas classes patronais. Portanto, a força necessária para as transformações que propomos depende exclusivamente da organização dos trabalhadores dentro das empresas, através das comissões de empresa.

Precisamos transformar nossa força potencial em força real

Além do mais, as comissões de empresa representam a superação de um velho problema da organização dos trabalhadores: a indispensável incorporação de um número cada vez maior de trabalhadores à frente das lutas do conjunto da classe.

As comissões de empresa devem surgir da iniciativa e criatividade dos trabalhadores dentro da empresa, em torno de seus problemas específicos, os quais não são, necessariamente, os problemas de toda a categoria: uma chefia arbitrária, condições de trabalho, enfim, todos os problemas internos de uma empresa.

É claro que nossa organização em comissões de empresa não será facilmente aceita pelos patrões, mas também estamos conscientes de que nenhuma conquista da classe trabalhadora e de todos os povos do mundo jamais foi alcançada sem algum sacrifício. As perseguições, demissões e ameaças, longe de negarem a necessidade das comissões, mostram seu acerto, na medida em que os patrões reconheceram nelas, através de suas represálias, uma poderosa forma de organização a serviço da classe trabalhadora.

Nessa perspectiva, as comissões de empresa assumem um papel de grande relevância como organização de vanguarda do verdadeiro sindicalismo.

Contudo, não podemos, de forma alguma, correr o risco de que as comissões de empresa representem qualquer tipo de sindicalismo paralelo que comprometa nosso ideal de unidade. Importa é tornar nosso sindicato presente e atuante, através das comissões de empresa, onde estiver o trabalhador.

Como etapas indispensáveis para a criação e o fortalecimento das comissões de empresa, propomos:

1. Que as comissões sejam escolhidas por assembléia geral de empresa e que qualquer trabalhador possa ser escolhido para integrá-la.

2. Que as comissões elejam entre seus membros os companheiros que serão o elo de ligação entre a empresa e o sindicato.

3. Que os trabalhadores, no sindicato e dentro das empresas, lutem para conseguir a estabilidade, representação, informação e mobilidade dos companheiros das comissões dentro das empresas e para que as comissões tenham locais próprios para reunião, divulgação de material informativo, horário disponível, etc.

4. Que os membros da comissão sejam destituídos, individual ou coletivamente, por assembléia de empresa, desde que não cumpram satisfatoriamente suas funções.

5. Que as comissões assumam a negociação das reivindicações com o empregador, cabendo a decisão final à assembleia de empresa.

6. Que os sindicatos promovam cursos permanete de capacitação sindical, visando a preparação dos quadros necessários à formação das comissões de empresa.

7. Que nos acordos, dissídios ou convenções coletivos seja exigido o reconhecimento das comissões e a estabilidade para seus membros.

ELEIÇÕES SINDICAIS

A atual estrutura sindical estabelece eleições diretas para sindicatos e indiretas para federações e confederações. As eleições diretas são uma forma de discutirmos e decidirmos democraticamente sobre aqueles que devem ser nossos representantes e a única forma de controle efetivo das bases todas as suas entidades representativas. As eleições indiretas para federações e confederações visam exclusivamente a manutenção do poder sindical dos eternos e consagrados parasitas da estrutura sindical.

Por isso, propomos:

1. Eleições livres e diretas em todos os níveis.

2. Uma data única para as eleições em todos os níveis. Nesta data, o dia será livre para o trabalhador votar.

3. Que poderão votar e ser votados os trabalhadores sindicalizados sem prazo de carência, e os trabalhadores aposentados.

4. O voto livre, facultativo, sem quorum mínimo, vencendo a maioria.

5. O mandato de três anos.

6. O diretito à reeleição, sem restrições.

7. Que as eleições sejam presididas por uma junta igualitária formada por companheiros de todas as chapas.

8. A permanência da diretoria à frente do sindicato durante o processo de eleições.

9. Que todos os recursos sindicais estejam à disposição de todas as chapas.

10. Que todas as chapas tenham direito a um mesário para cada mesa e um fiscal para cada urna.

11. Fim do atestado ideológico.

12. Estabilidade, igual à diretoria eleita, para os trabalhadores que participarem das demais chapas.

RECEITA E DESPESA - IMPOSTO SINDICAL

A Contribuição Sindical (ex-Imposto Sindical) é a pedra angular de sustentação da estrutura sindical vigente há mais de 40 anos. É através dele que o Estado atribui aos sindicatos funções de colaborarem como órgãos públicos, impossibilitando, por esta via, a organização dos trabalhadores em Sindicatos autônomos e independentes do Estado.

Por isso propomos:

1. Abolição da Contribuição Sindical;

2. Decisão, por Assembléia Geral, da criação de fontes alternativas de recursos;

3. Criação de Fundos para prover as necessidades que surgirão no decorrer das lutas dos trabalhadores;

4. Criação de um Fundo Desemprego custeado pelos patrões;

5. Que a assistência à saúde passe às mãos do Estado, permanecendo a assistência jurídica de competência exclusiva dos sindicatos.

Embora seja urgente a profunda modificação da estrutura que aí está, precisamos evitar a pressa em definir modelos acabados sobre a vida sindical. Isto porque, apesar do debatre de idéias ser necessário, seria muito fácil apresentarmos sugestões definitivas sobre estrutura sindical, esquecendo-nos de que qualquer transformação será superficial se não for fruto da participação e elaboração profunda do conjunto dos trabalhadores.

A estrutura sindical necessaria deve ser o resultado de nossas experiências passadas e atuais. Deve levar em conta nossos erros e acertos. Assim, não basta a elaboração de belos princípios de classe em relação aos sindicatos porque, por mais justos que sejam, não se transformarão em realidade enquanto não forem discutidos e incorporados à ação de todos os trabalhadores.

Desaa forma, para nós trabalhadores metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, definimos como programa até a realização do nosso próximo Congresso:

- *a implantação e o desenvolvimento da organização de comissões de fábrica será o início da nova estrutura sindical dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Esta tarefa deverá estar em estágio o mais avançado possível até o próximo Congresso.*
- *promover a realização de cursos de formação sindical para os membros das comissões de fábrica.*
- *realizar reuniões por empresa, para iniciar o trabalho de formação das comissões de empresa na nossa base.*
- *divulgar amplamente junto às bases, aos demais companheiros trabalhadores e a todos os sindicatos, os princípios consagrados por este Congresso.*
- *o planejamento das finanças de nosso sindicato deverá ter por objetivo torná-lo cada vez menos dependente da contribuição sindical.*
- *intensificar as campanhas de sindicalização.*

São Bernardo do Campo, 15 de outubro de 1978

O que os operários esperam do movimento estudantil?

As lideranças do movimento estudantil falam sempre na importância do movimento operário e em geral subordinam seu próprio papel às lutas e projetos dos assalariados. Invertemos agora a questão: o que os trabalhadores esperam dos universitários?

Repórterteres em vários estados fizeram esta pergunta a vários participantes do movimento sindical e operário e procuraram saber de que maneira eles acham que os estudantes podem ajudar.

Um debate importante para quem pretende reerguer a UNE em maio próximo. E também para quem vê no movimento estudantil - M.E., como se fala um aliado dos trabalhadores, As entrevistas começam a ser publicadas sob a forma de depoimento esta semana: Primeiro, Zé Pedro e Waldemar Rossi, ambos metalúrgicos de São Paulo.

Zé Pedro de Osasco

Líder da Oposição Metalúrgica de Osasco e pivô da primeira violência empresarial e policial na campanha de salários em São Paulo este ano, o caldeireiro afirma: "tem várias maneiras do estudante ajudar o movimento operário. Por exemplo, descer nas periferias e começar a discutir com as pessoas dos bairros, falar dos problemas, trazer informações para os moradores, principalmente dentro daquele campo que está estudando, como a medicina e a enfermagem".

• Na fábrica, quando soubemos que os estudantes sairam às ruas, a gente sentiu uma alegria muito grande: a coisa realmente começava a dar vida outra vez. Discutimos com os trabalhadores e todo mundo também ficou muito contente, porque, ora, se os estudantes conseguem fazer uma passeata, daqui alguns dias os operários vão conseguir conquistar alguma coisa também. Parece que os trabalhadores se identificaram com aquelas lutas e viram nos estudantes companheiros de coragem - agir com coragem, era assim que os trabalhadores deviam fazer também. Nesse sentido acho que ajudou bastante. Até as empregadas domésticas sentiram essa mesma alegria, quando viram os estudantes na rua gritando por liberdades democráticas, embora não soubessem o significado, mas só de ver um bloco de pessoas desafiando e desobedecendo as autoridades, que são vistas pelo povo não como aqueles que cuidam do seu bem-estar, mas para massacrar o povo. Ajudou bastante a carta aberta distribuída à população - "hoje quem cala consente" -, os trabalhadores que pegam o ônibus em São Paulo, recebiam e traziam para circular dentro das fábricas, dava muita discussão, muito comentário. Conseqüentemente, isto trazia muita conscientização, um anseio de luta, de acabar com aquele medo, aquele terror. Isso até contribuiu nas greves de agora, em junho.

• A classe operária não pode ficar esperando que o M.E. forme suas vanguardas dentro da universidade e venham atuar no movimento operário. A liderança dos trabalhadores tem que surgir na sua própria classe. Conheço companheiros que já foram da universidade e hoje trabalham como operário, mas por questão de sobrevivência. Aí, se ele se tornar um líder da classe a gente aceita. Mas que isso deva ser um troço expresso num programa - que o cara tem que se formar na universidade e vir ser vanguarda do movimento operário - não tá certo.

Descer para as periferias e ajudar o povo

• Tem várias maneiras do estudante ajudar o movimento operário. Ele tem que discutir, ajudar o operário a enxergar, mas deixar que o operário mesmo é que faça a luta. Por exemplo, aquele estudante que tem melhor condição de vida, descer nas periferias e dentro daquele campo que ele está estudando ajudar a população, como na enfermagem e na medicina – discutir, avançar e ajudar a organização. Começar a discutir com grupos de pessoas dos bairros, falar dos problemas, trazer informações para os moradores. Acho que aí está ajudando, sabe? Conseqüentemente, pode até conquistar uma liderança ali e até concordo que ele faça parte de uma organização, por exemplo, de uma associação como a Sociedade de Amigos do Bairro. Aí, ele consegue representatividade, conquistando na prática, para agir com o pessoal da periferia, fazer suas lutas. Acho que é este o papel do estudante.

• Existem bandeiras que não são só da classe operária, mas de todo o povo explorado. Por exemplo: a da conquista da democracia não é apenas para o estudante empunhar, os operários também precisam lutar por ela. Ninguém precisa mais de democracia para se organizar do que o operário. Então, no momento em que os estudantes estão levantando a bandeira da luta democrática, nós, vanguarda da classe operária temos que traduzir isto para o movimento operário. Mesmo o estudante tem que colocar mais acessível o que é democracia para o trabalhador. Entendemos que é o direito de ter um sindicato livre, direito de fazer greve, de se organizar livremente, direito de fazer um partido com amplas bases operárias. Se o estudante reivindica isso, temos que se unir a ele, pra obter estas conquistas, de chegar à sociedade nova que todos nós almejamos. Lutar por melhor ensino, por ensino gratuito, também é importante porque pouca gente pode fazer um ensino universitário, pois cobra-se muito caro – quem consegue entrar na universidade é pouca gente.

No 1º de maio, foi tudo bem.

• No 1º de Maio realizado este ano aqui em Osasco, o comportamento dos estudantes que vieram para cá foi cem por cento. Em nenhum momento eles desobedeceram a coordenação das manifestações, que estava dirigindo os trabalhos. Há críticas dizendo que não foi realmente um 1º de Maio operário, pois tinha muito estudante. Mas eu acho que foi operário sim – os trabalhadores dirigiram a manifestação e os estudantes acataram as decisões dessa direção. Nós preparamos e eles vieram como pessoas, como entidades, participaram junto com os operários, e posso dizer com muita segurança que eles não atrapalharam. Acontece que eles estão mais habituados a fazer este tipo de ato e se mobilizam mais. O operário não está acostumado e se mobiliza mais em cima de uma luta concreta para ele próprio como os salários e o sindicato – então, a gente não consegue trazer muito a classe trabalhadora.

• Quem tem conseguido fazer mais mobilização com os operários é a igreja, por exemplo, o Movimento do Custo de Vida. Na Igreja da Sé, a concentração foi a mais operária até hoje. Tinha estudante também, mas a maioria era o povão mesmo. E aí nesta situação também não vi e não senti até o momento em que estive presente que o estudante atrapalhou. Depois, o que aconteceu fiquei sabendo pelos jornais e não sei dizer se está correto ou não. Mas até onde eu pude observar não posso condenar os estudantes. Inclusive há entidades estudantis participando da Coordenação do Movimento do Custo de Vida. É importante, desde que obedeçam à maioria. A luta contra a carestia interessa a todos.

• Mas no ato da Penha, aquele que teve em setembro do ano passado, realmente aí os estudantes puxaram a passeata. Eu não poderia dizer que isto aí é errado. Eu acho que às vezes a gente tem que começar a ser audacioso também na nossa luta. Não podemos ficar a vida inteira obedecendo. Se os operários fossem obedecer a lei do governo, por exemplo, eles não iam fazer greve. No momento em que eles tinham condições eles foram e fizeram a greve. Se os estudantes acharam que tinham condições de fazer a passeata aquele dia na Penha, tá certo fazer. Agora, eu, operário que estava lá, não aderi à passeata porque acho que meu papel é mais dentro da fábrica, organizar os trabalhadores dentro da fábrica. Agora, ficar só criando coisa para fazer mobilização, passeata, também não.

• Nos acontecimentos até 1968, parece que o pessoal não entendeu bem a luta dos estudantes ou não estava preparado para entender. Mesmo a massa. Muita gente dizia: "vão parar com essa bagunça aí". Agora é diferente, em 1977. O movimento operário é simpático às lutas estudantis. Vi pouquíssimos trabalhadores criticarem os estudantes. O que acontece muito é não entender especificamente porque os estudantes estão lutando. Quando se trata de salário e custo de vida, os trabalhadores sentem que é o governo o culpado de tudo isto. No momento em que os universitários vão às ruas e são combatidos pelas autoridades, isto leva a uma reflexão, a um entendimento dentro da massa de trabalhadores de que os estudantes estavam fazendo coisas contra o mesmo governo que massacra os operários. Mesmo não entendendo muito bem, os operários ficavam do lado dos estudantes. Muitas vezes na cidade, quando ia ter passeata, me parece que precisavam cercar as ruas que davam acesso aonde ia passar as passeatas, senão o povão entrava mesmo.

(Por Samira Zaidan)

Waldemar Rossi

Um dos iniciadores da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e portador de uma longa tradição de luta junto com a igreja católica no movimento operário, ele opina: "o fundamental é que o estudante compreenda que o trabalhador tem que ser respeitado profundamente como ser humano e como elemento de uma classe capaz de desenvolver sua própria história. Se o M.E. quer contribuir, ele pode fazer eco das aspirações de um sindicalismo livre, por exemplo".

• Fala-se em aliança operário-estudantil. Teoricamente é muito bonito. Na prática realmente não funciona, sobretudo nos moldes em que vem sendo apresentada. São dois tipos de vida e duas concepções bem diferentes. O universitário é passageiro; enquanto estudante tem uma vida curta; ele faz uma proposta própria para o sentido da sociedade que ele descobre naquele momento em que está amadurecendo para a vida e lida muito com as idéias. Já o trabalhador tem um estado permanente; sabe que vai ficar trabalhando o tempo todo, e que depende daquilo para viver, não está habituado a lidar com as idéias, mas lida muito com a prática. As preocupações de um e de outro, os métodos de viver, as aspirações, são muito diferentes. Enquanto o estudante está sujeito a mudanças fundamentais na sua vida, o trabalhdor poderá mudar mas num único caminho - deixar de ter uma posição de dominado para acabar com a dominação, pois do contrário em geral não terá condições de mudança. O fundamental é que o estudante compreenda que o trabalhador tem que ser respeitados profundamente como ser humano e como elemento mesmo de uma classe capaz de desenvolver sua própria história. O papel da aliança operário-estudantil nesse caso se torna difícil porque os projetos são diferentes e também o alcance do trabalho que se pretende desenvolver. O que pode haver são alguns pontos em comum. Mas essa aliança das duas classes se unirem e lutarem nas mesmas condições não funciona, porque enquanto o trabalhador depende do trabalho para sobreviver, o estudante não depende. Além disso, o estudante não pode parar uma fábrica, e o trabalhador pode.

Fazer o eco das aspirações populares

• Há diversas maneiras do M.E. ajudar o movimento operário. Uma delas é criticar o mais possível as injustiças que existem, procurar captar as aspirações operárias, e se possível se impregnar da profundidade dessas aspirações e começar a mudar o seu próprio comportamento e sua própria perspectiva de vida para o futuro. Outra, dependendo da disposição das pessoas é utilizar o instrumental que o estudante tem para auxiliar em alguns trabalhos de formação da consciência. Eu conheço muitos estudantes que procuraram bairros onde existem trabalhadores e se dispuseram a fazer trabalhos de assessoria orientado por trabalhadores, por exemplo, alguns cursos onde a matéria que o estudante conhece bem é ministrada, mas onde permite e cria condições para que o trablhador desenvolva todo seu potencial crítico. Uma terceira hipótese, entre muitas outras, é o caso dos estudantes de Direito que ajudam os trabalhadores na periferia a descobrir o problema da grilagem e ajuda esse pessoal a se unir e a lutar. São formas de ajuda concretas.

• Se o M.E. quer contribuir se ele pode fazer eco das aspirações de um sindicalismo livre, isso é muito bom, ajuda, mesmo sabendo que ele não vai resolver. É evidente que se o M.E. consegue fazer correr as idéias que já são defendidas pela classe operária, dentro dos parâmetros que a ela propõe, ele dá uma contribuição bastante grande.

A experiência negativa de Osasco

• Ao longo do tempo a aproximação do M.E. com o movimento operário vem sendo feita com muito sofrimento, com muita dificuldade, por que os estudantes têm procurado exercer de maneira geral o papel que os operários não vinham assumindo; aparentemente seria correto, mas na verdade é um erro bastante grande e fez com que algumas etapas no movimento operário fossem queimadas, em prejuízo dos trabalhadores. Nós vivemos durante longos anos essa experiência. Porém aos poucos parece que a liderança do M.E. vem compreendendo que o movimento operário está assumindo o próprio papel. A experiência de 68 foi bastante clara: a forma com que foi levada a greve de Osasco, por exemplo, foi típica da ingerência do M.E. no movimento operário. Queimou-se etapas - o conjunto dos trabalhadores não estava preparado para aquele tipo de proposta. Poderia haver um movimento grevista, mas os moldes desse movimento teriam que ser decididos pelos próprios trabalhadores. Não prevaleceu a opinião do trabalhador de um modo geral - prevaleceu a proposta dos elementos oriundos do M.E. As reivindicações eram por salários e os trabalhadores tinham condições de fazer com um mínimo de organização, porém a forma de lutar que seria uma paralisação generalizada e assumir o comando da empresa, inclusive com a retenção dos quadros da empresa, estavam completamente fora da capacidade do operário, fora da sua própria formação política e fora da sua prática política. Ele não vinha fazendo paralisações ou movimento de protesto desde 1964. Quatro anos depois da repressão e inclusive do desemprego, assumir uma forma de luta tão avançada e incorreta só poderia dar no que deu - a polícia interveio e o trabalhdor não teve condição de reagir. E mais: fez o trabalhador de Osasco desacreditar nas propostas vindas de novas lideranças. Em Osasco, as propostas feitas pela Oposição demoraram bastante para serem assumidas.

A massa não aderiu às passeatas

• Para avaliar a participação dos estudantes no ato do Custo de Vida, no 1º de Maio de Osasco, neste ano, e no ato da Penha, ano passado, temos que fazer distinção das correntes do M.E. Algumas delas são mais moderadas, mais coerentes e chegam a compreender melhor a posição de um aliado, na medida em que isso pode ser feito. Mas há correntes que realmente se propõem a exercer a liderança, a ser a vanguarda, a ser o condutor do movimento operário. Nas manifestações populares houve esses mesmos equívocos. Houve uma parcela de estudantes que tiveram um comportamento correto de engrossar o movimento, assumiram as propostas feitas pelos movimentos populares e colaboraram, mas houve outras que realmente bagunçaram o coreto, fazendo propostas e tomando atitudes que serviram para aumentar a desconfiança de grande parte dos trabalhadores que participaram dessas atividades. O operário que ainda não está participando de um trabalho mais ativo, que ainda não aguçou a sua consciência de classe vê o movimento de protesto dos estudantes como algo positivo, porém não aceita em geral propostas, como as de passeatas, tanto que não tem havido nenhuma adesão da massa operária a esses movimentos. Dentro do movimento operário, temos diversas concepções a esse respeito. Aqueles que têm consciência mais crítica e acham que o estudante às vezes exagera ou não capta bem as propostas da classe operária, fazem bastante restrições a uma boa parte das propostas de trabalho em comum. Outros acham que se deve fazer aproximação do M.E. e trabalhadores, a qualquer custo – mas em geral quem propõe isso não tem muita consistência em termos de trabalho de base e a proposta torna-se assim superficial.

Me parece muito mais coerente essa perspectiva do movimento operário de assumir a sua forma de luta que é reivindicar, protestar a partir da paralisação do trabalho dentro das fábricas.

• O M.E. como outros movimentos como o dos intelectuais, tem um papel importante no processo de transformação da sociedade. É evidente que a sua mobilidade, e o fato de estar lidando constantemente com idéias, facilita ao estudante que ele veja e sinta a necessidade de protestar contra as situações injustas, de conclamar o povo para uma situação diferente. Fazer isso significa ajudar a abrir um espaço.

• Você me pergunta se o M.E. serviria apenas na formação de trabalhadores, no meu ponto de vista. Eu digo que é mais complicado do que isso. Para os estudantes serem uma força auxiliar do movimento operário, eles precisam entrar em contato com as bases onde eles estiverem e assimilar e aprender do trabalhador aquilo que o trabalhador deseja. Digo aprender porque não adianta ele ir com sua mentalidade e com seu método de análise da sociedade. Isso não vai funcionar. Ele tem que descobrir com o trabalhador qual o método de análise que é válido para a formação de consciência da classe operária. Então, ao mesmo tempo que ele pode ser um auxiliar, ele tem antes que fazer um aprendizado porque ele pode ser intelectualmente muito bem preparado mas, pedagogicamente incapaz de assimilar a metodologia válida para o movimento operário. Eu acredito em apoio prático. A transformação da sociedade vai se fazer num processo lento e gradativo para ser uma transformação profunda. O estudante, o intelectual têm que se inserir nas camadas populares para poder ir vivendo ali, senão amanhã ele vai querer fazer a transformação da cabeça dele e dá com os burros n'água. Muitos erros têm sido cometidos por causa disso, porque se faz tipos de apoio assim no ar, muito teóricos quando as coisas têm que ser vividas na prática.

(Por Samira Zaidan e Maria Cândida)

ROSALICE FERNANDES:

"CHAGAS FREITAS É UM BRAÇO AUXILIAR DA DITADURA"

Daquilo que sobrou das cassações de mandatos e perseguições políticas, principalmente a partir de 1969, montou-se a máquina chaguista, que hoje comanda o MDB no Estado do Rio de Janeiro". A máquina tem sua base nos sindicatos pelegos, entre os políticos fisiológicos e em cabos eleitorais, corruptos e toda a sorte de aproveitadores. Nesta entrevista ao EM TEMPO, a deputada Rosalice Fernandes abre o verbo, ela que tem sido uma das mais combativas adversárias de Chagas Freitas, e que atualmente se encontra em meio a uma batalha para defender seu mandato e garantir sua legenda à reeleição.

– Rosa, você poderia dizer, bem claramente, a partir da tua própria experiência, como é que funciona a máquina de Chagas Freitas?

– Olha, que parece incrível, mas tem mesmo muita gente que ignora como é esta coisa. Para o povão, principalmente, que toma como lei tudo aquilo que lê nos jornais, e o povão só lê mesmo O DIA e A NOTÍCIA, fica muito difícil assumir uma consciência crítica, não se deixar manipular. Mesmo em Volta Redonda, onde nós já vínhamos denunciando o Chagas Freitas há anos, houve uma perplexidade geral quando, recentemente, fizemos um mural com recortes da TRIBUNA DA IMPRENSA. Ninguém tinha visto nada como aquilo, jamais! Nos jornais do Chagas, não só se seleciona o material, como se dá aos fatos a versão que interessa à desmobilização e enfraquecimento, até meso das lutas reivindicatórias. A máquina joga toda a sua eficácia para esvaziar o movimento popular. É fascista mesmo! É o Chagas Freitas quem bota a repressão policial em cima das oposições sindicais, das associações de bairro e das favelas. É Chagas Freitas quem instrui o Miro Teixeira para se apoderar das palavras de ordem do movimento popular e sair pelas ruas, às vésperas das eleições, falando que está com a Constituinte e com a anistia, que defende também o direito de greve para os trabalhadores e que é de esquerda, que seu passado é o de um homem de esquerda, imagine só! E tem gente que já anda falando em fazer uma composição com o "chaguismo de esquerda"! Por cima de tudo isso é que entram os esquemas de corrupção, os recursos faraônicos que permitem ao Miro espalhar 200 mil faixas pelo Estado do Rio inteiro, andar de cima prá baixo com carrinhos munidos de auto-falantes, etc. Da onde vem a nota? Uma das fontes eu conheço: é o "por fora" que o Chagas recebe dos proprietários das empresas de ônibus, que pagam sem chiar para não perder as concessões das linhas.

– Nessas eleições, o voto no MDB terá, de qualquer forma, um caráter plebiscitário, certo? Mas, aqui no Rio, com o chaguismo, como o voto popular poderá resgatar a consciência oposicionista do eleitorado?

– Apesar do voto plebiscitário ter um sentido evidente, não será nunca através do MDB que a gente vai resgatar o sentimento oposicionista do povo fluminense. A descaracterização do voto popular de oposição, aqui no Rio, via chaguismo, é evidente também. Por isso é preciso apoiar os candidatos mais comprometidos com os movimentos populares, com a luta contra o chaguismo e contra o regime autoritário. Essa luta aqui no Rio é uma só.

– Nessas eleições ainda há o aspecto da reorganização partidária...

– A jogada do Chagas Freitas no nível da reorganização partidária, pelo menos pra mim, está evidente. Dificilmente, ele vai partir para uma legenda descaradamente a favor do governo. O que ele quer, isso sim, é uma legenda pseudo-popular que lhe permita, com algumas "reformas", continuar na manipulação do povo. Para isso ele esta transando com os remanescentes do direitismo do antigo PTB, aqui no Rio, gente do tipo de um Bocaiúva Cunha, de um Ário Teódoro, e outros menos votados. Com esses antigos elementos de direita do ex-PTB ele quer formar a legenda que poderá ter melhores de tentar mobilizar a massa, desviando-a, é claro, nessa mobilização às avessas, de seus reais interesses, a curto e a médio prazo. É claro que essa é a armadilha chaguista, anti-popular na sua essência, colocada no caminho das massas nesse processo de reorganização partidária, sob o signo das "reformas" maiores que o Congresso acaba de aprovar, com o rabo entre as pernas. Uma legenda, realmente, popular, terá de barrar, necessariamente, e de cara, a participação do Chagas Freitas. Isso não será fácil, não só porque tem muita gente equivocada quanto às jogadas que ele há tempos vem fazendo, como porque ele agora tem a máquina administrativa do Estado nas mãos, como governador.

E como os candidatos populares devem se posicionar em relação à organização dos novos partidos?

– Nem tão novos assim, já que sob o que ficou estabelecido pelas "reformas" do governo, não é? Os partidos que vêm por aí tenderão muito mais a bloquear do que canalizar, politicamente, o impulso dos movimentos populares. Mas, de qualquer forma, eu acho que há dois problemas a enfrentar. Existe muita superestimação e, ao mesmo tempo, muita subestimação da atuação que se pode ter no Parlamento. Na minha opinião, tudo depende do avanço do movimento popular. E esse avanço que pode dar maior consequência, ou retirar a consequencia também, da atividade nesses espaços que devemos ocupar nas assembléias estaduais ou em Brasília. Como parlamentares não podemos ficar só nessa de comparecer a atos públicos. Eu, pessoalmente, faço campanha com o Estatuto da Associação do Jacarezinho debaixo do braço. Discuto isso com todo mundo. Organização independente, isso é que é importante. O que devemos buscar é essa organização independente, estimulá-la, difundir a experiência onde não exista ainda, é importante a unidade do movimento popular com organização independente. Isso é que pode acumular forças para os candidatos populares, vinculados a isso, tentar barrar os passos do chaguismo e construir uma legenda própria. Mesmo que seja uma legenda condicionada, a gente denuncia os condicionamentos, mas desde o início sem Chagas Freitas. Vamos nos posiconar, agora, contra esse populismo de direita, digamos assim, para estarmos em melhores condições, amanhã, para a luta que teremos de travar contra o populismo de esquerda, melhor estruturado, que não demorará a se manifestar, também.

– Você acha que as forças políticas populares estão preparadas, têm consciência da necessidade de se preparar para essas lutas?

– As forças progressistas e os oposicionistas autênticos têm ido sempre muito mais a reboque dos acontecimentos. Quando o Euler começou a despontar, por exemplo, embarcaram na canoa golpista, como se um general pudesse ser melhor que outro. Ingenuidade. Há claro que há diferenças entre o Euler e o esquema armado no Planalto, desde o "pacote" de Abril, e que acabou gerando as "reformas". Mas uma coisa é ver a diferenca, outra, muito diferente, é demonstrar com clareza que ela não representa alternativa. Por maiores que sejam as diferenças elas não podem ser alternativas para o movimento popular. As diferentes visões de como embaralhar o movimento popular não podem servir de alternativa para o próprio movimento popular. O povo tem suas próprias alternativas. O povo precisa compreender as diferenças que existem entre seus adversários para poder construir suas próprias alternativas. Uma boa parcela das forças progressistas não entendeu isso direito e embarcou na canoa "diferente" como se fosse uma alternativa. Mas as diferenças entre os generais, por mais diferentes que sejam, não servem como alternativas para o povo, não. Aqui no Estado do Rio, as forças progressistas cometeram outros equívocos, que acabaram por facilitar ao Chagas Freitas tomar conta do governo. Todo mundo estava achando que era líquido e certo que as eleições seriam diretas e que, nessa base, o chaguismo não ia levar. Por ação ou omissão muita gente deixou de lado o combate radial contra o chaguismo e passou a preocupar-se mais com a conquista das legendas. Às vezes eu penso que só eu e o Khair não entramos nessa! Quando veio o "pacote" de Abril, todo mundo ficou pastando! As cartas estavam marcadas, a luta principal tinha sido deixada de lado... O Lysáneas tinha uma frase, de que o MDB era um isntrumento muito precário. Eu acrescento: nossa atuação dentro desse instrumento tem sido muito mais precária. É preciso parar para pensar.

– Como é que está a tua luta pela diplomação e pela legenda?

– Olha, a Mesa da Assembléia tinha de me dar posse no dia em que eu cheguei lá com o diploma na mão. Em vez disso foram fazer uma reunião para discutir o assunto. Eu assisti à reunião. Foi como se eu estivesse sendo processada de novo numa Auditoria! O Magib Rapani alegava que tinha um passado limpo, enquanto eu não passava de uma comunista! Todos os integrantes da Mesa não deixaram de coonetar esta trampolinagem, pois ficaram falando em processado e não processado, como se isso fizesse alguma diferença para um partido de oposição. Pois sim! Na verdade, o problema é político, não tem nada de pessoal. O Chagas Freitas enfiou na cabeça que se eu tiver condições para tentar a reeleição vou acabar puxando a legenda estadual, em prejuízo da Sandra Salim, é isso aí. Eu não acredito nisso, não, mas é o que vieram me contar. E por isso estão encaminhando as coisas, sim, mas por meio de todos os expedientes protelatórios que conseguem imaginar. Meu direito é líquido e certo, eu tenho certeza de que vou ganhar a cassação da liminar que deu condições ao Nagib de se segurar até agora. Também estou convicta de que o Supremo Tribunal vai decidir pela minha absolvição. Mas o que os "claudiomoacyr" da vida estão tentando fazer é atrasar tudo isso e me impedir de ocupar a vaga cativa a que tenho direito para tentar a reeleição.

– A longo prazo, como você vê o enfrentamento com o chaguismo?

– A longo prazo não vejo problemas, não. O movimento popular engole esta máquina. O avanço do movimento popular não poderá ser manipulado, não. Olha, com o trabalho de base que nós fazíamos em Volta Redonda, de 74 a 76, quando eu fui presa, discutindo quinzenalmente os problemas específicos e os mais gerais, também, sabe no que deu? Bem, nós conseguimos baixar a venda dos jornais chaguistas lá. O DIA E A NOTÍCIA passaram a vender menos na cidade.

Rosalice (Foto: Jorge Reis)

PARTIDOS DE ESQUERDA:

Há alguma brecha na nova legislação partidária?

Um exame mais detido das novas regras para a reorganização partidária, revela que podem vir a existir brechas para a expressão própria de correntes da esquerda. Isto é, a interpretação das leis, restringe mas não impede (totalmente) tal possibilidade. Cabe às oposições entrarem desde logo neste debate, sem descuidar, contudo, de que as cartas decisivas serão jogadas no terreno político.

Enquanto as reformas eram apenas uma promessa de Geisel, especulou-se em variadas direções sobre o que viriam a ser as diretrizes sobre partidos políticos. Agora que as regras já estão definidas, ascende-se a polêmica no seio da oposição.

Um eixo central das indagações é saber até que ponto as reformas são menos, mais ou tão restritivas quanto antigamente para se criar partidos identificados com os interesses populares.

Nesse sentido a interpretação majoritária tem sido a de que as reformas no mínimo mantiveram as limitações existentes. Isto porque, apesar de instituírem a via alternativa do apoio de 10% dos senadores e deputados para se fundar um novo partido, também mantiveram a proibição de representação para o partido que não obtiver, nas eleições, 5% **dos votos** do País, distribuídos por nove Estados, com um mínimo de 3% de eleitores em cada Estado. Na prática, segundo tal interpretação, fundou-fundando-se agora um partido pela iniciativa de congressistas eleitos em novembro próximo, se tal partido não alcançar a referida votação em seu primeiro teste, isto é, nas eleições municipais de 1980, perde-se de roldão duas coisas: o próprio partido (cujo registro viria a ser cancelado) e o mandato daqueles que o tivessem fundado.

O exame da mensagem de Geisel ao Congresso, mais o texto aprovado, o relatório Sarney sugerem, no entanto, uma outra interpretação.

As possíveis brechas

As reformas são menos restritivas nos seguintes pontos: 1º) caiu a proibição de coligações partidárias – que eram expressamente proibidas no antigo texto constitucional (isto é, não foi mantido nas reformas o inciso VIII da Constituição); 2º) foi criada uma importante exceção à fidelidade partidária – agora **não** perde o mandato o senador ou deputado que deixa sua legenda de origem para fundar outro partido (§5º do art. 152 das reformas); e 3º) instituiu-se uma via alternativa para a criação de novos partidos políticos – através da filiação de 10% de senadores e deputados federais, como fundadores, na nova agremiação. Antigamente só existia uma via – a da **filiação** ao partido de 5% do eleitorado geral do País distribuídos por 7 Estados, com um mínimo de 7% dos eleitores de cada Estado.

Além desses 3 pontos, e ao contrário da interpretação a que se referiu, os parlamentares eleitos por uma agremiação que não atingir os percentuais fixados não perdem seus mandatos e, portanto, podem continuar atuando no Congresso e até mesmo vir a fundar outro partido (valendo-se da exceção à regra da fidelidade partidária).

A fonte para essa interpretação (a de que os eleitos não perderão seus mandatos) é o relatório Sarney, no trecho onde ele refuta emenda apresentada por Acioly Filho. Acioly argumentava que não se podia aceitar que alguém legitimamente eleito pela vontade popular viesse a perder seu mandato porque o seu partido como um todo não se mostrara uma forte agremiação. Para refutar essa emenda, Sarney afirma: os eleitos não perderão seus mandatos, o partido é que não será representado.

Mas como será isso – um deputado ou senador desvinculado de qualquer partido? Um parlamentar "independente"? Sarney não trata dessas questões, mas o que ele diz não é nem tão estranho nem tão novo: a Lei Orgânica dos partidos políticos (Lei 5.682, de 21 de julho de 1971) já continha a mesma coisa. Seu art. 114 dispõe sobre as condições que os partidos deveriam preencher para não terem seu registro cancelado e o art. 117 estabelecia explicitamente: "Cancelado o registro de um partido, subsistem os mandatos dos cidadãos eleitos sob uma legenda, salvo se a extinsão tiver sido decretada na forma do art. 112". (O art. 112 determina o cancelamento do partido que contrariasse os princípios gerais definidos na Constituição).

A favor dessa interpretação – as reformas contém algumas brechas, ainda que estreitas – pesa também a análise das razões que levaram o regime a propor a reformulação partidária.

A falência do bipartidarismo, decretada a partir da vitória do MDB nas eleições de 1974, colocou para o regime – agora que ele se vê a cada momento mais isolado – a necessidade de criar novos partidos para tentar governar com base em coligações partidárias (por isso caiu a proibição de coligações). Como as reformas já entram em vigor em janeiro, e como provavelmente a ARENA saia derrotada em novembro, contar com a coligação é uma questão que se coloca para o próximo Presidente desde seu primeiro dia de governo. Por essa razão, e porque o regime ou seus prepostos dificilmente preencheriam requisitos muito elevados de prévio apoio popular, é que as reformas instituíriam a via alternativa (criação de partidos por 10% dos senadores e deputados), permitindo a exceção à fidelidade partidária. O regime espera, ou melhor, o regime conta com a imediata possibilidade, tão cedo quanto Figueiredo tome posse, de ter mais um ou dois partidos no Congresso, capazes de compor a coligação a seu favor. Isso o que o regime pretende obter com as reformas.

Sendo essas as regras do jogo, que possibilidades se colocam para a oposição identificada com os interesses populares?

As saídas para a esquerda

Até recentemente a oposição oscilava entre três propostas principais, tendo por pano de fundo as mudanças institucionais prometidas pelo regime. A primeira proposta centrava-se sobre a criação de um partido socialista que abrigaria em seu interior variadas tendências com expressão regional ou nacional. A segunda, embora partisse do mesmo pressuposto, isto é, a necessidade de uma proposta socialista hoje, enfatizava muito mais a necessidade de criação de um movimento socialista do que a necessária coincidência desse movimento com um partido próprio. Ou seja, enfatizava-se a necessidade de criação do movimento, podendo ter como veio parlamentar um partido socialista, propriamente ou tendências no interior de um partido trabalhista ideologicamente mais diversificado, ou do próprio MDB, atendo-se neste último caso, como exemplo prático à criação da tendência socialista pelo MDB jovem do Rio Grande do Sul. Finalmente uma terceira posição chocava-se frontalmente com as duas primeiras na medida em que negava a existencia de condições a todos os níveis para se criar um partido socialista e mesmo uma tendência socialista.

Agora, depois das reformas, para todos – socialistas, trabalhistas, democratas consequentes e outros – dado o caráter das reformas e a incipiência das mobilizações realizadas, só resta um e apenas um espaço legal, a ser imediatamente preenchido. O espaço legal é o da constituição de um partido dos novos congressistas eleitos em novembro. Provalmente o que tem sido batizado como "partido dos autênticos", que não tem por enquanto donos, embora já tenha formuladores (ver, por exemplo, Airton Soares, no EM TEMPO nº 31). Em outras palavras, na medida em que se atribui alguma importância ao trabalho parlamentar aqui e agora, e porque as reformas só apresentam a brecha e que se referiu, cabe à oposição discutir, formular, propor e interferir nas regras de preenchimento desse espaço legal único, em questões como democracia interna e direito de existência de tendências em seu interior. Frente à nova legislação, há o dilema, por exemplo, de criar um partido socialista **que possa imediatamente atuar**, a menos que se compusesse de 10% dos senadores e deputados – uma vez que a outra via (a do prévio apoio popular, demonstrado da forma que a lei exige) ou ainda é um obstáculo quase intransponível, ou se não é, de qualquer maneira teria de esperar até 1892 para ter uma atuação no Congresso.

A mobilização é o fundamental

Isto não significa, no entanto, que não se deva continuar a mobilização iniciada para se criar este partido. Pelo contrário, sua viabilidade num espaço mais curto depende fundamentalmente dos passos que para isto forem dados agora. Em outras palavras, a criação unificada de um "partido dos autênticos" tão logo vigorem as reformas é a garantia de se ter outros partidos o mais depressa possível. Isso por quê?

Em primeiro lugar, é a prática do MDB jovem do RGS bem o demonstrou, o trabalho de mobilização, a partir de uma agremiação em funcionamento oferece inúmeras vantagens. Inclusive, e aqui principalmente, a de poder se preparar para o primeiro teste que serão as eleições municipais de 1980. O partido de agora poderá – e deverá – começar a mobilização por aí, isto é, tentando trabalhar a nível municipal, o que não é possível fazer através de um partido ainda em organização.

Em segundo lugar, por quê desse primeiro partido, e valendo-se da exceção à fidelidade partidária, outros seriam constituídos a médio prazo, combinando-se a possibilidade de ter como fundador um ou mais congressitas com a mobilização popular, de forma a garantir que em seguida às eleições municipais de 1980 esses novíssimos partidos já existam, contando, no momento mesmo de seu lançamento, com parlamentares que defendam suas posições no Congresso.

(Maurício Lemos e Sandra Starling)

PCB: a legalidade no pós-Estado Novo.

"Nosso direito positivo foi sempre uma espécie de guilhotina armada sobre a legalidade do Partido Comunista". É o que reconhece até mesmo um liberal como Afonso Arinos. De fato, logo após a euforia democratizante de 1945//6 inicia-se uma hipócrita trama jurídica que termina por jogar na ilegalidade o PCB.

Em outubro de 1945 o Tribunal Superior Eleitoral concedeu registro ao Partido Comunista. O fundamento legal para a decisão foi o requisito então fixado pela lei eleitoral. Isto é, entendeu-se que o programa do partido "não contrariava os princípios democráticos nem os direitos fundamentais do homem".

A bem da verdade, as minuciosas investigações que procederam aquela decisão nada conseguiram apurar contra o partido. Mas os senhores ministros permaneciam hesitantes. A decisão favorável dependeu da advertência – verdadeiro aval – do relator, Sampaio Dória: "Pode, a qualquer tempo, ter qualquer partido cancelado seu registro, se houver substituído a sinceridade pelo engodo". O alívio foi geral.

Nas eleições o Partido Comunista fêz um senador e 14 deputados – bancada surpreendente para uma agremiação recém-saída das sombras da ilegalidade e que se propunha defender os interesses da camada social mais reprimida pelo Estado Novo, os trabalhadores.

Essa representação, se lhe assegurou lugar entre os quatro partidos de maior peso na Constituinte – pela ordem, PSD, UDN, PTB e PC – não foi de molde a possibilitar-lhe significativa influência nos trabalhos de elaboração do texto constitucional. Ademais, sua atuação equivocada – todos sabem – acabou por torná-lo verdadeiro "partido da ordem". Mesmo assim, desde o início, sua mera existência legal incomodava certos arautos da redemocratização. Lá como cá se configurava estreita a passagem do arbítrio para a democracia. Em outras palavras, o Estado de Direito iria muito breve revelar suas limitações.

Até um analista insuspeito, como Afonso Arinos, foi capaz de perceber que à medida que se organizava o novo regime, em nome da democracia, ao mesmo tempo tudo se fazia com endereço certo: "... nosso direito positivo foi sempre uma espécie de guilhotina armada sobre a legalidade do partido Comunista...".

Lex dura lex

O primeiro passo para que essa medida de força pudesse ser efetivada, sem aparecer como violação da democracia, foi modificar a lei sobre organização dos partidos políticos. Em maio de 1946, antes portanto de concluidos os trabalhos da Constituinte, acrescentou-se uma nova exigência aos requisitos para o registro de partidos: não ter nenhum tipo de vinculação com organismos estrangeiros. O "gancho" funcionaria.

É provável que à época alguém já se dispusesse a invocar tal pretexto contra o Partido Comunista, sugere Arinos. Mas o clima generalizado de rejeição a tudo quanto lembrasse o arbítrio do período anterior atuava como impecilho para que se tentasse fechar o partido em nome do novo preceito legal. O momento próprio ainda não chegara.

Com a Constituição, outra alteração da lei veio a ocorrer. Tornou-se explícito o que entendiam os legisladores por respeito aos princípios democráticos. Reescreveu-se a regra legal proibindo-se o registro e funcionamento de partido que contrariasse o regime democrático, "baseado na pluralidade dos partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem" (Constituição de 1946, art. 141, §13).

A partir daí é interessante acompanhar as ginásticas legais executadas para se fechar o Partido Comunista, num contexto em que as pressões democratizantes já haviam encontrado certo desafogo. Isto é, em 1947, em pleno governo constitucional do Marechal Dutra.

O começo da estória foi o recebimento pelo Tribunal Superior Eleitoral de duas denuncias contra o partido. Uma com base em famosa entrevista de Prestes acerca da possível posição do partido, caso fosse deflagrada uma guerra contra a Rússia, e que invocava a proibição de ligações com organismos estrangeiros. A outra, a de que o partido insuflava a luta de classes, fomentando greves, confusão e desordem.

Imediatamente o Tribunal Superior incumbiu o Tribunal Regional do Distrito Federal de investigar as alegações. O resultado é esdrúxulo. O Tribunal Regional informou que encontrara na sede do partido um texto intitulado "Projeto de Reforma" do estatuto e que ele, Tribunal, não pudera concluir qual estatuto regulava as atividades do PC, se esse "Projeto de Reforma" ou se o estatuto que fora registrado.

"Provas" do crime

No julgamento pelo Tribunal Superior, por 3x2, a maioria dos ministros acompanhou o parecer do Procurador Geral da República, Luiz Gallotti, que entendia caber o fechamento, em razão de dois fatos novos: a existência ("ambigua", diz ele) de dois estatutos e a exigência da Constituição de 1946 (o respeito à pluralidade partidária). Gallotti não explora a concepção monolítica e burocrática do PC na questão partidária. No futuro, isto é, **se e quando** o Partido Comunista alcançasse o poder, provavelmente a transformação da sociedade, em razão disso, acabaria por consagrar a violação desse princípio, adotando-se o partido único. Não contente em mandar hoje, a burguesia chega a pretender julgar e definir o próprio futuro.

Para concluirem, não interessou aos ministros avaliar, primeiro, que nada proíbe, que uma agremiação estude uma reforma de seus estatutos; e, segundo, que nenhum direito se funda sobre fatos que poderão vir. Acima de qualquer declaração de intenções, o Partido Comunista dera mostras de respeitar o pluripartidarismo. Doutra forma, não teria postulado seu registro para concorrer a eleições. Mas isso foi esquecido e, a 7 de maio de 1947 o Tribunal Superior Eleitoral resolveu cancelar o registro do partido.

Cassação de mandatos

No começo do ano seguinte o Congresso cassou os mandatos dos representantes comunistas, com fundamento na tese de que os deputados e o senador eleitos não haviam recebido um mandato do povo para representarem a vontade deste, mas um mandato do povo para cumprir um programa partidário. Ora – e o silogismo é perfeito – como esse programa fora agora proscrito, proscrita se considerava a vontade desses eleitores.

A etapa derradeira desenrolou-se no Supremo, onde o Partido Comunista ainda pretendeu enxergar alguma possibilidade de revisão das decisões anteriores. Dois mandados de segurança, um **habeas corpus** e um recurso extraordinário foram negados, cada um à luz de um fundamento jurídico. Em um caso o instrumento legal utilizado não era o instrumento juridicamente adequado; noutro, as razões aduzidas não levavam a alterar a decisão do Tribunal Eleitoral ou do Congresso Nacional.

Enfim e em suma, também a mais alta Côrte Judiciária do País concluiu – distintamente dos critérios que presidiam outros julgamentos – que era melhor prevenir que remediar. Em outras palavras, apesar de o Partido Comunista não ter violado o direito, sobre ele pesavam tamanhas suspeitas que não valia a pena arriscar.

O último desses processos data de 28 de maio de 1949. O resultado a que se chegou, no julgamento, consagrou a interpretação restritiva e formal da concepção também limitada e juridica de democracia que se instalou no Brasil em 1946. E o resto foi a mordaça legal.

(Sandra Starling)

PRESTES:

"Estamos convencidos de que a questão da legalidade de nosso Partido interessa a todas as forças empenhadas na luta pela democracia. A ilegalidade do PCB mutila a democracia".

Como conseguir uma entrevista com Prestes, o famoso "Cavaleiro da Esperança", o poderoso secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro?

Para Getúlio Bittencourt, até que a missão não foi difícil, nem arriscada. Ele explica: "Obtive a entrevista remetendo um questionário à assessoria de imprensa do PC francês, em Paris. Na verdade, dirigi o questionário a qualquer membro do Comitê Central do PCB. De repente, por telex, recebo as respostas assinadas pelo próprio Luis Carlos Prestes, no último dia 28 de agosto".

Então Bittencourt, jovem jornalista da Folha de S. Paulo, preparou o material, deu-lhe introdução e título; e não deu por menos: fez da entrevista um dos principais capítulos de seu livro – "A Quinta Estrela" –, lançado na última semana em São Paulo.

O referido depoimento de Prestes continua ainda inédito para o grande público, pois "A Quinta Estrela" teve apenas três mil cópias, estando sua primeira edição praticamente esgotada. Mas Bittencourt autorizou e, assim, o leitor de EM TEMPO tem aqui a chance de conhecer o pensamento político de Prestes (hoje) a respeito de temas atuais da nossa conjuntura e sobre os planos do PCB.

(Leia também "PCB: a legalidade no pós Estado Novo", na pag. 6).

1964, governo Jango. Depois: "Reconhecemos, cedo, que em 1964 ocorrera uma mudança de regime, numa época em que outras forças políticas ainda não avaliavam a gravidade da transformação" – afirma Prestes.

– Como o Partido analisa o programa de lenta, segura e gradual distensão política executada pelo general Ernesto Geisel?

– A distensão política constituiu um dos elementos mais importantes das promessas feitas pelo Sr. Geisel antes de sua posse. Já no exercício do cargo, continuou sustentando que pretendia efetivamente realizá-la de forma "lenta, segura e gradual". Tudo indica, porém, que, surpreendido com a derrota da Arena nas eleições legislativas de 1974, quando o partido do Governo perdeu a maioria de dois terços na Câmara Federal, então indispensáveis a uma reforma constitucional, resolveu adiá-la **sine die.** Tanto mais que se sentia o ditador ainda bastante forte para aplicar, como efetivamente o fez, o AI-5 para cassar os mandatos dos parlamentares que mais o incomodavam, denunciando os crimes do fascismo.

O Sr. Geisel, com a expressão "lenta, gradual e segura distensão", tinha por objetivo uma pretensa "abertura" que, modificando a forma, não tocasse na essência do regime. O que só poderia ser conseguido com votos dos parlamentares da Arena. Como aumentava (a pressão), porém, o ditador respondeu com a promulgação do "pacote de Abril", que, segundo ele declarou, constituía um passo importante na caminhada da referida "distensão". Na verdade, reduzia para maioria simples o quorum necessário à reforma constitucional.

As reformas agora propostas, ao mesmo tempo que refletem o isolamento da ditadura, as contradições internas do regime e as dificuldades que enfrenta para evitar a derrota da Arena nas eleições de 15 de novembro próximo, confirmam que efetivamente só se trata de modificar a forma, mantendo a essência do atual regime. Embora cedendo em algumas medidas já insustentáveis, cria, na verdade, novos institutos legais, como o "Estado de Emergência", e, ainda pior, porque sem limitação no tempo, as "medidas de emergência" dão caráter constitucional aos elementos mais arbitrários e totalitários do AI-5.

– Quais as possibilidades que o Partido vê para a sua legalização dentro da distensão Geisel-Figueiredo?

– Sabemos que a legalidade se conquista. Sabemos que, para a conquista da legalidade, é imprescindível a mobilização das massas populares e do movimento de oposição. Sem luta, sem pressão, os detentores do poder não farão concessão democrática alguma. Estamos convencidos de que a questão da legalidade de nosso Partido interessa a todas as forças empenhadas na luta pela democracia. A ilegalidade do PCB mutila a democracia e constitui, na verdade, uma ameaça para todos os partidos democráticos, pois é a negação de um dos mais importantes direitos do cidadão, quer dizer, a negação do direito de filiar-se a um partido de sua livre escolha numa sociedade na qual existem e devem poder manifestar-se as mais diversas correntes de opinião. Entendemos que só existirá efetivamente democracia no Brasil na medida em que todos os partidos políticos possam se organizar livremente, inclusive o nosso.

"Com o tempo, o anticomunismo vem se tornando uma bandeira cada vez mais desacreditada".

– Como o Partido encara o obstáculo representado pelos militares conservadores que anualmente reproduzem uma retórica anticomunista, lembrando o que aconteceu em 1935?

A ressonância real que a palavra dessa minoria de militares conservadores encontra na sociedade brasileira é limitada. Com o tempo, o anticomunismo vem se tornando uma bandeira cada vez mais desacreditada e sem futuro: um número crescente de pessoas vai descobrindo o seu caráter intrinsecamente reacionário. As calúnias contra nosso Partido, com base nos acontecimentos de 1935, são uma parte da luta que o PCB sempre travou e trava pelas liberdades democráticas, pelos interesses da classe operária e de todos os trabalhadores, contra a agressão imperialista e pela completa independência nacional.

E foi porque a atividade de nosso Partido atingiu, em 1935, um de seus pontos mais altos, com a formação da Aliança Nacional Libertadora, que reuniu os mais amplos setoresda população para a luta contra o facismo, por "pão, terra e liberdade", e ganhou para as suas fileiras parte considerável das Forças Armadas, que as classes dominantes tratam de utilizar aqueles acontecimentos como referência principal na sistemática educação anticomunista dos militares. Não são palavras que poderão ocultar a realidade: a crescente exploração dos trabalhadores e a brutal opressão de nosso povo pelo imperialismo. Por isso o anticomunismo, se pode dificultar, jamais impedirá a união das amplas forças sociais - civis e militares - para a luta pelo progressso social.

– Quais seriam, a grandes traços, os programas de atuação do Partido dentro da legalidade?

– À classe operária, aos trabalhadores e seus aliados, quer dizer, à grande maioria da população, interessa construir no Brasil uma democracia que permita o avanço em direção a profundas transformações econômicas, sociais e políticas de caráter antimonopolista, o que, por sua vez, abrirará caminho para que essa democracia possa se desenvolver até democracia socialista. É tendo sempre presente esta meta que nosso Partido, como partido revolucionário da classe operária, luta pela democracia e pela unidade da classe operária, de todos os trabalhadores e demais forças sociais que se colocam em oposição ao fascismo e aspiram ao progresso social.

Alcançada a legalidade de nosso Partido, continuaremos lutando pela ampliação e aprofundamento da democracia, intensificaremos nossos esforços pela unidade e continuaremos clamando pela convocação de uma Assembléia Constituinte livremente eleita e soberana, em que o povo brasileiro decida livremente dos destinos da Nação. Tanto na Constituinte como após a promulgação da Constituição, prosseguiremos na luta em defesa das conquistas alcançadas, pela democratização crescente e pela renovação da sociedade, pelas transformações antiimperialistas, pela reforma agrária, pela elevação do nível de vida material e cultural de nosso povo, que são as condições indispensáveis para avançarmos no rumo da democracia socialista.

"Nós, comunistas, não nos iludimos quanto à natureza do regime de 1964".

– Que análise (resumida) o Partido faz sobre a situação política do Brasil atual e seus desdobramentos imediatos?

– Nós, comunistas, não nos iludimos quanto à natureza do regime que veio sendo montado no Brasil a partir do golpe de 1964. Reconhecemos, cedo, que em 1964 ocorrera uma mudança de regime, numa época em que outras forças políticas ainda não avaliavam a gravidade da transformação ocorrida. E em 1973 o Partido concluiu que o processo de fascistização desencadeado em 1964 tinha chegado a instaurar no país um regime que devia ser caracterizado como ditadura militar-fascista. Desde seus primeiros passos, o processo de implantação do regime promoveu um estreitamento da base de massas com que contara o golpe de 1964. Esse estreitamento obrigava o regime, desde o começo, a reprimir, e ao mesmo tempo, a manobrar politicamente. O AI-5 assinala um momento de predomínio da repressão.

A situação nova criada no país é caracterizada pela ampliação e pelo declínio e isolamento crescente da ditadura. Na base de tudo isto está o revigoramento dos movimentos de massa, que, lutando por seus interesses imediatos, compreenderam a importância decisiva da luta política geral contra a ditadura.

Amplos setores da sociedade brasileira manifestam-se abertamente contra o arbítrio e clamão por democracia. Acontecimento da maior importância são as greves operárias, que se estenderam rapidamente a vários setores da população. O atual movimento grevista começou nos setores mais dinâmicos e concentrados de nossa economia. Passando por cima da legalidade consentida, com a força da unidade e muita lucidez, abriu caminho para outras categorias profissionais. Mais de 500 mil trabalhadores já colheram resultados positivos com movimentos grevistas e ameaças de greve, e o governo, preocupado com o alastramento do processo, editou novas leis repressivas. Mas a política salarial, pedra angular desse regime, começou a ser golpeada seriamente. As greves revelaram na prática a possibilidade de derrotá-la.

Colocam-se também em frontal oposição ao regime e em defesa da democracia, além do movimento estudantil que anulou na prática o decreto-lei 477, a Igreja Católica, através de seus fiéis e sacerdotes, em particular da CNBB, e outras entidades, como OAB e a ABI.

Nós, comunistas, vemos nessa situação nova, em que amplos setores da sociedade se põem em movimento de forma convergente, grandes possibilidades de se avançar no processo de democratização da vida brasileira. Para isso, entendemos ser indispensável intensificar a mobilização e organização das massas trabalhadoras e em primeiro lugar da classe operária - na luta por suas reivindicações mais sentidas e pelas liberdades democráticas. A campanha das eleições legislativas, apesar das restrições à livre manifestação do eleitorado, quer dizer, do "pacote de abril" e da lei Falcão, principalmente, é um momento privilegiado para trabalhar nesta direção. A manifestação popular por meio do voto será, sem dúvida, de grande importância para fazer com que se torne mais próximo o fim do fascismo.

– Que apreciação faz o partido sobre o atual grau de desenvolvimento e nível de atuação da classe operária nos Estados industrializados no País?

– As últimas greves demonstram que 14 anos de ditadura fascista não conseguiram amortecer o espírito de luta da classe operária. As massas trabalhadoras – que sempre encontraram formas de resistir, de se opor e de lutar contra o arbítrio – reaparecem agora com destaque no cenário nacional, revelando maior grau de amadurecimento e consciência política. As vitórias alcançadas com as greves têm um profundo significado político. A classe operária começa a entender que pode inflingir derrotas à ditadura e que só unida e organizada poderá conquistar seus direitos e melhores condições de vida. A classe operária se transforma, assim, numa força política que não pode mais ser ignorada. Trata-se de uma classe operária diferente daquela que existia há vinte anos: está mais concentrada em grandes empresas, tem um peso maior na economia brasileira e uma consciência de classe mais avançada. Com ela, as próprias fábricas estão se tornando, irreversivelmente, teatro da vida nacional, da luta política. Esse crescimento do papel da classe operária na vida política nacional aumenta seu peso específico no conjunto das forças democráticas e cria condições para que ela exerça uma influência mais vigorosa na luta pela democracia, conferindo-lhe um caráter mais consequente e bases mais firmes.

"Os comunistas não vêem no conjunto das Forças Armadas uma organização fascista".

– Como vê o Partido a atuação política das Forças Armadas em seus vários estratos, e que evolução prevê para essa atuação política?

– Os comunistas não vêem no conjunto das forças Armadas uma organização fascista, apesar dos esforços desenvolvidos pela ditadura no sentido de comprometê-las com a repressão e a violência generalizada contra as massas trabalhadoras e as forças progressistas e democráticas.

Entendemos que a maioria dos oficiais e suboficiais não pode deixar de ser sensível aos graves problemas que afligem nosso povo, porque não se trata de uma casta nem, muito menos, de um corpo de mercenários que vivem em isolamento. Por isso, consideramos que, na luta pelas liberdades e no esforço pela construção de um regime democrático, que assegure um desenvolvimento progressista e independente do país, é indispensável a participação das Forças Armadas.

A nossa preocupação com os problemas de nosso povo, com os problemas nacionais, é profunda e séria. Assim, rejeitamos as concepções de fundo anarquista que ignoram ou fingem ignorar o papel histórico e o papel atual das Forças Armadas num país como o Brasil. Rejeitamos, também, a retórica do antimilitarismo abstrato. O que interessa ao povo brasileiro não é "banir" as Forças Armadas da vida nacional, não é vê-las transformadas em palco de conflitos partidários, mas sim que uma sólida maioria de militares incorpore-se ao esforço para conquistar as liberdades, para construir e garantir um regime democrático.

As Forças Armadas, como instituições da vida brasileira, e os militares, como cidadãos, são partes integrantes da Nação. A perversão completa de seu papel foi simbolizada por uma falsa política de segurança nacional, apoiada na tese da inevitabilidade de uma guerra mundial, na submissão obrigatória de nosso povo à política dos círculos mais agressivos do imperialismo norte-americano e voltada fundamentalmente não contra um possível inimigo externo, mas contra nosso povo e sua luta pelo progresso social, tudo isto em nome de uma pretensa ameaça comunista ou soviética. Para que os militares recuperem o papel que lhes cabe na vida brasileira, é necessário que a política de segurança nacional seja definida democraticamente, em função dos interesses do povo.

(x) O livro de Getúlio Bittencourt reúne reportagens de sua autoria sobre a sucessão presidencial e a política brasileira, escritas para a Folha de S. Paulo entre fevereiro de 1977 e outubro deste ano. A entrevista com Prestes, que hoje, aos 80 anos de idade, se encontra exilado em Moscou, ocupa 10 páginas das 204 de "A Quinta Estrela" (Ed. Ciências Humanas LTda). Acima, publicamos as partes principais do depoimento do secretário-geral do PCB.

"ALÉM DA GREVE"

Um livro de Antonio Felix Nunes, o jornalista mais por dentro do movimento sindical.

Peço reservar-me pelo reembolso Postal.....livro(s) Além da Greve Pelo Preço de Cr$ 40,00 cada.

Nome .....

Endereço .....

Cidade .....

Estado .....

Obs: Toda encomenda sofrerá acréscimo de despesas postais.

Jornal EM TEMPO – Editora APARTE
Rua Matheus Grou, 57 – CEP: 05 41 5
São Paulo – SP.

"Eu fui o senador mais votado da República..."

– Desde que legalizado, que expectativa de percentual de votos o Partido tem no Brasil atual?

– Nosso Partido é forçado a viver na clandestinidade há longos anos, o que torna praticamente inviável qualquer previsão desse tipo. Quando o PCB conquistou a legalidade, em 1945, transformou-se num grande partido de massas, a exemplo do que aconteceu em vários países onde as *ditaduras existentes* não resistiram a derrota do nazi fascismo (...)

Nacionalmente, nosso candidato à Presidência da República, Iedo Fiuza, obteve 10 por cento dos votos, apesar do fato de sua campanha ter sido feitas às pressas. Nas eleições para a Assembléia Constituinte, elegemos 14 deputados, e eu fui o senador mais votado da República, com 150 mil votos. Também no período 1956/1964 (e mesmo antes, como aconteceu em 1950 com Roberto Morena), os candidatos apoiados pelo PCB obtiveram votações significativas. Outra coisa que podemos afirmar é que, em todos os casos, os parlamentares comunistas tiveram uma boa atuação, capaz de angariar o apoio da população e o respeito até mesmo de muitos de nossos adversários. Lembro estes fatos para que os mais jovens, que não os viveram, possam ter uma idéia menos impressionista do que é nosso Partido e de seu papel na sociedade brasileira.

Figueiredo, Euler e Magalhães. As opiniões do PCB.

– Qual é a análise que o Partido faz sobre as três candidaturas ostensivas, isto é, a oficial, do general João Batista Figueiredo; a do general Euler Bentes Monteiro e a do senador Magalhães Pinto?

–A escolha do general Figueiredo por *Geisel* foi uma designação "monárquica", segundo a *opinião* unânime da Nação. O sucessor designado era chefe do SNI, um legítimo representante do sistema fascista, fiel continuador do ditador Geisel. As outras duas candidaturas revelam não só o aguçamento das contradições no interior do partido governista e no regime em geral, mas também o fato de novas forças que vêm "desprendendo" do "sistema" estarem se somando ao crescente movimento de oposição. Uma manifestação da crescente influência do movimento oposicionista foi a criação da Frente Nacional de Redemocratização, que adotou a palavra de ordem da luta pelo Estado de Direito democrático. Nosso partido acha útil a apresentação pela Oposição de uma candidatura - civil ou militar – capaz de contribuir para a unidade de todas as forças que se opõem ao atual regime e, portanto, para um maior êxito da Oposição nas eleições legislativas de novembro próximo. O voto direto, apesar das deformações criadas pela ditadura, deve ser um fator de fortalecimento a Oposição e pode desempenhar um papel importante ao processo de derrota do regime.

As perguntas que Prestes não respondeu

No questionário que enviou ao Comitê Central do PCB, Getúlio Bittencourt escalou 15 perguntas. Prestes respondeu até a décima-primeira, deixando em branco as quatro últimas, sem explicar esta atitude.

Recado ao leitor: O entrevistado solicitou que, no texto de suas declarações, as palavras "essência" e "ditadura militar-fascista" fossem devidamente sublinhadas.

Eis as quatro perguntas sem resposta:

1) "Como vê o Partido a atuação política da Igreja Católica no momento, e de que forma entende que se poderá compor com a hierarquia e as bases eclesiásticas dentro de um regime mais democrático que o atual?"

2) "Qual a posição do Partido no extenso debate sobre a estatização da economia que ainda se desenvolve no Brasil, e que aparentemente seria um dos fatores de ruptura de setores da burguesia nacional com o pacto de poder estabelecido em 1964?"

3) "Considera o Partido que as alianças e os interesses que levaram ao regime instaurado em 1964 no Brasil estão realmente esfaceladas, ou que as suas contradições são superáveis e permitem a manutenção de um regime restritivo às liberdades essenciais por mais alguns anos?"

4) "Na eventualidade de um retrocesso político no país, qual seria a linha de atuação do Partido?".

QUADRINHOS Alegria! Alegria?

Qual, afinal, o papel do humor? Esta a pergunta que os cartunistas baianos estão tentando responder.

CHICO RIBEIRO NETO

Até que ponto fazer uma charge com Figueiredo não significa popularizá-lo? Não corremos o risco de, ao fazermos uma charge sobre repressão, estarmos defendendo a repressão, mostrando-a como uma coisa consolidada, que não tem outro jeito a não ser rir se dela? Até que ponto levar alguém a rir de uma situação trágica - salário mínimo, fome, tortura, custo de vida - pode levar a rir quem vive aquela situação concretamente, esvaziando sua força de lutar por uma mudança?

Qual, afinal, o papel do humor? São perguntas que se fazem os cartunistas baianos Lage (Hélio Roberto Lage), Nildão (Josanildo Dias de Lacerda) e Setúbal (Paulo Setúbal), além do presidente do Clube de Quadrinhos da Bahia, Gutemberg Cruz. Um questionamento que continua, um grilo constante, a busca daquilo defendido no editorial do "Coisa Nostra" - jornal tablóide humor com 20 páginas, de que saíram quatro números em Salvador. "O importante é que o riso não fique na boca. Ele tem de dar uma chegadinha na consciência" (do jornal).

Enquanto procuram as respostas, eles vão fazendo charges, reunindo-se todo sábado à tarde para unir os humoristas baianos e melhorar o mercado nos jornais locais, contra as "tiras" estrangeiras vendidas a preço de banana. E estão ainda ultimando os preparativos do salão de humor "Ria, É Uma Ordem", que será realizado na Eucatexpo, em Salvador, de 7 a 24 de novembro proximo. Querem continuar fazendo rir, mas sempre com a preocupação de transformar.

Jim das Selvas e Pererê

Foi em 1968 que um grupo de adolescentes admiradores de histórias de quadrinhos, liderado por Gutemberg Cruz, fundou o Clube da Editora Juvenil (mais conhecido como Clube de Quadrinhos) que depois, pra poder receber material das editoras a quem solicitava, passou a adotar o pomposo nome de Centro de Pesquisas de Comunicação de Massa: "Depois daí, choveu material das editoras", ri Gutemberg.

A preocupação inicial do clube era convencer pais e professores de que a história em quadrinhos não era subliteratura nem uma coisa perniciosa para a criança. Um debate que reuniu dezenas de professores no teatro do Instituto Central de Educação Isaías Alves (Iceia) acabou convencendo a maioria de que quadrinhos, como forma de comunicação, não era nada daquilo. A luta do clube prosseguiu com palestras, exposições e debates em escolas e através da imprensa, já com outro objetivo: combater o quadrinho estrangeiro (e também o nacional de baixa qualidade) e conquistar o mercado nos jornais locais para os desenhistas baianos. Hoje, quase 30 desenhistas participam do clube que tem conseguido muitas vitórias a favor do pessoal da terra e de um humor não alienante.

O que se pode chamar de "uma enciclopédia em matéria de quadrinhos", Gutemberg Cruz lamenta o que ocorreu com o quadrinho brasileiro depois do golpe de 64, quando foram queimados praticamente todos os desenhos de "Pererê", de Ziraldo - "nem a editora **O Cruzeiro,** que publicava a revista, tem mais" - e dezenas de exemplares do livro "A História da Caricatura no Brasil", de Herman Lima.

É com uma raiva igual à de Tio Patinhas quando perde a moeda número 1 que Gutemberg fala dessa revista do velho ranzinza que vende 500 mil exemplares mensais: "Tio Patinhas é o maior inimigo do quadrinho brasileiro, mostrando o autoritarismo com o capitalista sempre ganhando e estimulando a exploração". Lembra que existe uma lei de 1967, hoje tão esquecida que nem ele mesmo sabe o número nem a data, que define o percentual de "tiras" brasileiras nos jornais em relação às estrangeiras. Desencavar essa lei e torná-la realidade - assim como o pessoal do curta-metragem conseguiu - é hoje um dos principais objetivos do clube. Foi insistindo assim que Gutemberg conseguiu convencer o jornal "A Tarde" a tirar o Pato Donald. E Nildão cita um absurdo: "O Globo" publica diariamente 18 "tiras" estrangeiras.

Distribuídas em vários países, as "tiras" estrangeiras, principalmente americanas, chegam aos jornais brasileiros a preço de banana. Com essa produção em massa permitindo preços baixos, os sindicatos americanos de autores de quadrinhos, quando sentem a aproximação de um concorrente, chegam a reduzir os preços, mesmo tendo prejuízo, até liquidá-lo, voltando depois a elevá-los.

Conquistar espaço nos quatro jornais diários de Salvador é hoje a principal meta do Clube de Quadrinhos. E espaço para "tiras", pois é nelas que vêem a melhor oportunidade de fazer um humor colocado à realidade, um humor de denúncia. Os preços ainda são baixíssimos. Enquanto a "Tribuna da Bahia" paga Cr$ 90 por uma "tira" ou charge, o "Jornal da Bahia" paga Cr$ 50 e "A Tarde", Cr$ 140. Em todo caso, melhor do que não pagar nada em troca do que Lage chama de "o papo da promoção". Aquela história de "você está começando, precisa ser conhecido, nosso jornal é muito lido, e tal". E não tem essa. Como diz Lage, "se o jornal publica o trabalho é porque o jornal tem interesse, e então tem que pagar". Acordar esses iniciantes contra o "papo da promoção" é outro trabalho do clube.

Nildão

Lage

Setúbal

Geisel e "a coisa"

Em 1975, Lage e um grupo de cartunistas convenceram a "Tribuna da Bahia" a publicar semanalmente um tablóide de 8 páginas só de humor: "A Coisa", que conseguiu criar problema com a censura antes mesmo de circular o primeiro número. Diariamente, a "Tribuna da Bahia" publicava em primeira página uma chamada: "A coisa vem aí", ao lado do desenho de um vaso sanitário, chamando atenção para o lançamento do tablóide. Acontece, porém, que um dia a chamada saiu ao lado de outra que dizia: "Geisel falará hoje à nação". A página virou documento na Polícia Federal - como "prova da propaganda subliminar marxista" - e quase o tablóide morria antes de nascer.

Em oito meses de circulação, "A Coisa" revelou novos humoristas baianos em seus 32 números. A realidade baiana era presença constante e houve, inclusive, um número inteiramente dedicado à greve estudantil contra o jubilamento. Quando a "Tribuna da Bahia" atrasava o pagamento (Cr$ 2 mil por cada tablóide), Lage colocava num cantinho de página: "Cumé qui é, tesouraria, vai pagar ou não vai?" A direção do jornal decidiu acabar com "A Coisa" alegando "falta de patrocinador" e outra desculpa esfarrapada: ia fazer um suplemento infantil, coisa e tal.

Depois de "A Coisa", marco importante no humor baiano, surgiu o jornal tablóide "Coisa Nostra", em 1976, com 20 páginas, quinzenal, dirigido por Lage e Nildão, entre outros cartunistas. A impressão dos 5 mil exemplares custava Cr$ 14 mil e "Coisa Nostra", que era vendido a Cr$ 5 - quando um jornal diário custava muito menos - não resistiu. Terminou tragicamente com Lage jogando milhares de exemplares pelo incinerador do edifício.

Setembro desse ano: o Clube de Quadrinhos, que se encontrava praticamente fechado, toma novo vigor com a entrada de novos cartunistas e os preparativos da exposição que vai ter em novembro. Agora eles estão sabendo que fazer rir juntos dá mais força e nas discussões dos sábados à tarde um dos temas mais tocados é a função social do humorista. Um constante criticar dos trabalhos seus e dos outros. Lage: "Depois do **cala a boca, Batista** na TV, a gente começa a se questionar". Frase que dá muito o que pensar.

"Importante é que o riso não fique na boca"

De 1975 pra cá, a movimentação tem sido grande. Em julho daquele ano, 30 trabalhos de 13 desenhistas baianos foram expostos no Instituto Cultural Brasil-Alemanha. Meses depois, alguns deles foram selecionados para a exposição "Panorama do Quadrinho Brasileiro/76", no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro.

Antes disso, Lage conquistou, em 71, o sexto lugar no Concurso de Caricaturas e Charges do Mackenzie, em São Paulo, e dois anos depois o segundo lugar no I Salão Mackenzie de Humor e Quadrinhos. Outro destaque nacional do humor baiano foi a premiação de Nildão este ano no V Salão de Humor de Piracicaba, São Paulo.

Lage continua matutando: "Quando começou a sair o nome de Figueiredo para presidente, ele era um cara sério e de óculos escuros. Pouco tempo depois, ele muda de óculos, passa a rir e a querer dizer coisas engraçadas. É nessas horas que a gente se questiona ainda mais sobre o papel do humor".

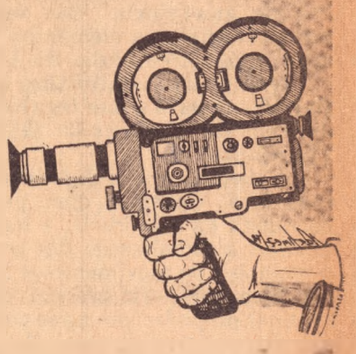
A discussão continua. Nildão pergunta: "Quem foi que mais falou de abertura neste País? Os humoristas. E será que falando não acabaram mostrando a abertura como uma coisa séria, que o governo ia abrir mesmo e tal? É essa faca de dois gumes". E pergunta mais: "Será que uma charge sobre o Figueiredo de amanhã, já como presidente empossado, não seria melhor politicamente do que mostrar ele agora? "Esse estar à frente dos acontecimentos é citado por Nildão lembrando um humorista francês que na década de 50 fazia charges sobre o mundo sem petróleo, uma delas mostrando um monte de feno num posto de gasolina.

A censura interna nos jornais diários é outro grande problema. Lage: "A gente é obrigado a mostrar o gato escondido com o rabo de fora, já que não pode mostrar o gato inteiro. E o pior é que são poucos os que percebem o rabo de fora".

Se saiu Pato Donald de "A Tarde", tem agora Nildão fazendo a "tira" diária de "Os Bichim" há mais de um ano. Setúbal também publica suas charges em jornais de Salvador, enquanto não são poucos os leitores da "Tribuna da Bahia" que vão logo correndo à segunda página para ver a charge de Lage.

Além da preocupação do conteúdo, uma certa tradição gráfica é também muito discutida entre eles. Nildão já não tem mais saco de ver charge sobre custo de vida mostrando o famoso balãozinho subindo. Lage acha que, muitas vezes, você é obrigado a mostrar o ladrão com máscara e camisa listrada pra quem vir sacar que é um ladrão. Nildão se preocupa quando ouve, como outro dia, um operário dizer que não tinha entendido o que ele quis dizer com uma charge. A procura continua, eles querem prosseguir levando o riso dos lábios à consciência. A conversa está terminando, mas ainda há tempo para Gutemberg descarregar: "Essa Mônica, de Maurício de Souza, é Luluzinha disfarçada".

CUBA o cinema em nova dimensão



Havana inaugura o seu Festival Internacional do Cinema Jovem, dando destaque para trabalhos da América Latina e África. Apesar do Itamarati, também o Brasil estava lá, através das obras de Leon Hirszman, Gil Soares, Capovilla e Luiz Alberto Sanz (um exilado).

Após várias tentativas em vários centros da América Latina, a cidade de Havana inaugurou agora seu Festival Internacional do Cinema Jovem, prometendo realizá-lo todos os anos com o mesmo objetivo. Isto é, discutir sobre o cinema que os jovens fazem em todos os cantos do mundo, especialmente na América Latina e na África, para que se tenha, assim, uma visão sempre atual da cinematografia do Terceiro Mundo. E nada poderia ser mais condizente com isso do que a escolha do documentário cubano "Cincuenta Y Cinco Hermanos" para iniciar a mostra, que durou sete dias, de 29 de julho a 4 de agosto, dentro das atividades culturais do XI Festival Internacional da Juventude e dos Estudantes.

Entre curtas e longas metragens, cerca de 60 filmes exibidos na Cinemateca Cubana, instalada na sede do Instituto Cubano de Arte e Indústria Cinematográfia (ICAIC), com auditório para mais de mil espectadores. Paralelamente, outros 60 filmes foram exibidos em mais duas manifestações: Panorama do Cinema Cubano e Latino Americano, no cine Yara, e Panorama do Cinema Africano e Árabe, no cine La Rampa. As três salas com bilheteria aberta ao público.

Reencontro

A projeção de "Cincuenta y Cinco Hermanos" provocou enorme emoção nos espectadores. Trata-se de uma brilhante reportagem sobre a recente visita realizada a Cuba pela brigada "Antonio Maceo", integrada por 55 jovens cubanos que foram evados a Miami pelos seus pais quando eram crianças. O filme, dirigido por Jesus Dias, testemunha, com toda sua riqueza e complexidade, a experiência que representou para esses filhos de refugiados o reencontro com a sua pátria e com o seu povo. Na platéia, encontravam-se alguns membros da brigada.

Antes, Alfredo Guevara, vice-ministro da Cultura e também presidente do I Festival Internacional do Cinema Jovem, destacou a honra que representou para os cineastas cubanos realizar pela primera vez em Cuba um evento dessa categoria e receber a visita de realizadores de obras "que refletem a vida e as lutas com o homem". Sobre a juventude, Guevara disse que nela estão implícitas o potencial e as condições mais propícias ao espírito revolucionário e de que nada é mais jovem do que o espírito revolucionário, renovador e transformador":

E coube a Raul Roa, vice-presidente da Assembléia Nacional do Poder Popular, o discurso de abertura da mostra Panorâmica do Cinema Cubano e Latino Americano. Após a exibição do documentário "Pablo" Roa dedicou, comovido, mais algumas palavras ao seu amigo e companheiro Pablo de la Torriente Brau, um jovem revolucionário cubano internacionalista que, na Espanha, morreu na luta pela causa republicana.

Panorâmica

Além dos filmes mais representativos de cinematografias nascentes como, por exemplo, Panamá, Porto Rico e Vietnã, o Festival também exibiu obras conhecidas e prestigiadas em vários certames internacionas. Entre outros, o filme Argentino "Patagônia Rebelde", de Hector Oliveira, o polonês "Ilusões", de Krzysztof Zanussi, o francês "L'Affiche Rouge", de Frank Cassenti; o colombiano "Filhos do Subdesenvolvimento" de Carlos Alvarez; o boliviano "Inimigo Principal" de Jorge Sanjinez; o mexicano "Etnocidio", de Paul Leduc; o sul-africano "A Última Tumba em Diabaza", de um grupo anônimo; o sírio-libanês "Kafr Kassem", de Borham Alauié; o mexicano "Actas de Marusia", de Miguel Littin; o franco-tunisiano "Muralhas de Argila", de Jean-Luis Bertucelli; o angolano "Sambizaga", de Sarah Maldoror; o egípcio "A Múmia", de Abdes Salam; e "Temos toda a Morte para Dormir", um filme produzido na Frente Polisário pelo cineasta mauritano Med Hondo.

No entanto, estes filmes apenas ilustraram a parte mais importante do I Festival do Cinema Jovem: as chamadas "sessões de trabalho", nas quais discutiram-se, todas as manhãs, sete temas, todos relacionados com a realidade latino-americana e africana e o autêntico cinema desses continentes na luta pela liberação nacional. Estes foram os temas tratados:

1) O jornalismo cinematográfico, análise comparativa entre a imprensa escrita e o cinema, e tratamento da informação em ambos os casos; 2) As cinematografias nacionais, seu papel na luta pela libertação e contra a penetração dos monopólios de seus respectivos países; 3) O papel do cinema socialista na análise dos problemas ideológicos no mundo contemporâneo e tratamento de temas históricos e atuais do antifascismo, qualidade e eficácia das obras e comunicação com todos os públicos; 4) Balanço crítico do cinema progressista realizado dentro do "establishment", suas virtudes e limitações; 5) A realidade latino-americana e o seu autêntico cinema: experiência desse cinema e, em particular, do documentário na luta pela libertação nacional, além de determinar o papel dos encontros de cineastas latino-americanos e a construção, desenvolvimento e união dessas cinematografias; 6) Experiências e meios para enfrentar, no terreno cinematrográfico, os instrumentos de penetração cultural do imperialismo na América Latina; 7) Contribuição do cinema africano e dos países árabes na luta contra o imperialismo, o colonialismo e pelo resgate cultural.

Debates

Na abertura do ciclo de debates, o documentarista cubano Santiago Alvares ressaltou que "a tomada de fatos irrepetíveis, a maioria das vezes não planificada, constitui a principal matéria-prima e característica fundamental do jornalismo cinematográfico. Não obstante, entre o documentário e o jornalismo cinematográfico, há poucas diferenças, entre elas está a de abordar a realidade com um dinamismo na filmagem e na pós-filmagem de forma distinta. É que o jornalismo cinematográfico, ao aproximar se da realidade como notícia, enriquece a linguagem do cinema documental".

No transcorrer das sessões de trabalho, as discussões seguiram o mesmo espírito, acrescentando-se, no terceiro dia, uma nova intervenção de Alfredo Guevara, que falou sobre as razões que explicam a projeção internacionalista do cinema cubano e a necessidade de uma vigilância constante sobre a qualidade e a eficiência da arte revolucionaria. "Só a obra de arte mais lograda pode ser realmente a mais eficaz", enfatizou.

Na sessão de encerramento, o diretor José Massip fez uma competente introdução sobre o cinema de Angola e africano em geral. Entre as inúmeras intervenções, destacou-se a do escritor e historiador angolano Luandino Vieira, falando sobre o esforço que dispende seu país na luta contra as agressões da contra-revolução interna e a reação internacional. Referiu-se, também, ao trabalho realizado pelos jovens quadros do cinema angolano, que serão os encarregados de desenvolvê-lo.

Encontros

Aproveitando a presença de várias personalidades da América Latina, teve lugar, em caráter excepcional, no edifício do ICAIC, um encontro entre cineastas de quinze países latino-americanos, que participaram do I Festival Internacional do Cinema Jovem. Na reunião, que contou com a presença de membros do Comitê Executivo de Cineastas da AL-Miguel Littin (Chile), Walter Achugar (Uruguai), Pedro Rivera (Panamá) e Manuel Perez (Cuba) deu-se ampla informação sobre as nascentes cinematográficas de El Salvador, República Dominicana e Jamaica, o trabalho realizado ultimamente pelo Grupo Ukamau, da Bolívia, a situação atual do cinema brasileiro e o trabalho que desenvolve um grupo de cinema independente do México. No final, os participantes evocaram, em emocionante demonstração, a presença simbólica dos cineastas latino-americanos desaparecidos ou presos.

Brasil

A participação do Brasil praticamente não existiu. Apenas uma sessão, no cine Yara, onde foram exibidos três filmes brasileiros, todos pertencentes ao acervo da Cinemateca Cubana: "São Bernardo", de Leon Hirszman, "Memórias do Cangaço", de Paulo Gil Soares, e "Subterrâneos do Futebol", de Mauricio Capovilla. E, numa especialíssima sessão, "Quando Chegar o Momento", filme-testemunho realizado na Suécia pelo exilado brasileiro Luiz Alberto Sanz.

Por outro lado, a visita que Chico Buarque fez a Cuba, em fevereiro passado, ensejou ao cineasta cubano Fernando Perez a realizar "Siembro Viento em mi Ciudad", documentário de 24 minutos sobre o artista e, também, um pouco do Brasil. Chico faz um breve depoimento sobre sua carreira, enquanto aparecem cenas de uma partida de futebol da qual ele participa. O filme é bem resolvido diante do material que dispunha: a imagem, a palavra e a música de Chico, a partida de futebol e fotografias sobre o Brasil retiradas de revistas do tipo Manchete e Fatos e Fotos. Mas essa falta de "matéria-prima" serviu para provar o quanto o bloqueio econômico distanciou Cuba do Brasil. Ou vice-versa...

(Renato Petri)

"Eu matei Trotsky!"

(As cinzas de Ramón Mercader)

Na última quarta-feira, comido pelo câncer, Ramon Mercader, o assassino de Leon Trotsky, morreu no hospital do Ministério do Interior de Cuba. A notícia só foi divulgada na noite de quinta. Mercader morreu muito antes do dia em que deixou de respirar. Morreu pela primeira vez ao assassinar um dos principais líderes da primeira revolução socialista, a Revolução Russa de 1917, que se encontrava exilado no México, em 1940, banido do seu país por Joseph Stalin. Morreu a segunda vez na pena de Jorge Semprun, ex-dirigente do Partido Comunista Espanhol, autor, em 1969, de "A Segunda Morte de Ramón Mercader". E morreu a terceira vez, agora, repudiado em todos os cantos da Terra, por todos os homens dignos, por tudo que há de mais valoroso e digno na classe operária de todos os países.

O cadáver de Mercader será queimado e as suas cinzas irão para Moscou. Até o dia em que, na própria União Soviética, os trabalhadores recuperarão o poder político e não permitirão que se dê guarida à memória de assassinos.

"Quem é você? quem o mandou?" gritam entre socos e coronhadas de revólver os guardas pessoais de Trotsky que, precipitando-se para o gabinete de onde partira aquele grito horrível, lançaram-se sobre mim. "Eu matei Trotsky. Eu sou o assassino de Trotsky!".

Naquele dia, há três meses, saindo de mais um prolongado exame médico no Hospital do Ministério do Interior em Havana, e tendo agora irremediavelmente a certeza de que estava para morrer, Mercader não conseguia afastar essa lembrança, que tanto o perseguira nos primeiros anos de prisão, a ponto de pensar que ia enlouquecer. Posteriormente, com excesão de algumas ocasiões especiais, conseguira ter uma vida calma e até mesmo quase chegara a se esquecer do que fizera. Lembrava agora com orgulho do expediente inteligente de que se servira: pensava no assassino como sendo realmente Jacques Mornard, filho de um diplomata belga, que apaixonara-se por uma das secretárias de Trotsky e assim ficara conhecendo o "Velho", como ela dizia.

"Ele precisa falar"

"Foi ele que me salvou, pensa Mercader. O velho ensanguentado, com a cabeça partida pela picareta de quebrar gelo, ainda tivera forças para tomá-la de mim e ainda gritava para os guardas: não o matem, não o matem... ele precisa falar." Mas eu não falei, sorri Mercader. Como será a morte? pergunta-se ele e subitamente tem ímpetos de vômitos revendo muito nitidamente, como se fosse naquele instante, suas mãos e roupa sujas com o sangue do velho. "Ele tinha lágrimas nos olhos e beijava sua mulher estendido no chão." Mercader, por instantes, pensa que também vai chorar. Mas não chora. Sua lembrança, vôa agora para o dia em que chegou à Tchecoslováquia, cumpridos os vinte anos de prisão. No aeroporto internacional de Praga, a esperá-lo, estava apenas um obscuro funcionário das Relações Exteriores, e ele pensa, com tristeza, quantas e quantas vezes imaginara a cena de seu desembarque em Moscou, recebido com honras de chefe de Estado pelo próprio paizinho, que convocara a multidão para saldar o assassino do traidor do socialismo. Mercader esforça-se para lembrar... Revê o seu encontro com o autor intelectual do plano que dera certo, o mesmo Siqueiros que lhe prometera, batendo em seu ombro com orgulho: "Vá, camarada! Imediatamente após o cumprimento da tarefa, você seguirá para Moscou". Como fora subestimada a força do velho. Como seria possível imaginar – nem o Siqueiros o conseguira – que restasse a Trotsky tanta energia para reagir, para gritar, para segurá-lo, para impedir, mesmo ferido de morte, a sua chegada triunfal a Moscou...

A morte de Stalin

Mas a pior noite, a noite que cobriu de trevas toda a terra, foi aquela vivida por Mercader ainda em sua prisão mexicana. 1953, 5 de março, às 21:30 um sobressalto faz com que ele se revolva na cama. Abre os olhos, sua frio. Stalin, apodrecido está na sua frente, gigantesco, horrendo. Mercader grita. O que nunca ousara pronunciar durante os longos 38 anos de sua morte em vida: "O assassino é você. É você, Stalin todo poderoso. E eu é que vivo na prisão." Stalin ri. "Pobre Mercader", ele diz, e sua voz já vem das trevas que cobrira toda a noite. "Não, não fui eu que matei Trotsky. O assassino é você". Quando naquela noite, na noite da morte de Stalin, até o grande assassino que ele fora abandona o pequeno, o reles assassino Mercader, o homem que ferira a cabeça, a grande cabeça de Trotsky, compreendeu, em meio a um pesadelo eterno, que o seu crime jamais seria esquecido, jamais poderia ser reparado, jamais permitiria que ele deixasse de ser um símbolo da mais vil poeira da humanidade, jamais possibilitaria que ele, Mercader, deixasse de entrar na história como um vil verme. Mercader e Mornard são a mesma pessoa.

Revendo Guevara

Na noite da última quarta-feira, vendo pela janela do hospital do Ministério do Interior de Cuba o brilhante sol de Havana, Ramon Mercader não conseguia afastar duas idéias da cabeça: por que Ernesto Che Guevara, um revolucionário legítimo, morrera na Bolívia, assassinado pelas armas da reação internacional, trazendo ao seu lado um livro de Leon Trotsky, repleto, de anotações. O 8 de outubro de 1968, a estatura do Che e o livro de Trotsky não lhe saíam da cabeça. Por quê? A outra idéa fixa decorria de fatos mais recentes. Aqueles velhos stalinistas, fiéis à União Soviética por tanto tempo e por sobre todas as coisas, de dentro das estruturas burocratizas dos PCs europeus, aqueles Carrillos e Marchais, por que agora passavam a admitir o assassínio de Trotsky e tendiam a reconhecer seu valor. Mercader olha em volta. Por quê? Vê um mapa do mundo. E morre. Morre na inexorável certeza de que, em breve, não existirá mais nenhum recanto sobre a Terra em que seja possível esconder sua memória...

Os crimes da burocracia

Em agosto de 1917, 3 bolcheviques foram eleitos membros do Comitê Central do Partido Comunista Russo. Dos 7 morreram de morte natural: Sverdlovine, Nogine, Dzerjinsky, Artem, Kollontai e Stalin. 6 foram assassinados pela contra-revolução: Ouritzky e Chaumian. 11 cavitimas do terror stalinista: 1, assassinado por um agente da GPU no exterior (Trotsky); 10 nas prisões stalinistas (Zinoviev, Kamenev, Rykov, Bukharin, Milioutine, Krestinsky, Smirnikov, Bubnov, Smilga e Berzine). O 31º, Yanov, desapareceu sem deixar pistas; certo, também foi liquidado em 19

Em outubro de 1917, Burô Político do Comitê Central foi eleito pela primeira vez. Era composto de 7 membros: Lenin, Trotsky, Zinoviev, Kamenev, Sokolnikov, Bubnov e Stalin. Desses 7, dois tiveram morte natural (Lenin e Stalin); os outros cinco foram assassinados pelo terror stalinista.

A conclusão é clara: ainda membros do Comitê Central foram assassinados sob a direção de Stalin. Até hoje ninguém, ainda hoje em alguma fonte oficial na URSS explicava que estes revolucionários, no fundo, eram contra-revolucionários, agentes do imperialismo, spiões ou nazistas. A inevitável contrapartida da seguinte indagação sobre quem dirigia a direção soviética: o que partido de vigente revolucionário que se constituía de traidores de contra-revolucionários no seu interior dores mais fiéis?

Este o beco sem saída que levou a prática da falsificação da história por parte dos burocratas do Kremlim. Abaixo seguem alguns trechos de um documento escrito pelo próprio Trotsky em agosto de 1940, poucos dias de sua morte, comentando um atentado parte da GPU de que fora vítima.

Os objetivos

"O presente documento tem objetivo político e não político. Mas a ação criminosa dos membros do pretenso partido comunista mexicano tem motivos políticos. O atentado de 24 de maio tinha um caráter político. Assim, é possível esclarecer o mecanismo deste crime, ainda mais móveis de seus participantes, se se deter mesmo que suscintamente, nas bases políticas subjacentes do atentado.

A opinião pública não coloca em dúvida que o atentado foi parado pelo PCU, órgão fundamental do Estado stalinista... caráter totalitário da política do Kremlim não é do caráter pessoal de Stalin, mas da situação nova camada dirigente face ao povo. A revolução de Outubro buscava dois alvos estritamente ligados: em primeiro lugar, socialização dos meios de produção e a elevação do nível da vida do país graças à planificação econômica; em segundo lugar, a criação sobre essas bases da sociedade sem diferenciação de classes e sem burocracia profissional; a sociedade de autogoverno socialista dos trabalhadores. De modo geral, o primeiro objetivo foi atingido; apesar da influência nefasta da burocracia superior da economia planificada revela-se indiscutível. O contrário ocorreu no concernente ao regime social que, longe de se aproximar do socialismo, dele se distanciou. Por razões históricas não cabe desenvolver aqui, uma nova casta privilegiada que concentra entre suas mãos o controle do poder e devora uma parte cada vez maior da renda nacional, conseguiu se erguer sobre a base da revolução de outubro. A situação desta casta é profundamente contraditória. Ela em nome do comunismo e age lutando para apropriar-se do poder ilimitado com todos os privilégios materiais que lhe são vinculados. Cercada de desconfiança e a hostilidade das massas oprimidas, a nova aristocracia não pode tolerar qualquer fissura em seu sistema. No interesse de sua própria conservação ela é levada a afogar o menor indício de crítica e de oposição, a tirania se avoluma, a escravidão universal diante do chefe, a hipocrisia geral; daí o papel gigantesco da GPU enquanto instrumento de dominação totalitária.

O absolutismo de Stalin

O absolutismo do poder de Stalin não se apoia sobre a tradição do poder **de graça divina**, nem sobre aquela propriedade privativa **sagrada e inviolável** mas sobre a idéia da igualdade comunista. Ela dá à oligarquia a possibilidade de justificar sua dura e seus privilégios crescentes através de argumentos que não são bem fundados e coerentes. Ela o pode, para justificar-se invocando o caráter de **transição** do regime porque a igualdade não é a saber porque a **igualdade não foi completamente realizada**, mas porque as **igualdades mentam sem cessar**. A casta dirigente é levada a mentir sistematicamente, a mascarar e imputar a seus opositores motivos diretamente opostos aqueles que os animam. Qualquer indio que toma a defesa dos trabalhadores contra a oligarquia é rapidamente denunciado pelo Kremlin como um partidário da restauração capitalista. Esse tipo de engano não foi escolhido por acaso: ele decorre da situação objetiva da casta que incarna a reação mas fala pela revolução. Em todas as revoluções precedentes, a nova classe privilegiada tentou garantir-se das críticas da esquerda por meio de uma fraseologia revolucionária, Stalin não inovou nada. Apenas elevou o sistema de fraude política a sua suprema expressão. (...) Sem uma visão clara desta situação é impossível compreender a política interior da URSS, nem o papel da GPU na arena internacional. (...)

Degenerescência da Internacional

A Internacional Comunista sofreu uma degenerescência análoga durante este período. Nos primeiros tempos do regime soviético, quando a Revolução passava de um perigo a outro, quando todas as forças estavam engajadas na guerra civil com seu cortejo de fomes e de epidemias, os revolucionários mais corajosos e mais desinteressados aderiam à Revolução de Outubro e ao Komintern em todos os países. Dessa primeira camada revolucionária que demonstrou na ação seu devotamento à Revolução no curso dos anos difíceis, não resta hoje literalmente ninguém no Komintern. Por meio de exclusões incessantes, de pressões materiais, de corrupção direta, expurgos e execuções, o Komintern foi definitivamente transformado num instrumento dócil do Kremlin. (...) O tipo predominante entre os **comunistas** atuais é o carreirista político portanto o pólo oposto dos revolucionários. Seu ideal é o de criar em seus países a situação atingida na URSS pela oligarquia do Kremlin. Sonham atingir esse objetivo com a ajuda dessa mesma burocracia e de sua GPU. Contemplam com êxtase e inveja a invasão pelo Exército Vermelho da Polônia e da Finlândia, dos Estados Bálticos porque essa invasão conduziu rapidamente o poder para os stalinistas locais, candidatos à dominação totalitária. (...)

Não há portanto, nada de **nacional** na atitude dos stalinistas mexicanos: eles se contentam de traduzir em espanhol a política de Stalin e as ordens da GPU.

Aos olhos dos não-iniciados pode parecer incompreensível que a clique do Kremlin tenha me exilado e depois tente assassinar-me no estrangeiro. Não teria sido muito mais simples me executar em Moscou como tantos outros?

O maior dos erros

Eis a explicação. Em 1928, quando eu fui excluído do partido e deportado para a Ásia Central, não era ainda possível falar de execuções, nem mesmo de detenções: a geração que havia atravessado comigo a Revolução de Outubro e a Guerra Civil ainda estava viva. Da Ásia, eu podia manter relações permanentes com a oposição que crescia sem cessar. Nessas condições e depois de muito hesitar, Stalin decidiu que o exílio representaria o mal menor. Seus argumentos eram que, isolado, sem organização material nem meios materiais, Trotsky seria impotente para tentar qualquer coisa que o fosse. (...) Tendo tentado e da Noruega sem sucesso, Stalin concluiu, e já o reconheceu em mais de uma ocasião, que meu exílio foi o **maior de seus erros**. Para reparar tal erro, não resta outra alternativa senão o ato terrorista. (...)"

VLADIMIR HERZOG

Dia 25 de outubro está fazendo 3 anos que morreu VLADIMIR HERZOG, preso no DOI-CODI do II Exército. Sua mãe, sua mulher e seus filhos têm tentado, por todos os meios legais, o esclarecimento das verdadeiras causas de sua morte. A família de VLADIMIR HERZOG quer lembrar que até agora, passados 3 anos, a revelação da verdade dos fatos continua sendo sistematicamente impedida.

Namoro entre a China e os eurocomunistas

Por K.S.Karol - (da última edição do Le Nouvel Observateur)

Pela primeira vez desde os anos 60, um representante da China Popular, o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Yu Chan, formulou uma opinião "positiva" sobre a evolução dos grandes PCs da Europa Ocidental. Falando a um grupo de jornalistas franceses em visita a Pequim, ele disse que esses partidos, que, no passado, seguiram Moscou contra a China, manifestam agora uma certa independência e tentam livrar-se da tutela soviética. Esta declaração do vice-ministro causou sensação, eclipsando o discurso que o presidente Hua Kuo-feng acabara de pronunciar pela ocasião do 29º aniversário da China Popular. Entretanto, para se empreender o sentido da abertura chinesa em direção aos eurocomunistas, é do discurso de Hua que se convem partir.

No dia da festa nacional do 1º de outubro, o sucessor de Mao repetiu alto a seus compatriotas o que ele vem dizendo há um ano a seus interlocutores estrangeiros. Segundo ele, a URSS jamais renunciará a **"dominar a China"** porque ela tem necessidade disto para afirmar sua superpotência. Mas, apesar desta ameaça que convida os chineses a se prepararem para o pior, Hua não pretende lançar-se numa ruinosa corrida armamentista. A modernização da agricultura e da indústria constitui para ele uma prioridade em relação à do exército - que entretanto não será negligenciada. Para fazer face à ofensiva soviética, Hua acredita em contrapartida na eficácia de sua diplomacia: imprensados entre a hegemonia soviética e o imperialismo ocidental, diz ele os povos dissernem cada vez mais a verdadeira face da URSS: **"Eles abriram os olhos e se preparam para a luta."**

"Bem-vindos"

Hua Kuo-feng já empregara esta fórmula durante sua recente viagem a Iugoslávia com Tito e, ao retomá-la em Pequim, não poderia "criar um acontecimento." Seu vice-ministro dos Negócios Estrangeiros Yu Chan veio pois ajudá-lo ao deixar explícito que os partidos comunistas da Europa Ocidental figuram talvez entre aqueles "que abiram os olhos". Sobre o plano prático ele anunciou apenas uma medida das mais modestas: os enviados especiais do "Humanité", orgão do PC francês, poderão de agora em diante acompanhar as delegações francesas à China que eles serão **"bem-vindos"**. Ora, sabe-se que os correspondentes do "Unità", orgão do PC italiano, gozam, desde muito tempo, de uma tal possibilidade de visitar a China. Se se tratasse apenas de suspender um veto contra os jornalistas do PCF, o "caso" não teria uma grande importância. Na realidade, não se trata de uma questão de imprensa entre os comunistas chineses e os comunistas da Europa Ocidental.

Todo mundo observou, recentemente, os comentários extremamente favoráveis dos partidos comunistas italiano e espanhol às visitas de Hua Kuo-feng à Romênia e sobretudo à Iugoslávia, embora condenadas com o máximo de solenidade pelo Burô Político do PC da URSS - a ponto de Tito, melindrado, suspender sua viagem a Moscou prevista para o mês passado. Os comunistas italianos e espanhóis de sua parte, decidiram ignorar a cólera de Brezhnev e redobraram esforços para lançar, eles próprios, pontes para Pequim. É assim que Santiago Carrillo, no mês de setembro, foi a Pyongyang celebrar o aniversario da República Socialista da Coréia ao mesmo tempo que Teng Hsiao-ping – e, em geral, acredita-se que ele teve mais de uma oportunidade de conversar com ele. Quanto aos italianos, seu "ministro dos negócios estrangeiros", Giancarlo Pajetta, encontrou **"por acaso"** a delegação chinesa na Iugoslávia e, **"enquanto velho internacionalista"**, ficou muito emocionado, diz ele de brindar com esses camaradas. Ele continua, aliás, suas idas e vindas entre Roma e Belgrado e não esconde que conta com a ajuda dos iugoslavos para estabelecer um diálogo com os chineses. Esses, entretanto, ate a recente declaração do vice-ministro Yu Chan, pareciam ignorar todas essas manifestações de boa vontade dos principais partidos eurocomunistas.

Não é mais aquela

É verdade que a China de Hua não é mais aquela de Mao e sua preocupação muito pragmatica de **"promover a produção"** eclipsou quase totalmente sua vontade de fazer uma revolução ininterrupta. Consequentemente, a polêmica com os **"revisionistas"** do estrangeiro a interessa menos e ela já mostrou isso claramente no ano passado recebendo Tito em Pequim, com muito brilho. Não obstante, essa reaproximação com os iugoslavos era bem mais fácil que a com os outros partidos comunistas condenados por seu **"revisionismo"**, porque a Liga dos Comunistas da Iugoslávia desde há muito tempo já não participa das diferentes conferencias mundiais convocadas periodicamente pelos soviéticos. Além disso, este ano, os iugoslavos tomaram uma posição muito clara contra a política soviética-cubana no Chifre da África e contra a tentativa de Fidel Castro de torpedear o movimento dos paises não-alinhados. Hua Kuo-feng nunca foi tão aplaudido em Belgrado como na ocasião em que fez essa saudação: **"Nós apoiamos com firmeza a luta levada pela Iugoslavia para preservar a coesão do movimento dos não-alinhados e manter a orientação fundamental."**

À luz dessa evolução é dificil de compreender em que consiste a abertura prudente dos chineses em direção aos eurocomunistas. Hua está aparentemente convencido de também eles, como os iugoslavos, se levados a tomar distância em relação ao espansionismo soviético e se dirigir, à sua maneira, não alinhados. Para ele, será suficiente que eles se reconciliem contra **"o imperialismo e o hegemonismo"**. Mas sabe que a URSS, mesmo se ela não é assinalada nominalmente, reage muito violentamente contra esta fórmula **"anti-hegemônica"**. Os partidos eurocomunistas estão preparados para enfrentar sua ira? Aceitariam pagar este preço para reconciliar com a China? Muitos duvidam. Segundo estes, a viagem que Berlinguer vai empreender a Paris, a Moscou e a Belgrado atesta por si só sua vontade de manter as alianças existentes. Outros, ao contrário, não excluem que Berlinguer faça essa viagem inesperada para informar os soviéticos do estado atual de suas negociações com o PCC China a fim de não cegar brutalmente a URSS diante de um fato consumado. O que quer que seja, recente prova que os partidos comunistas da Itália, da Espanha, fatigados pela polêmica com os socialistas e embarassados pelo caráter cada vez mais inaceitável do regime soviético - o "Unita" recentemente chegou até mesmo a deplorar o antisemitismo da URSS - devem encarar muito seriamente a necessidade de sair, cedo ou tarde desse "campo". A China agora abre uma possibilidade para que eles saibam que o dia em que eles não puderem mais conhabitar com a URSS, poderão encontrar, num estreitamento de seus laços com o eixo Pequim-Belgrado, uma "identidade de esquerda" diferente daquela dos social-democratas.

PARA
DEPUTADO ESTADUAL
ANTÔNIO FUNARI FILHO
Nº 1538 São Paulo MDB

América Latina

Os exéritos são forças de ocupação?

Autor de 24 livros, alguns ales tos de estudo em diversas universidades latino-menas, Gregório Selser é considerado um dos maiœs aecedores das atividades da CIA no Continente.ispelista também nos problemas gerados pelas relœestre os Estados Unidos e os países latino-americœos, ser, hoje com 56 anos, baixo, gordo, com um bi din loiro, foi militante do Partido Socialista Argemo 1962, tendo trabalhado os últimos 30 anos comjorlista, inclusive no La Prensa de Buenos Aires. Há os os vive no México.

Alguns livros de Selser: "Sannoeneral de homens livres", que vendeu mais de 0 l exemplares; "A CIA no Chile", "Espionagem Aérica Latina"; "Aliança Para o Progresso, a Mal Isci"; entre muitos outros.

Entrevista a RAIMUNDO CARD, o México

"O direœde torturar, assassinc expatriar..."

Então, esta doutrina da Segurança Nacional é uma tentativa desesperada das classes dominantes - a burguesia, os banqueiros, associados às multinacionais, de defender sua propriedade.

– Eu prefiro empregar **trans** em lugar de **multi** que se presta a equívocos. "Multi" é algc muito distinto de "trans". Multi pode significar muitas nações que intervêm em uma empresa. O conceito é outro: Trans são as empresas, as corporações mais importantes, de maior capacidade tecnológica, com sede nos países centrais (EUA, RFA, França, Itália, etc.) que transcendem sua nação (transnacionais) e que, então, se instalam em qualquer outro país sem terem necessidade de que as empresas nacionais tenham alguma participação. Ao contrário, na maior parte dos casos, não têm nenhuma. Elas se associam, mas conservando sempre o poder de decisão para o centro, na matriz.

– Quais seriam os princípios fundamentais da doutrina da Segurança Nacional?

Hoje, os exércitos tradicionalmente constituídos para defender as fronteiras históricas nacionais, estão mais preocupados na resistência diante do "inimigo interno" que representa o maior perigo para a nacionalidade. O "inimigo interno" seria o próprio povo. Assim, os exércitos são obrigados a se constituir como exércitos de ocupação dentro de seus próprios países.

Quando um povo dispõe de meios democráticos para se expressar, não necessita chegar à violência, tem veículos de conduto mediadores e de transição para chegar a certas mudanças. No entanto, o que acontece quando se impede um povo de veicular suas necessidades, quando não se lhe permitem expressões de transição, de mediação, de mudança? Então não existe possibilidade de consenso a não ser por meio da força. Então se suprimem todas as possibilidades democráticas de expressão da maioria. E a forma de fazê-lo é empregando a violência. Então, só se deixa a estes povos a opção de uma contraviolência revolucionária. Baseados em uma situação (argumento) que as próprias classes dominantes contribuíram para gerar, a contraviolência lhes serve como pretexto para oprimir os povos e para converter os exércitos em o que convencionaram chamar de "exércitos de ocupação".

Eu menciono o caso da Inglaterra quando se apoderou da Índia (Bengala) e sua maneira de oprimir o po-

publicada em Cri 10

vo. Os inglesramuito poucos, embora tivesa elado grande contingente dolda para poder conter o gritodedentista do povo hindu. Eo, oigleses, que, durante tantosculonantiveram seu império iluminventaram a instituição CIPAO, isto é, a formação de ercit dentro da própria Índia ervidos interesses imperiais.

Em Namíbios -africanos estão fazendo nes para cuidar das frontes.

Assim, chega à arração que são os próprios dusu determinadas camadas socade hindu, que consideramom ulho pertencer a estes ercitelitistas e supertreinados, idortos privilégios com relaç aonjunto da população e quês diguem dela.

Isto foi no séco paso, se bem que até o momto didia se libertar este exéto sistiu. Nós também temos emplos nossos CIPAYOS que EUAansladam como modelo paa Ás América Latina, e isto segua década deste século:

Em 1916, os IA invem a República Dominina e permanecem até 1922; sceitase retirar com a condição due se stitua um exército montasobrena instituição tambénnortenerícana que se chamou stabury, uma polícia rural doUA -legandose à aberração due os prios dominicanos – poão tem outra palavra em espaol até e descobrissem que poon chair Guarda Nacional – cinuam utilizar a expressão em anhol stabularios.

Em 1924, eles partem mas deixam estabelecida a **constabularia**, de onde sairia Rafael Leonidas Trujillo, que se forma no interior desta guarda e vai ascendendo até a tomada do poder. Ao mesmo tempo, na Nicarágua, começa a despontar o velho Somoza.

Os EUA tinham na Guarda Nacional muitos oficiais e o diretor dela?

Precisamente. E aí está uma de suas características. Eu acredito que guardadas as distâncias de país a país, não se pode falar de uma **constabularização** do exército brasileiro de uma forma mecânica.

– Há alguma autonomia do exército brasileiro com relação aos EUA?

Sim. Eu vejo uma autonomia operativa, mas não uma autonomia ideológica. Em primeiro lugar, desde a assinatura do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), o conceito de Guerra Fria foi exportado pelos EUA e assumido praticamente por todos os exércitos da América Latina. Assumido como ideologia fundamental. Logo depois vai mudando de acordo com as modificações nas estratégias e táticas do exército norte-americano. Daí, decorre, então, a DCI e a DSN (Doutrina de Segurança Nacional) que são também exportadas pelos Estados Unidos e assumidas por todos os exércitos do continente como próprias.

Quer dizer que as Escolas das Américas, além de dar instrução específica militar, sobre o funcionamento das armas sofisticadas e sobre as últimas inovações bélicas, têm cursos mais imporantes: os cursos de ideologia, a ideologia da contrainsurgência, ou seja, repressão ao inimigo interno, representado, simbolizado, por aqueles que querem mudanças das estruturas econômicas tradicionais. Naturalmente, por necessidade tático-estratégicas, e também porque para combater o inimigo é preciso visualizá-lo, enquadrá-lo e fotografá-lo para que seja reconhecível, é preciso atribuir a esse inimigo determinados atributos que nem sempre correspondem à realidade. Por exemplo: um desses atributos é que o inimigo responde à ideologias importadas, exóticas; que são inimigos da civilização ocidental e cristã. Atribui-se a eles as qualidades mais horrendas, são os diabos e nós somos Deus. E, como Deus, temos o direito inclusive de torturar, assassinar, expatriar, fazer desaparecer, etc.

Você disse que não há uma política ou uma ideologia hegemônica para todos os exércitos Latino-Americanos.

Não, eu disse outra coisa. Existe uma espécie de doutrina generalizada que se dissemina nas escolas de guerra nos EUA e que é transportada para o ensino dos militares das três forças na América Latina. No momento, ela pode, em princípio, ser chamada de "doutrina da Segurança Nacional" (ou contra-insurgência). Esta doutrina forma a mentalidade ideológica de todos os exércitos do Continente em uma direção, ou seja, o inimigo "interno", ao invés de ser o inimigo que era visualizado na década de 50 - um inimigo externo - (os exércitos se preparavam para prevenir uma possível invasão de alguém mas, não se dizia quem) de fora do continente. Então tudo se voltava para a defesa externa, nesta época, diante de um inimigo que se caracterizava como um inimigo ideológico que era a União Soviética (e seus aliados). Um pouco antes da década de 50, o Tratado Interamericano de Ajuda Recíproca (TIAR) (criado no Rio de Janeiro em 1947) foi instituído dentro da concepção bélica desta época (de defesa hemisférica, defesa da soberania), que se insere um pouco nos marcos da Guerra Fria que viria a eclodir nos últimos anos da década de 40. Agora, com o triunfo da Revolução Cubana, a concepção bélica muda totalmente nos Estados Unidos, em virtude das teorias que imperam na Europa, sobretudo pela terrível experiência da França na Indochina e na Argélia. Nos dois casos, a derrota de Dien-Bien-Phu (na Indochina, em 1954) e, logo em seguida, a tremenda batalha da Argélia indicam como um exército profissionalizado nas últimas técnicas e virtudes da arte bélica pode ser vencido em uma guerra de libertação popular nacional por povos que são desprezados, precariamente armados, que não sabem ler nem escrever, famélicos, mas preparados e, sobretudo, que ignoram as bases essenciais de uma guerra moderna. E, não obstante, os melhores exércitos foram derrotados. Daí, a necessidade de novas técnicas.

Em virtude destas experiências das guerras de libertação foram os EUA que sistematizaram este tipo de doutrina e a exportaram para a América Latina?

Efetivamente, os EUA e também a França, sobretudo a França. O que acontece é que a França não aparece tão ostensivamente como os Estados Unidos. Porém, se você analisar quantos assessores técnicos na DSN foram estudar nas escolas de guerra da França, verá que não são poucos. Há uma figura muito importante em matéria de ensino bélico francês que é o General André Beaufre. Este teórico já morreu, mas foi, em sua época, o que representou o General Maxwell Taylor nos EUA. Para todos eles, a defesa nacional é entendida em sua forma moderna, que implica também a defesa contra os inimigos internos...

Porém, uma coisa que mudou e que hoje se vê com bastante nitidez é que as convulsões políticas na América Latina já não são as de um grupo econômico, de um setor da classe dominante, contra outro setor da classe dominante, mas sim uma luta de classes que está cada vez mais clara.

Sim, cada vez se agudiza mais. É esta luta de classes que provoca o desaparecimento das estruturas que até há alguns anos a burguesia nestes países, ou melhor, o "establishment" norte-americano associado a esta burguesia (cujo nome científico é o de empresas transnacionais) admitiam como possibilidade do jogo político, (isto é, eleições regulares, foruns – onde os partidos políticos podiam discutir, Congresso, etc.), chegando à conclusão de que isto não serve o mais, isto já não serve como garantia, resolvem então liquidar o que chamam de "farsa democrática" e falar de uma democracia que tem um nome em cada país. Pinochet lhe deu um nome muito curioso: Democracia Autoritária.

No Brasil, democracia relativa!

"Livro do Golber fá extraído de out>"

Em relação aos exércitos que atualmente governam em vários países, pegando o caso do Brasil onde se comprovou que companhias transnacionais têm dado cargos fictícios a altos oficiais militares com altos salários, não acha que seria uma nova forma de "constabulários"?

Esta é uma velha forma, tão velha que já na década de 50 o sociólogo americano Wrigth Mills, denunciou-a em seu livro "A elite do poder".

"A elite do poder", é o mais importante do autor. E, neste livro, há um capítulo muito importante sobre o sistema de interrelacionamento do **stablishment** militar com o **stablishment** civil transnacional nos EUA. A isso se chama "O complexo militar-industrial". Ele mostra, com os nomes das empresas, de que maneira os militares, quarchega a coronel, já estão englos na transnacionais para uandopassaram à reserva ocuem diramente cargos civis vido-selo seu uniforme, de suas entes,ossam mostrar sua autorle de 'eneral tal" e pertencer àsetoriafacilitando dessa man a intpenetração e, sobretud obterão de contratos.

Esse sistema foxporta dos Estados Unidos - o outritantas coisas que nos ortam para os exércitos do contnte. Qr dizer, em geral todos generaque sabem se virar comrta halidade, quando da sua ssagemara reserva estão assegdos.

O exército é destaneirama espécie de casta quen privilios que não têm a mais dos toalhadores de nossos es.

Não existe em nenn país, na

cláusula que proíba os militares da reserva de continuarem recebendo seu ordenado do Estado, que geralmente é mais alto do que qualquer salário da administração pública e, cobrando, além disso, altíssimos salários da empresa privada.

Dentro da teoria da contra-insurgência, o livro de Golbery do Couto e Silva, "Geopolítica do Brasil", teria algum papel importante dentro dessa teoria?

Sim. Sobretudo é muito lido pelos militares do Cone Sul, muito copiado e serve como inspiração ideológica. Assim como os geopolíticos em geral se servem das teorias de Clawsevitz, Haussofert e de todos os clássicos alemães de fins do século passado e começo do deste!!

Ou os mais recentes vão aos textos do Gal. Beaufre – os militares latino-americanos, talvez por sua proximidade do idioma português, podem ter acesso à leitura de Golbery e se alimentaram bastante de suas teorias. E, pelo menos, se não as assumiram, as conhecem e as aplicam com relação ao próprio país.

Uma coisa é como Golbery compreende as bases do expansionismo brasileiro e da segurança interna e como as concebe para o Brasil e outra é como as assumem os militares chilenos para aplicá-las à sua própria realidade.

Você vê alguma similaridade entre a ideologia militar do Brasil e a ideologia militar que hoje se pratica no Chile?

Sim. Quero dizer, cada uma traduzida para o seu âmbito respectivo. Ou seja, uma aplicação local da substância das teorias geopolíticas de Golbery. Se adaptam.

Você considera por exemplo o que existe no Chile atualmente, toda a repressão, a ideologia de um sistema de classes políticas, democracia autoritária, tudo isso é conseqüência de certa teoria deste livro? Teria algum ponto de ligação com este livro?

Não, eu não posso afirmar com certeza, porque isso seria pressupor que todos os militares teriam lido o livro de Golbery, coisa que duvido. No entanto, creio que a vulgarização do pensamento desse livro através de artigos, sobretudo nas revistas das forças armadas, isso sim é o que tem sido assimilado e divulgado.

Ou seja, tem a sua influência?

Sim. Posso dizer que Golbery tirou tudo isso de um livro de autor norte americano de nome Nicolas J. Spykman "Estados Unidos contra o mundo".

E este livro de Spykman?

Leia aqui o que parece ser os temas do livro de Spykman: "Sobre o novo mundo; matérias-primas estratégicas da América Latina; defesa do hemisfério; defesa do Pacífico; defesa do Atlântico"

Há algo a respeito do Brasil?

Assim, explicitamente, não. Mas, por exemplo, há as possibilidades de defesa do hemisfério com relação ao papel que cumpre a Alemanha: lembre-se que em 1942 o inimigo era a Alemanha e não a União Soviética, então tudo era pensado em função da Alemanha e do Nazismo. Toda a concepção de defesa está relacionada com a Europa em confronto com a América Latina. Todas as elocubrações de Spykman são assumidas por Golbery e outros à sua maneira. Golbery então a aplica à realidade brasileira. Quero dizer que ele é um bom aluno, um bom leitor de Spykman.

Aparte

Cartas, críticas, sugestões, apartes, etc, para: rua Mateus Grou, 57 — Pinheiros, São Paulo — CEP: 05415. A redação (por motivo de espaço) se reserva o direito de publicar apenas trechos dos textos recebidos. Mas solicita que os correspondentes façam um esforço para não ultrapassar 50 linhas de texto datilografado, na base de 70 toques por linha. E mais: solicita-se que os correspondentes dêem seus nomes e endereços completos.

Capitalismo no campo. Na marra!

O IV Encontro Estadual dos Engenheiros Agrônomos da Bahia, realizado recentemente em Salvador, teve como ponto alto um debate sobre a questão agrária, onde se acentuou - mais uma vez - o acelerado processo de penetração do capitalismo no campo brasileiro.

Na verdade, os marcos do tipo de desenvolvimento experimentado pela agricultura brasileira nos dias atuais foram lançados na metade do século passado, quando a Lei de Terras, de 1850, determinou que toda terra livre passava a ser de domínio do Estado, impossibilitando, então, um desenvolvimento democrático, baseado na distribuição de terras. Estava implantada no Brasil a via prussiana, que quer dizer,sobre a base da grande propriedade.

Essa foi uma das idéias básicas defendidas por Ronaldo Garcia, do IPEA, durante o IV Encontro Estadual dos Engenheiros Agrônomos da Bahia, realizado nos dias 12 e 13 de outubro, em Salvador, promovido pela Associação Estadual dos Engenheiros Agrônomos, que contou ainda com a participação de Horácio Martins, da Fundação Getúlio Vargas e Emiliano José, do jornal EM TEMPO.

Ronaldo Garcia destacou que foi durante o ciclo do café que surgiu a figura do colono, que, junto com o parceiro e o pequeno proprietário, vai ter uma importância fundamental no conjunto do desenvolvimento da agricultura brasileira. Acentuou que a industrialização trouxe como uma de suas conseqüências a valorização do preço das terras, o que, de outro lado, provocou também a expulsão dos que moravam nas fazendas e que cultivavam o seu pedaço de terra.

na década de 50 e até o início dos anos 60, a expulsão dos colonos é acentuada, diminuindo quando o conjunto da economia brasileira entra em crise. Explicou que de 1930 a 1950 essa expulsão era mais ou menos lenta. Foi a intensificação do processo de industrialização, ou especialmente a sua consolidação, que fez com que o processo de expulsão se acelerasse, à medida que se torna necessário criar um mercado para os bens produzidos pela indústria, basicamente tratores, insumos e equipamentos agrícolas de um modo geral.

Expulsão

A crise do início dos anos 60, segundo Ronaldo, implicou num processo mais lento de expulsão, tanto pela existência da crise que afetava a indústria, quanto pelo fato de que os trabalhadores estavam muito mais mobilizados e organizados para resistir. Ao final da década de 60, contudo, e depois, portanto, do movimento militar de 1964, com os trabalhadores violentamente reprimidos, há uma retomada da expansão capitalista e, na seqüência, um aumento da expulsão dos posseiros, parceiros ou colonos por todas as partes do País.

Esse movimento de expropriação dos posseiros, parceiros e colonos, violento, "como nunca se viu antes na história do Brasil", só foi possível graças à ação do Estado, que sempre fez de tudo no sentido de viabilizar as iniciativas da burguesia agrária. Explicou ainda que devido à disponibilidade de terras, a fronteira agrícola mais recentemente se ampliou, o que implicou, outra vez, na expulsão dos posseiros que tinham se dirigido para regiões como Mato Grosso, Goiás, Bahia, Sul do Pará, Acre e Rondônia.

A grande pergunta, em sua opinião, é como fazer frente a tudo isso. Ele acredita que a única maneira é o aprofundamento da mobilização e organização dos que ocupam a terra, pois sem isso os grandes empreendimentos continuarão a se fixar nas áreas de posseiros, ampliando a sua violência. Ainda respondendo à pergunta, disse acreditar que a reforma agrária não pode ser colocada mais nos termos em que era formulada na década de 50. Pretender hegemonizar uma proposta de reforma agrária para o conjunto do campo no Brasil, entendida como distribuição de terras, não corresponde mais aos interesses de todos aqueles que trabalham a terra.

Hoje, é preciso saber enfrentar a grande propriedade, pois as condições não são as mesmas do passado. A reforma agrária, na verdade, tem de ser definida no âmbito de um programa agrário para o conjunto do País.

O jornalista Emiliano José, do EM TEMPO, abordou o processo recente de capitalização do campo baiano, procurando demonstrar que há um processo crescente de penetração do capitalismo na agricultura, sobretudo a partir da recente industrialização baiana, penetração essa que vem gerando uma violência indiscriminada, implicando na morte de vários trabalhadores e até no assassinato do advogado Eugênio Lyra. O ritmo desse processo está determinado não tanto pela lógica do capital, mas pela capacidade que tenham os trabalhadores de resistir e garantir a posse da terra.

E reunião dos agrônomos baianos teve o aspecto positivo de mobilizar algumas dezenas de profissionais, suscitando o debate entre eles. Durante o encontro, além de vários outros temas, foi discutida a própria alienação do engenheiro agrônomo, submetido a escolas profundamente deficientes, com currículos absolutamente ultrapassados. ***(Sucursal de Salvador).***

Qual a relação entre agricultura e ditadura?

Otávio Ianni, em Campinas: "...o desenvolvimento da fronteira amazônica é util à ditadura".

Qual a relação que existe atualmente no Brasil entre agricultura e ditadura? Esta pergunta foi lançada pelo sociólogo Otávio Ianni ao plenário e à mesa de expositores do seminário sobre Estrutura Agrária e Política de Desenvolvimento, promovido pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, na semana passada.

E ele lançou a pergunta por entender que os mecanismos postos em prática pelo Estado em relação à agricultura - ocupação da Amazônia e crédito rural, principalmente - têm servido a seus interesses e à manutenção do regime na medida em que contribuíram para amenizar as contradições de classe existentes de forma bastante acirrada no Nordeste e no Rio Grande do Sul. Foi justamente destas duas regiões que foram transferidos excedentes populacionais para a Amazônia.

Afirmou Ianni: "Há uma proletarização se desenvolvendo no conjunto da agricultura. Na Amazônia temos diversas classes representadas. Mas o desenvolvimento da fronteira amazônica é útil à ditadura".

Segundo Otávio Iann , a organização do tipo atual de Estado é que possibilita o crescimento acentuado da indústria sobre a agricultura no Brasil. Ele se referiu à fundação em 1968 da Associação dos Empresários da Amazônia como "um produto da ditadura; uma associação formada pela burguesia não paulista, mas a burguesia multinacional, dos Jaris; uma associação que transa diretamente com o poder estatal e tem sede em SãoPaulo, na Líbero Badaró".

Acumulação

De outro lado, a ocupação dos espaços rurais, por grandes companhias foi apontada por Tito Ryff, da Fundação Getúlio Vargas, como uma conseqüência natural do preço que a terra vem assumindo, resultando na acumulação de capital. A especulação com a terra acaba se constituindo numa barreira à entrada de novos produtores e à realização de novos investimentos no setor agrícola.

"Na medida em que a elevação do preço da terra faz-se acompanhar de uma alta do valor de arrendamento, isso implica na transferência de recursos dos produtores para os que vivem de renda, com reflexos negativos sobre o investimento produtivo e a taxa de crescimento do setor".

Prosseguindo no raciocínio, Tito Ryff acrescentou que a elevação dos preços exige um uso mais intensivo da terra e, portanto, maiores doses de capital por área num setor de pouca capacidade de poupança. "O resultado é que o acesso à propriedade torna-se mais difícil para os pequenos e médios produtores com recursos escassos".

Rangel Reis: inimigo nº 1 dos índios brasileiros

Apesar das manifestações de vários setores, especialmente antropólogos, sertanistas e missionários, continua firme a intenção do governo de promover a "emancipação dos índios brasileiros". No número 31 publicamos um documento de vários antropólogos sobre o significado deste projeto. Agora, publicamos uma carta conjunta da Associação Nacional de Apoio ao Índio (ANAI) e CIMI do Rio Grande do Sul.

"Ao EM TEMPO:

Conforme notícia recém divulgada, o Ministro do Interior. Sr. Rangel Reis, decidiu levar adiante por uma decisão pessoal o projeto de emancipação dos índios brasileiros, apesar discordância de antropólogos - inclusive os da própria FUNAI - , sertanistas e missionários. Agrava-se mais ainda o fato de haver total afronta à vontade dos próprios índios, que repetidamente se têm manifestado contra qualquer pretensão de emancipá-los.

Torna-se claro, então, que os índios, na idéia perturbada do Sr. Rangel Reis, devem desaparecer. Segundo denúncia do prof. Darcy Ribeiro, as intenções etnocidas do Ministro são condicionadas pelo interesse que este tem de ver desocupadas áreas indígenas , principalmente no Mato Grosso, de modo que possam passar às mãos de particulares e multinacionais

Estaria o Ministro barganhando apoio político e financeiro, necessário às suas conhecids pretensões ao governo do Mato Grosso do Sul.

A Associação Nacional de Apoio ao Índio ANAI - e Cimi-SUL divulgam estes fatos para deixar claro ao público o tipo de interesses que, há muito tempo, vêm condicionando a política indigenista oficial e a atuação da FUNAI. Agindo como agem, o Ministro do Interior e demais responsáveis tornam-se criminosos, co-autores de um genocínio cujo último ato é o nafasto projeto de emancipação, absurda e inconstitucional por essência.

A ANAI e o Cimi-sul manifestam seu total e veemente repúdio a este ato arbitrário do Sr. Rangel Reis, agora já declaradamente o inimigo nº 1 dos índios brasileiros, ao tempo em que aguardam o pronunciamento dos setores conscientes da opinião pública, como última esperança para que se evite a aprovação deste pojeto".

Assis Valdir Hoffman
(Presidente da ANAI)
Pe. Egon Heck
(Coordenação CIMI-Sul)

China-Albânia: Sob o pensamento de Mao

Nosso leitor Heitor Freitas leu e não gostou da matéria que publicamos sobre as relações Albânia-China, em nossa edição de nº 24. Heitor comenta: "Só com o passar do tempo, e o desdobrar das atitudes chinesas, pôde a direção albanesa compreender que a China não realizava uma política de princípios clara, mas se movia por considerações pragmáticas e tendentes ao oportunismo".

"Senhores redatores:

O nº 24 de EM TEMPO teceu comentários, na parte de política internacional, a respeito das divergências ideológicas, recentemente acirradas, que opõem a China à Albânia e geram conflitos diplomáticos entre ambos os países. Foram dois artigos. Afirmo que os artigos merecem diversas reparações e passo a discuti-las.

O primeiro articulista diz que as repercusssões do cisma sino-albanês se limitarão a reverberações internas nos "partidos maoístas". É um contra-senso falar de partidos maoístas. Pelo que se sabe só poderia ter existido até hoje um partido "maoísta" O PC da China. Existe sim o pensamento de Mao Tse-tung. Ele é a teoria da revolução chinesa, a aplicaçãm à realidade chinesa da ciência do marxismo-leninismo. Não é por menos que os chineses balizam a sua prática política no denominado marxismo-leninismo-pensamento Mao Tse-tung. Convém lembrar, de passagem, que a esmagadora maioria dos chamados partidos marxistas-leninistas se posicionaram em defesa dos termos da denúncia albanesa.

Mao oportunista

O articulista se interroga sobre o que motivou a realização desta denúncia pública da política chinesa só hoje - como se com isso a Albânia estivesse levantando a insustentável idéia de que a China "de uma hora a outra, se transformou num país capitalista". Obviamente que a Albânia procurou tratar as atitudes oportunistas chinesas com cautela, procurando fortalecer as posturas corretas e esgotando as possibilidades das conversações bilaterais. Só com o passar do tempo, e o desdobrar das atitudes chinesas, pôde a direção albanesa compreender que a China não realizava uma política de princípios clara, mas se movia por considerações pragmáticas e tendentes ao oportunismo. O decisivo no entendimento da situação, entretando, é saber que durante todo esse tempo o partido chinês foi palco de lutas entre várias linhas - posições pró-kruchevistas, pró-amecicanas, oportunistas e revolucionárias - e desses embates foi saindo a modificação da estratégia da China, costurada pela arquiconhecida mão oportunista.

O primeiro articulista também levanta o que chama as implicações nefastas da ortodoxia albanesa. Um erro: a admissão de um possível "patriotismo das burguesias nacionais" (definindo com mais exatidão: burguesias nacionais dos países coloniais, neo-coloniais e dependentes). Questão complexa, esta. O papel de setores significativos da burguesianacional e dos shenshi sensatos (latifundiários e componentes ricos isolados que possuíam uma tendência democrática) na revolução chinesa serve de alerta contra o sectarismo e doutrinarismo de muitos.

Outro erro: o descortinamento de que a revolução socialista, nos casos dos países coloniais, neo-coloniais e dependentes, deve ser feita em dois momentos, de forma alguma estanques, mas dois momentos do mesmo movimento ou processo. Duplo momento separado por período transitório, de transformações democráticas e ant imperialistas, em que o proletariado procurará amadurecer no seio de todas as camadas da classe trabalhadora a idéia da virada socialista, e investirá na preparação e reunião das forças necessárias ao estabelecimento de modo direto e decisivo da estrutura da nova ordem política socialista. Será mesmo erro, ortodoxia barata, como quer o articulista? Não cremos.

Já o segundo articulista taxa o partido albanês de oportunista, pois apóia a constituição de frentes anti-fascistas, sempre que o poderio fascista exige a adoção desta tática - como medida extrema de fazer frente à fraqueza objetiva das forças revolucionárias. É útil refletir sobre as seguintes palavras de um analista político: "A política de frente ampla decorre de um baixo nível de consciência política das massas; nessa situação, só uma política muito ampla, que procure aceitar as massas nos diversos níveis políticos em que elas se encontram, consegue mobilizá-las e atrair o maior número possível para a luta política" (Movimento, nº 163, pág. 5)

Dogmatismo

Além disso, o partido albanês é acusado absurdamente, e sem maiores explicações, de atuar no plano internacional no sentido de "rebocar a luta de massas aos poderes de Estado constituído". É uma grossa mentira, sustentada gratuitamente, como se acusações dessa natureza não necessitassem de prova. Pois mesmo não sendo hoje a situação internacional objetivamente favorável ao campo socialista, a Albânia postula que o mundo atual está cheio de potencial revolucionário e hipoteca irrestrito apoio a todos os chamados partidos marxistas-leninistas, na luta pela libertação nacional e social, pelo progresso e pelo socialismo.

A Albânia é acusada tambem de estar presa a tacanho dogmatismo. É estranho que a direção albanesa, de afiada perspicácia em acompanhar a conjuntura mundial, esteja asfixiada pelo dogmatismo. A experiência de construção do socialismo no país balcânico trouxe à tona diversas formulações teóricas inovadoras que vieram enriquecer a reflexão marxista (formulações citadas pelo articulista). Onde está o dogmatismo? Na negativa de florear o marxismo com conceitos rebuscados e que não nascem de exigências colocadas pela prática popular?

Os dois artigos de política internacional comentados cometem graves erros - erros que só o estudo e a sinceridade de intenção poderiam sanar"

Heitor Freitas - Paris

Cordel: greve e comissão de fábrica

Tomei conhecimento tardio
Da greve da Barbará
Aconteceu coisas incríveis
Pelas bandas de lá
É hora da verdade
Vou dizer sem maldade
O que eu ouvi falar

Os operários da fábrica
Não me deixam mentir
As condições de trabalho
Faz até cachorro rir
Urubu pousou no banheiro
Caiu duro com o cheiro
Que dali pode sentir

Na fábrica a coisa é feia
Parece campo de concentração
Na maioria das máquinas
Não existe nenhuma proteção
Se trabalha acelerado
O peão passa apertado
Enriquecendo o patrão

O salário da Barbará
Ninguém viu mais minguado
É a fábrica que paga menos
Em todo o nosso Estado
É multinacional francesa
Explora e rouba com moleza
Num regime desgraçado

Prá piorar a história
Vai um pouco de veneno
O engenheiro da fábrica
É um maldito chileno
Gosta de proibir e decretar
Só falta mandar matar
E ser ditador pleno

Foi no mês de maio
Que a notícia chegou
Uma GREVE decidida
No ABC estourou
Todo mundo deu atenção
E vibrou de emoção
Quando a vitória raiou

A notícia veio provar
O FOLHETO dizia a verdade
Que o aumento não sai
Sem existir unidade
A idéia foi correndo
A todos convencendo
Com muita sinceridade

A GREVE se espalhou
Por toda região
Saiu em todos os jornais
No rádio e na televisão
Mostrou a força operária
Que na luta libertária
Acabará a exploração

A censura federal
Proibiu a divulgação
Das greves vitoriosas
No rádio e televisão
Com recortes de jornal
Diminuiu-se o mal
E houve a comunicação

Sem perda de tempo
A reunião foi convocada
Se discutiu os problemas
Com parte da moçada
Muita firmeza e decisão
Seriedade e ação
A greve foi marcada

Varios companheiros
A greve não aceitavam
Pensavam no tempo de casa
E com medo vacilavam
Estes foram minoria
Problemas não haveria
Com a maioria avançavam

A data foi chegando
E a situação esquentava
O Zum-Zum era geral
E a união aumentava
A luta contra o patrão
Prá diminuir a exploração
Todo mundo almejava

No DIA 5 DE JUNHO
Foi o dia combinado
Logo na primeira turma
ficou tudo parado
O silêncio foi total
A preocupação geral
O tiro foi disparado

Neste momento decisivo
Uma máquina funcionou
Com medo e desconfiança
Nicolau foi quem ligou
A turma com muita raça
Olhando com ameaça
Na hora ele parou

Na chegada do chileno
Se esperava a confrontação
Foi entregue uma carta
Falando da situação
Na carta não acreditava
A todos perguntava
Se tinha reclamação

Com a ação coletiva
O chileno se convenceu
Pediu representantes
Foi ordem que recebeu
Exigiu-se prá COMISSÃO
Nenhuma punição
Por tudo o que aconteceu

Na sala do chileno
Começou a negociação
Se fazia de tudo
Pra enganar à COMISSÃO
Se tinha uma garantia
SÓ ASSEMBLÉIA DECIDIA
Se aceitava ou não

Nesta hora aparece
Os amigos do patrão
Que estão acostumados
A ajudar na exploração
Falo do carrasco CRETINO
De nome DIAMANTINO
Receado como o cão!

Esta triste figura
Começou a ameaçar
De chamar a polícia
Prá prender e torturar
Gritava feito demente
Ia de choque em dente
De quem não trabalhar

Ninguém deu ouvido
Às ameaças do vilão
Eles não conseguiram
Abalar a união
Pressão pra todo o lado
Ameaçaram o Forjado
Porém foi em vão

No começo da tarde
A imprensa foi avisada
Chegou rapidamente
E entrevistando a moçada
Fecharam logo o portão
Não queriam declaração
Daquela turma explorada

A luta continuou
Com firmeza e decisão
A NEGOCIAÇÃO FOI DIRETA
ENTRE OPERÁRIO E PATRÃO
A COMISSÃO discutia
A ASSEMBLÉIA DECIDIA
Sobre qualquer questão

Prá manter a união
A COMISSÃO se reunia
Discutia os problemas
Que da luta surgia
O representante da seção
Analisava a situação
E a todos transmitia

No segundo dia
A questão continuava
A proposta da ASSEMBLÉIA
O patrão não concordava
Fez finca-pé na questão
Ficou sem solução

A GREVE CONTINUAVA

A COMISSÃO negociava
E uma máquina foi ligada
O chileno se alegrava
Pois ganhava a parada
Estava quebrada a união
Fraquejava a COMISSÃO
Com a confiança abalada

A COMISSÃO perdia força
Com outra máquina ligada
Continuar resistindo
Era perder a jogada
Aceitou-se o acordo do patrão
Ficava permanente a COMISSÃO
A coisa ficou acertada

Junto com o sindicato
O acordo foi registrado
Não passou uma semana
Um companheiro foi dispensado
Ele era da COMISSÃO
Participou da negociação
E de cabeça era acusado

A COMISSÃO PROTESTOU
E O SINDICATO SE OMITIU

A greve da Barbará
Na CORNESOL começou
Atingiu a matriz de Moema
E no Rio de Janeiro ela parou
O exemplo de firmeza e decisão
Mostrou que vence o patrão
E que o medo acabou

Aqui deixo um alerta
A batalha foi vencida
Mas a guerra vai continuar
Tendo inflação e custo de vida
Temos que manter grande união
Garantindo a COMISSÃO
Com uma firmeza decidida

Não se vive só de vitórias
Esta é uma grande verdade
Sofreu-se uma derrota
Não garantindo estabilidade
Porém foi uma grande lição
Que se aprendeu com precisão
Para toda posteridade

Devemos ter carinho
Com a nossa História
A GREVE deve se firmar
Para sempre na memória
Contar para os novatos
A firmeza dos nossos atos
Que garantiu a vitória

TERRORISMO PATRONAL

Do sonho à realidade, a incrível história do advogado e militante do CCC que baleou o operário que reclamou do salário, numa fábrica de São Paulo.

Marcos Faerman

O sonho

O grande sonho de João de Mello é montar uma multinacional. Começou a pensar nisto no dia em que comprou a metalúrgica **Alfa**, que fica ali no Brás, em São Paulo um bairro cheio de histórias e de fábricas. Nas cantinas do Brás, alguns amigos de João de Mello, quase todos de cidade em que ele nasceu, Taquaritinga, no interior de São Paulo, escutavam o aspitante a **big-shot** dizer que tinha aprendido muita coisa nos seus tempos de estudante, ah, se tinha aprendido. Por exemplo: a teoria da mãe-valia, todos aqueles livros enormes, cheio de lições sobre o mecanismo da sociedade, um intrincado relógio repleto de peças, parafusos... João de Mello sabia tanta coisa! Quando estudante, se dizia ao lado do povo sofredor. Formou-se em Direito. E resolveu utilizar todos os ensinamentos daqueles livros, em seu próprio proveito. Porque não? Terminou com uma fábrica nas mãos: a **Alfa**. E começou a pensar no seu sonho: ser um empresário multinacional. A mão-de-obra paraguaia cutucava seu sono. Não seria maravilhoso ter aquela gente sem qualquer direito nas suas mãos, trabalhando para ele, fazendo fogões e mais fogões para ele?

A realidade

Enquanto a multinacional não vinha, enquanto ele era apenas um **Sr.**, e não um **Mister**, João apenas de Mello metia bronca na **Alfa**. Ou nos trabalhadores da **Alfa**. Para alguma coisa tinha servido todos aqueles livros ensinando coisas sobre a mais-valia, sobre os operários & patrões, não? Puxa! Ele voltou pensar naqueles bons tempos de estudante numa delegacia de polícia, quando foi defender um amigo dele, seu homem de confiança, antigo homem de confiança também do Comando de Caça dos Comandos, Cássio Scatena, vulgo **Blanco**. Pois o **Blanco**, voltando aos bons e velhos tempos de 67/68 liquidou a tiros um operário, na fábrica do João Mello! Pois o **Blanco**, um dos espancadores dos atores de **Roda Viva**, tinha sido chamado pelo antigo líder estudantil inconformista João de Mello, para ser seu capataz, isto é, o chefe do departamento jurídico de sua fábrica... E a dupla funcionava bem: os pagamentos estavam sempre atrasados; o 13º salário era pago em parcelas, no ano seguinte, e nem o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, esta invenção do regime de 64, era depositado. Quem não gostava, ia para a rua. Então, era assim: um tal de entra-e-sai operário da fábrica do João de Mello! E para garantir as coisas, os homenzarrões da Alfa estavam sempre ali na Oitava Delegacia, sugerindo coisas, pedido proteção; talvez porisso, quem sabe?, tinha sempre uma RP rondando a fábrica. Mas o João continuava sonhando em ser John. A custa dos paraguaios.

Outro sonho

Já o Nelson, que era também Pereira e de Jesus, tinha outros sonhos. Quem nasceu em Janaúba, em Minas, não vôa alto, ainda mais se é filho de gente pobre, como ele era. Um dia, nem faz muito tempo, pediu a bênção à mãe, dona Maria Juventina de Jesus, deu um tchau para os irmãos mais novos, e resolveu vir para São Paulo. Não sabia fazer nada mesmo, foi parar na tal Metalúrgica **Alfa**, trabalhador braçal, pau prá toda a obra. Lá ficava, doze horas por dia, varando a tarde, a noite, chegando a manhã, por mil e quinhentos cruzeiros. Assim é que podia pagar os quatrocentos cruzeiros que tinha que entregar todos os meses ao dono de uma casa humilde, onde tinha um quarto mais humilde ainda, lá no Itaim – tão longe que fica depois de São Miguel Paulista. Para poder dormir de dia, fez um improviso: tapou a luz do sol com um cobertor. Para poder comer, ele mesmo cozinhava suas comidinhas. E cada vez que fazia um docinho – até isto ele fazia; ou um bifezinho mais caprichado, chamava seu Kazis, dono da casa, para provar. O velho, coitado, com 72 anos, ficava contente com aquela gentileza. Gostava até de ouvir uns discos que o Nelson ficava escutando aos domingos, em casa, na vitrolinha que estava pagando no crediário. E assim a vida ia passando. Nelson só queria crescer um pouco para chamar a mãe e os irmãos. Quem sabe eles vinham logo? Quem sabe até uma televizãozinha ele ia poder ter em casa, no futuro – e a velha com ele?

Outra realidade

O que é que aconteceu? Nelson e um amigo dele, o Rômulo Magalhães Costa, que também é mineiro, ficaram muito chateados quando receberam o envelope com o pagamento deste mês. Pelas contas dos dois, faltavam 600 cruzeiros, para cada um. Quem trabalha toda a noite só tem vontade de descançar. Resolveram, então, reclamar os direitos no começo do novo turno, às 19 h.

Já estamos na noite de terça-feira. Os dois chegam à fábrica e vão procurar o departamento pessoal. Imaginem este departamento que é orientado por um daqueles rapazinhos do CCC! Dá para imaginar que eles são de ouvir reclamação de... **operário.** Operário, para os rapazinhos de mentalidade CCC é palavrão, gente suja etc. Então, já se sabe o que vai acontecer com a reclamação dos dois rapazes, não? Pois aconteceu. Eles falaram que, como protesto, naquela noite não iam trabalhar. Foi o que disseram ao João Velaso, chefe do departamento, homem de confiança do Cassio do antigo CCC. Ficaram os dois andando pelo setor de estamparia. Na madrugada, foram apanhados, ali pelo guarda de segurança Damião, um pobre coitado que deve ganhar o mínimo do mínimo. Conversaram o Damião. Pediram ao Damião que não falasse nada ao departamento pessoal. Afinal, Damião era empregado como eles, povão como eles, corintiano como eles. Damião disse que ia encaminhar a queixa por escrito ao departamento pessoal. Mancada do Damião.

Vocês estão na rua

Eram cinco e meia da manhã. O que iam fazer? Tomaram um banho. Trocaram de roupa. Esperaram os do departamento pessoal chegar. Às oito e meia da manhã foram levar os envelopes de salário ao encarregado do pagamento. O cara nem os atendeu. Disse que eles estavam é na rua. E mandou eles esperar lá fora na rua. Foi nesta hora que apareceu o Cassio Scatena. Um cara encorpado. Um cara bem falante. Um cara de óculos. O cabelo, assim, penteadinho para o lado. E que usa óculos. Anotem bem este detalhe: ele usa óculos. Isto terá muito a ver com o assassinato de Nelson Pereira de Jesus.

Em 68, um repórter da revista "O Cruzeiro", isto mesmo, da "O Cruzeiro", conseguiu alguns contatos com o pessoal do CCC, que estava barbarizando, como se sabe. E conseguiu a cadernetinha de endereços de um destes rapagões. Foi por aí que se soube que Cássio Scatena "tomou parte no massacre aos artistas de **Roda Viva**" Isto aí foi publicado no "Cruzeiro". Mas Cássio não gosta que lhe falem disto. Diz que ele era membro de um grupo de direita, "ultra-conservador e anti-comunista". Mas que este partido, o PUA, acabou em 1968, lá no finalzinho, quando "o governo baixou o AI-5, que era, em síntese, tudo o que a gente pregava". Isto foi em 68. Mas o Cássio diz que deixou a faculdade em 67. E que o CCC é de 68. "Em 68, quando eu tinha deixado a faculdade e o PUA, é que saiu um acordo entre o partido e o CCC. É chato a gente dizer isto mas as pessoas que participavam disto eram de um nível intelectual muito baixo. Gente de boa formação jamais participaria de movimentos terroristas. O CCC era coisa de meia dúzia de filhinhos de papai... Eu sempre fui democrático no relacionamento pessoal..." Tão democrático, que ele acabou trabalhando junto com aquele outro rapaz que tinha idéias tão diferentes da dele... Tão diferentes... Lá na delegacia mesmo, João Roberto de Mello falou para um grupo de repórteres de muitos jornais de São Paulo: "Eu era de esquerda... de esquerda, entendem, sou um democrata..." Ele e o assassino Cássio Scatena estavam acompnhados de outros amigos, todos bem vestidos, e bem pensantes. Um deles fêz: "pcchhh... cala a bôca, você está numa delegacia!" Só faltou passar um rapaz do DOPS e carregar o **Mello** (assim ele é conhecido em sua turma) para o xadrez! Mas que nada, ele ficou quieto. E no xadrez, afinal, nem o amigo dele, o **Blanco**, está. **Tutti** buona gente. Xadrez não foi feito mesmo para gente bem. Mas a gente estava falando que naquela hora em que os dois proletas estavam reclamando os direitos, e tinham sido postos para a rua, lá na frente da fábrica onde trabalham mais 480 operários, apareceu o diretor do departamento jurídico, este aí que tanta gente jura que era gente do CCC.

Com toda a sua fleugma, com toda a sua pose, o Cássio Scatena foi se explicar no dia 15, na Oitava Delegacia, no Belenzinho porque ele tinha liquidado a tiros um operário. Começa que o delegado disse à turma da imprensa que o depoimento do assassino sairia pela tarde. Ele apareceu de manhã, de fininho. Aí disse que naquele dia, ele estava no terceiro andar do prédio da **Alfa**, quando apareceu o chefe do departamento pessoal dizendo que dois operários queriam bater nele, coitado. É que um deles era violento. E que eles estavam **bebados e maconhados.** "Por precaução – vai contando Cássio – passeio pelo meu escritório, no segundo andar, e apanhei o revólver".

(Por que ele tinha um revólver, na gaveta, na fábrica?

– Esta cidade é muito perigosa, explicou.)

Por que ele pegou o revólver?

– Por que me disseram que os caras eram violentos. Eu nem vejo bem. Sou míope. Uso óculos.

E lá baixou ele, com a arma na cintura. Um cara valente. Um autêntico do CCC. Quem sabe o que ia pela cabeça dele?

Aí, ele diz que foi chegando, chegando, e foi falando de mansinho com os dois. Por que não iam conversar no departamento pessoal? Afinal, era feio ficar fazendo bagunça na frente da fábrica. Muito feio. "Então, quase chegando na calçada, eu ouço o mais escuro falar: **Precisa é bater neste porco.** Eu nem sabia o nome dele. E ele veio pra cima de mim, batendo e dando soco. Então, tirei o revólver da cintura e atirei primeiro para o chão; gritando para que ele recuasse. Ao contrário, ele agarrou a minha mão. Ele queria me matar. Com a minha própria arma! Era eu ou ele. Disparei mais duas vezes e o rapaz saiu correndo".

Esta é a verdade?

Não. Rômulo, que estava com Nelson, diz que o advogado está mentindo. Ele não foi agredido. Nem Nelson era perigoso. Perigoso é quem tem uma arma na cintura e atira num homem desarmado. Rômulo diz que eles estavam cruzando a rua, quando o homem de terno puxou a arma e atirou. Foram dois tiros. O operário caiu. O atirador veio e chutou o corpo dele. E deu mais dois tiros. São quatro tiros. Dois foram dados num homem caido no chão. Mas o advogado não foi preso.

Nelson tinha sido baleado no peito e nas costas. Mesmo assim ele corre, ainda, para o bar em que comia a gororoba de cada dia. Não podia mais correr. Caiu. Gritou o nome do amigo. Rômulo não sabia o que fazer. Afinal, estamos em São Paulo, e os carros passavam, e não tinha ninguém capaz de parar. Como disse "O Estado de S. Paulo", "os motoristas olhavam. Tinham medo de socorrê-lo, ou de sujar o carro".

Um homem está caido, baleado. Tiros pela frente e pelas costas. Pois bem, um dos testemunhas arrolados pela turma da rádio-patrulha foi um polícia militar – coincidência, não? – chamado Euripedes Meireles de Paula. O Euripedes ia passando por ali – falou no depoimento à polícia – "para comprar frutas para sua filha". Na frente da **Alfa**, "teve a oportunidade de preenciar uma discussão entre um senhor que vestia terno escuro, que posteriormente ficou sabendo tratar-se do advogado da Firma **Alfa**, e um rapaz que teria uns 21 anos, que trajava uma calça azul clara e uma camisinha amarronzada, com umas florzinhas". Claro, o PM diz que Nelson procurou agredir o advogado, que o agrediu, até. E que, como a agressão continuasse, o advogado puxou a arma e deu uns tiros para o chão – "e que como o agressor não se intimidasse, e tentasse agredí-lo mais, o advogado fez três tiros em direção a Nelson".

Este tal PM só não diz porque não apartou a briga. Por que teria deixado o operário bater no advogado? Por que deixou o outro atirar. Por que não prendeu o assassino? Porque o assassino não foi detido. Sumiu. Apareceu dias depois na polícia. (Só os da Patrulha levaram cinco minutos arrumando uns jornais para proteger o banco do sangue do operário). Ele chegou ao hospital e morreu.

A revolta

Os companheiros ficaram revoltados. Pararam o trabalho. Não só no dia, mas depois, começaram a aparecer as histórias da fábrica do crime. O tal Mello e o tal **Blanco** do CCC tinham instaurado um regime de terror lá dentro. Não pagavam férias, nem PIS, nem nada. Atrasavam os salários. Andavam de armas na cintura. Uns perfeitos valentões. Dizem até que tinham uma espécie de cárcere privado lá na fábrica. (Desativado há tempos.) Há dois meses atrás andaram dando coronhadas na cabeça de operários. Respondiam à reclamação por salários, com insultos, ameaças. O capitalismo selvagem em ação. O sucessor de Abdalla tinha aparecido, e a imprensa da capital deitou e rolou em cima do Mau Patrão número II, versão aperfeiçoada do gorilão de Perus. Até o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, gestão Joaquim, assumiu a briga. Denunciou a fábrica. Acolheu o corpo do assassinado em sua sede. Lá, ele foi velado. E a polícia de olho em tudo isto. O assassino, solto, é claro. O morto, mais do que vigiado. Foi feito um acordo com a polícia, que disse que só liberava o enterro, se os proletas não passassem à frente da **Alfa**. Assim, o corpo foi levado para o cemitério. Caixão de oitocentos paus, pago pelo Sindicato. Discursos na frente do morto, "a morte de Nelson é mais um crime contra a classe operária", disse um diretor do Sindicato. "Vamos transformar sua morte em mais um ímpeto para lutar pelos nossos direitos". Um companheiro de Nelson disse que "o sangue dele será o símbolo de nossa luta". Um pouco antes de enterrá-lo, o pessoal abriu o caixão. Queriam ter certeza de que ali estava mesmo o companheiro, e não um saco de pedras. Afinal, desta gente se espera tudo.

Tudo mesmo.

E, agora, os operários da **Alfa** decidiram acabar com o reino do terror da dupla Mello & Cássio. Querem os dois fora da fábrica. Mas o Mello respondeu, dizendo:

– A fábrica é minha. Não saio.

É verdade. A fábrica é dele.

Do velório no Sindicato ...

... à manifestação no enterro.

Porto Alegre:

EMPRESÁRIO TENTA CALAR LÍDER SINDICAL

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Vestuário de Porto Alegre, João Paulo Marques, foi surpreendido no último dia 5 com uma notificação da 1ª Vara Criminal, para que apresentasse no prazo de 24 horas explicações sobre denúncias por ele feitas a jornais gaúchos. Nessas denúncias, Marques apontava uma série de irregularidades na empresa Ughini S.A. Indústria e Comércio.

Passada a surpresa inicial, João Paulo Marques encaminhou ao Juiz de Direito da 10ª Vara Criminal uma resposta reafirmando as denúncias, além de acrescentar outros detalhes sobre as péssimas condições de trabalho na referida empresa. O presidente do Sindicato fez questão de reafirmar, ainda, o esquema de intimidação iniciado pelos patrões, visando silenciar as reclamações dos trabalhadores.

As principais denúncias feitas por Marques contra a Ughini foram estas:

As condições de trabalho em algumas empresas chegam a ser desumanas"; "na Sinty-Sil (Confecções Ughini), o fechamento dos banheiros se dá à 5 horas da tarde, com o mesmo objetivo de evitar que as funcionárias abandonem o local de trabalho antes do final do expediente"; "atos desumanos"; "outras empresas não oferecem as mínimas condições de trabalho a seus funcionários"; "a Ughini cria problemas aos trabalhdores com o fechamento do banheiro às 17 horas diariamente".

Resposta

Tão logo recebeu a notificação da 1ª Vara Criminal, João Paulo Marques providenciou sua resposta, através de carta preparada pelo assessor jurídico de seu Sindicato, Carlos Araújo. Aqui alguns trechos do expediente:

"A declaração de que o fechamento dos banheiros se dá às 17 horas é absolutamente verdadeira. Além de verdadeira, foi eficaz, posto que, dias após a publicação da mesma, os banheiros estão ficando abertos até o final do expediente. Ou seja, a própria empresa reconheceu de fato a sua incúria, para não dizer mais. Além da gritante ilegalidade do fechamento dos banheiros, a presidência do Sindicato, sob pena de trair o mandato que lhe foi conferido, não poderia silenciar diante da tentativa patronal de se apropriar inclusive das condições biológicas dos operários."

"Não houve qualquer intuito injurioso ou difamente a quem quer que seja, houve sim a divulgação de uma ilegalidade. Na ocasião, inclusive, a entrevista não abrangeu todas as ilegalidades das interpelantes, como, por exemplo, do local de trabalho da empresa. A empresa está situada num antigo depósito de arroz, em que o piso é de cimento puro, na parte térrea, sendo os operários obrigados a trabalhar diretamente em contato com tal tipo de piso. E mais, os banheiros estão situados a cerca de 30 metros do local de trabalho dos operários em prédio distinto. E entre o local de trabalho e os banheiros não existe qualquer proteção ou abrigo, o que equivale dizer que nos dias de chuva os trabalhadores ficam praticamente impossibilitados de ir aos banheiros, exceto sob o preço (palavra mágica e sagrada para muitos) de um prévio banho".

"Certamente as empresas interpelantes consideram estas condições absolutamente humanas, muito humanas, extraordinariamente humanas. E que ninguém ouse dizer que são desumanas! Certamente o conceito de humanismo das conceituadas, honradas e hipersensíveis interpelantes não é o mesmo dos operários, muito embora nos dias atuais este desumano conceito empresarial esteja muito em moda (...)".

"Por fim, quanto a pecha de agitador, com evidente intuito de dedoduragem, nos parece que o Poder Judiciário não é o órgão próprio para receber, catalogar e fichar tal denúncia. Enquanto o interpelado for presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Porto Alegre continuará a denunciar todas as ilegalidades cometidas contra os operários, não só por um dever, mas sobretudo por uma questão de princípio".

(Sucursal de Porto Alegre)

Ughini quer um SPC contra os operários

Entrevista com João Paulo Marques, presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Vestuário em Porto Alegre.

João Paulo Marques fala a EM TEMPO e analisa os objetivos (mais ambiciosos) do empresário Alécio Ughini – diretor da Ughini S.A.

Eis o depoimento do presidente do Sindicato:

"O Ughini, na verdade, pretende é iniciar um movimento de clara intimidação e de repressão contra a nossa categoria, irritado porque os operários de sua empresa são bastante ativos e organizados, o empresário pretendeu unir os empregadores em torno de uma posição de enfrentamento a todas as reivindicações dos trabalhadores. Dessa forma, ele está procurando aglutinar em torno de si os patrões de posições mais reacionárias, visando inclusive a presidência do sindicato patronal. Para dar uma idéia da veracidade das denúncias que apresentamos e da preocupação causada, temos o fato de que o diretor da Ughini imediatamente tomou providências no sentido de melhorar algumas das condições de trabalho das operárias, como cobrir o piso de cimento com um revestimento de borracha".

Marques conta ainda que não é a primeira vez que Alécio Ughini tenta resolver os conflitos com os trabalhadores através de medidas repressivas.

"Certa vez, numa audiência na Justiça do Trabalho, este patrão propôs a criação de um serviço de proteção contra os trabalhadores que apresentassem reclamatórias na Justiça ou que liderassem reinvindicações. Um tipo de SPC (Serviço de Proteção ao Crédito) trabalhista. A proposta era a seguinte: cada patrão antes de admitir um trabalhador em sua empresa levantaria a ficha completa do operário junto a esse tal serviço de proteção. Se constatasse elementos sobre atuação sindical, dentro de outras empresas, ou ainda alguma ação na Justiça, o trabalhador não seria admitido. Em verdade, o processo que me move o Ughini não visa atingir somente a mim. Vai além. Intimidações por um lado, o que não é novidade. Por outro, aí sim o mais grave, uma tentativa de cativar as posições empresariais mais reacionárias com o objetivo de impedir quaisquer negociações diretas com os operários".

Contudo, João Paulo Marques encara o processo com tranquilidade:

"Não cometi qualquer crime. Apenas denunciei as péssimas condições de trabalho desta fábrica, o que continuarei fazendo... A cada ameaça, do Ughini e outros, temos certeza que os trabalhadores de suas fábricas responderão com um maior nível de organização e combate".

Re nov

- Planejamento Educacional
- Assessoria
- Pesquisas
- Cursos
- Grupos de Estudos
- Publicações

Nova sede: Praça da Sé, 158 — 6º andar — conj. 605
São Paulo — SP